



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Vitória Gonzalez Rodriguez

**Do território ao corpo e do corpo ao território: o corpo como escala,
antiextrativismo e o caso de Berta Cáceres**

Rio de Janeiro
2021

Vitória Gonzalez Rodriguez

**Do território ao corpo e do corpo ao território: o corpo como escala,
antiextrativismo e o caso de Berta Cáceres**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

G643	<p>Gonzalez Rodriguez, Vitória. Do território ao corpo e do corpo ao território: o corpo como escala, antiextrativismo e o caso de Berta Cáceres / Vitória Gonzalez Rodriguez. – 2021. 133 f.: il.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: Breno Marques Bringel. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.</p> <p style="text-align: center;">1. Meio ambiente – Conflito social – América Latina – Teses. 2. Violência contra a mulher – Teses. 3. Violência étnica – Teses. 4. Reserva extrativista – Teses. 4. Cáceres, Berta, 1971?-2016. 5. Ambientalistas – Honduras – Biografia. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 504:316.485(8=6)</p>
------	---

Thaís Louzada CRB-7 6809 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vitória Gonzalez Rodriguez

**Do território ao corpo e do corpo ao território: o corpo como escala,
antiextrativismo e o caso de Berta Cáceres**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof.^a Dra. Clara Maria de Oliveira Araújo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof.^a Dra. Fabrina Pontes Furtado
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

À Berta Cáceres, por tudo o que fez e por tudo o que foi impedida de fazer.
À Marielle Franco, como também foi minha monografia, e como seguirá sendo
até que saibamos quem e por que mandou matá-la.
A pesquisadoras e pesquisadores que resistiram neste Brasil de 2020 e 2021.

AGRADECIMENTOS

Comecei a escrever estes agradecimentos muito antes de finalizar a dissertação. Cada vez que pensava que não daria conta, voltava a estas páginas e pensava que, mesmo em meio à solidão da escrita e ao isolamento imposto pela pandemia de covid-19, estive/estou acompanhada por uma rede sem a qual certamente a feitura desta dissertação não aconteceria. Mais que formalidade, estes agradecimentos são os mais sinceros. Contudo, embora fruto de incentivo coletivo, as falhas e lacunas desta dissertação são de minha inteira responsabilidade.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela incansável luta na democratização da educação superior brasileira e pelo desafio enfrentado durante esta infundável pandemia – neste período, ademais, aliada a um governo perverso e avesso à ciência (especialmente às humanidades) e afeito a um projeto de desmonte de universidades públicas no Brasil. Ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), seu corpo docente, técnico e terceirizado, pela formação, pela acolhida na Sociologia e no Rio de Janeiro, e pelo espaço que possibilitou tantas trocas. Às pessoas que exercem funções terceirizadas, notadamente de limpeza e segurança na casa da Rua da Matriz, um agradecimento especial.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pela bolsa de mestrado, em especial pela Bolsa Nota 10 a partir de 2020 e pela concessão de uma extensão de seis meses em função da pandemia. Sem investimento público não há dedicação à pesquisa. Sem pesquisa, não há dados nem reflexões. Sem isso, em última instância, não há democracia.

Ao Breno Bringel, pela compreensão afetiva com meus difíceis processos nestes dois anos e meio. Obrigada por um comentário no Congresso da ALAS em Lima sobre o *corpo como escala* que despertou interesse no tema; pela conversa, quase um ano depois, que impulsionou a virada para a temática; e pela impecável revisão. Agradeço, principalmente, por compartilhar o anseio e a construção de novos horizontes possíveis no mundo e na América Latina. Às professoras Clara Maria de Oliveira Araújo e Fabrina Pontes Furtado, agradeço por gentilmente aceitarem compor a banca e lamento a impossibilidade da troca presencial. Seus comentários foram muito importantes, fruto de uma leitura detalhada e generosa.

Ao corpo docente do IESP-UERJ, pelos diálogos em sala de aula e fora dela. Ao Cesar Guimarães, pela generosidade e acolhimento em sua casa em tempos de pandemia, pelos cafés à distância e pelas conversas literárias. À Letícia Pinheiro, cuja leitura atenta e generosa na disciplina de Desenho e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais foi imprescindível. Ao Luiz Augusto Campos, pelo curso de Desenho de Pesquisa e Redação Acadêmica em Ciências Sociais, oferecido por meio da Revista Dados ainda antes da retomada tardia do primeiro semestre de 2020, e por destacar que o interesse em uma pesquisa tem a ver com a curiosidade constitutiva que nos mobiliza a estudar determinado tema. À Mariana Cavalcanti, por um comentário incentivador em uma aula de Desenho de Pesquisa – buscamos entender Marias e Bertas não só por suas vidas, mas para compreender processos bem mais amplos. Obrigada também por um trabalho à frente da Coordenação de Sociologia atento aos atravessamentos desta conjuntura na vida discente.

Ao Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL) e às/aos colegas netsalianas/os, pelo espaço de reflexão crítica. Aprendi e aprendo constantemente com nossas reuniões e encontros, tanto no bojo da pesquisa sobre junho de 2013, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quanto no projeto do Observatório de Movimentos Sociais da América Latina, criado em meio à pandemia, que teve a publicação Comunica América Latina como principal desdobramento. A quem participa do Comunica, agradeço por toparem o caminho nem sempre fácil da construção coletiva.

Ao Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), à Fundação para o Devido Processo (DPLF) e à Misereor pelos materiais e pelas reflexões no curso Violações e Direitos Humanos em Contextos de Conflitos Socioambientais, realizado de junho a novembro de 2020. O curso instigou inquietações sobre mulheres em contexto de megaprojetos que deram tónus à pesquisa. À Marcha Mundial das Mulheres, pelos passos conjuntos até que todas sejamos livres e pela acolhida em um espaço de organização no Rio. Por pensar na urgência de resistir à conjuntura, e na importância de marchar constantemente rumo a outros Brasis e mundos.

À plataforma Horizontes ao Sul e às/aos colegas editoras/es, pelo tempo e aprendizado compartilhado à frente da revista e por verem, na divulgação científica, um horizonte que dá sentido à produção acadêmica. Ao Coletivo Feminista do IESP-UERJ – Virginia Leone Bicudo, pelo espaço acolhedor desde a chegada no Rio de

Janeiro e por todas as trocas, eventos e articulações. À turma de ingressantes no mestrado em 2019, pelas angústias e cervejas compartilhadas.

A troca coletiva, embora reinventada em tempos de contatos remotos, revigora o cotidiano e as ideias. Dentro e fora da academia, a força de afetos mobiliza impulsos imprescindíveis, ainda mais em tempos de paralisia, e dá sentido aos meus caminhos. Passo a agradecimentos a pessoas de quem poderia escrever muito mais do que aqui cabe. À Sonia Ranincheski (*in memoriam*), primeira orientadora e quem incentivou a virada à Sociologia. Ao Marco Cepik, pelo incentivo e apoio imprescindível para o processo seletivo do IESP-UERJ. Ao Paulo Visentini, pelo começo na academia.

À Luísa Lorentz, pela imensidão e profundidade. A Abril Álvarez e Rita Ortega, por cultivarem nossa amizade dando à distância a importância que ela tem frente a esse sentimento que ultrapassa fronteiras e tempos: nenhuma. *Gracias, hermanas*. À Mariana Albite, por acreditar no afeto como força de vida. A Anne Rebelatto, Bibiana Campanher, Caroline Borba, Luisa Dias e Mariana Lopes, pelo afeto de décadas. À Amabilly Bonacina, pelo envio de artigos e livros que ultrapassou barreiras Norte-Sul. A Gabriela Freitas, Iasmini Nardi e Maria Gabriela Vieira, por celebrarem nossos avanços acadêmicos. À Claricia Domigues, por sempre mostrar confiança em mim. Ao Bruno Löff, pelo laço que se reinventa no tempo e pelo incentivo nos mestrados.

À Simone Gomes, pela força e candura de quem vem de família pescadora e pela conversa encorajadora em que disse *teu nome é tua sina*. À Luna Ribeiro Campos, pelo surgimento e permanência no meio do caminho. À Teresa, à Lia e ao Leo, sobrinhas e sobrinho que ressignificam a vida. À Vanessa Henriques, pela companhia constante e por me ajudar a reencontrar algum encanto com as escolhas acadêmicas. À Marília Closs, por ter me apresentado ao IESP-UERJ, ao NETSAL e ao agbê. À Thais Jesinski, pela comemoração conjunta de nossas aprovações no IESP e por tudo desde então. A Hellen Oliveira e Madalena Gonçalves, pela parceria do Rio a Lima. À Lara Sartorio, pelo sopro de vida e maresia, e por todos os comentários encorajadores e leituras atentas de projetos e versões preliminares. À Giovanna Monteiro, por leituras e comentários. A Daniel Mota, Giovana Zucatto, Lidiane Vieira, Luísa Harduim e Wescrey Portes, pelo incentivo. Ao Kayo Moura, por compartilhar as angústias da defesa tardia. A Lilian Schontag e Tatiana Tedesco, profissionais imprescindíveis à minha saúde mental.

À Carmen Gonzalez, a quem o agradecimento é sempre abundante e insuficiente. Juntas vencemos a cura do câncer que nos virou do avesso no último ano

e meio e a escrita desta dissertação. Agradeço pela inesgotável fonte de coragem. A Joana e Juan, avós semi-analfabetos que se orgulhariam da neta. À Lucia Naimayer, pelas bênçãos e constante cuidado e proteção. Ao Faustino Rodriguez, pela utopia. *Gracias por el aguante y los ánimos.* A João Antonio Gonzalez, Luciana Albertoni, Mario Chaves e Nina Machado pelo carinho e pelas palavras que sempre motivam. Ao Angelo Remedio, pelo apoio imprescindível a estas páginas. À Sol, pela companhia constante e o olhar sereno.

Vos tenés la bala. Yo la palabra. La bala muere al detonarse. La palabra vive al replicarse.

Berta Cáceres

Sagrada sal de nuestras luchas
Lluvia sobre las milpas
Fresas esparcidas en todas las manos
Vida toda, Berta, compañera

Que sabrá el asesino de la luz de su esperanza
No podrá el cobarde asomarse a la utopía ni en palabras
Muchos siglos tendrán para pagar esta muerte
Y ojalá se les pudra el agua en la garganta

Alto es el río Gualcarque entre las montañas
Ruge su furia y cimbra su amenaza
Acá venimos dolientes, llorosas, heridas
Lastimadas ante lo inconcebible de sus flores marchitadas
Venimos a su cauce
Nosotras, sus hermanas rotas por la hora mala

Bertica nuestra, Berta de las aguas
El odio de los hombres que tanto nos señalan
No pueden con tanta belleza, con tanta fuerza y gracia
Por eso matan. Por eso matan. Por eso matan.
No saben de esta venganza nuestra de ser libres
Y no cambiar la rebeldía por nada

[...]

Melissa Cardoza – Berta en las aguas

RESUMO

GONZALEZ RODRIGUEZ, Vitória. *Do território ao corpo e do corpo ao território: o corpo como escala, antiextrativismo e o caso de Berta Cáceres*. Orientador: Breno Marques Bringel. 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta pesquisa tem como pano de fundo as lutas antiextrativistas encabeçadas e corporificadas por mulheres no contexto de conflitos socioambientais oriundos do neoextrativismo na América Latina. Tais conflitos envolvem a disputa por uso e acesso a recursos materiais e simbólicos, e também uma assimetria entre um projeto que denominamos “de cima”, pautado no poder, e outro que denominamos “de baixo”, pautado na resistência. Partindo do entendimento desses conflitos socioambientais como multiescalares, temos por objetivo entender a dinâmica de construção das escalas e pensar o corpo como escala nas lutas antiextrativistas latino-americanas. O corpo é central para a dominação sobre territórios, mas também é um *locus* de resistência. O caso da luta e do feminicídio territorial da *lideresa* indígena hondurenha Berta Cáceres, assassinada em 2016, nos permite entrever essa disputa socioterritorial. Nosso argumento central é que a política de escalas se vincula a uma dinâmica constante de poder e resistência, entre sentidos diferentes de mundo e materialidades também distintas. A dinâmica do poder está associada a uma construção de escala vinculada ao Estado, da qual subjaz uma visão estadocêntrica e estanque das fronteiras, construída a partir de uma violência militarizada e masculinizada, e da subalternização e negação de alteridade do que não se enquadra no que chamamos de fronteiras fixas do Estado masculinista. A dinâmica de resistência que se opõe àquela está associada a perspectivas territoriais feministas, em que a noção de corpo-território ilustra a imbricação entre estas duas noções tanto em uma chave defensiva, quanto em uma chave inventiva. A construção de escala a partir dessa perspectiva está vinculada a essa ligação entre corporeidade e territorialidade, ao comum, aos laços comunitários e à defesa da vida. O caso da construção hidrelétrica Agua Zarca, em Río Blanco (Honduras), que tem relação direta com o assassinato de Berta é reconstruído a partir de uma contextualização histórica de Honduras e da caracterização do (neo)extrativismo como eixo fundamental de análise do continente. Com a luta de Berta Cáceres e do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) frente a esse megaprojeto, podemos compreender não só disputas entre materialidades e sensibilidades, mas entre projetos e visões de mundo opostas. A escala do corpo, como uma espécie de lente que desloca o olhar, nos permite apreender os conflitos socioambientais de um modo generificado, sem com isso se isolar de outros aspectos.

Palavras-chave: corpo-escala; antiextrativismo; neoextrativismo; Berta Cáceres; corpo-território.

RESUMEN

GONZALEZ RODRIGUEZ, Vitória. *Del territorio al cuerpo y del cuerpo al territorio: el cuerpo como escala, antiextractivismo y el caso de Berta Cáceres*. Orientador: Breno Marques Bringel. 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta investigación tiene como trasfondo las luchas antiextractivistas lideradas y encarnadas por mujeres en el contexto de conflictos socioambientales derivados del neoextractivismo en América Latina. Tales conflictos involucran la disputa por el uso y el acceso a los recursos materiales y simbólicos, y también una asimetría entre un proyecto que llamamos “desde arriba”, centrado en el poder, y otro que llamamos “desde abajo”, centrado en la resistencia. Partiendo de la comprensión de esos conflictos socioambientales como multiescalares, nuestro objetivo es comprender la dinámica de construcción de las escalas y pensar el cuerpo como escala en las luchas antiextractivas latinoamericanas. El cuerpo es central para la dominación sobre territorios, pero también es un *locus* de resistencia. El caso de la lucha y del feminicidio territorial de la lideresa indígena hondureña Berta Cáceres, asesinada en el 2016, nos permite vislumbrar esa disputa socioterritorial. Nuestro argumento central es que la política de escalas está asociada a una dinámica constante de poder y resistencia, entre diferentes sentidos de mundo y también diferentes materialidades. La dinámica del poder se asocia a una construcción de escala vinculada al Estado, de la cual subyace una visión estadocêntrica y estanque de las fronteras, construida a partir de una violencia militarizada y masculinizada, y de la subordinación y negación de la otredad de lo que no cuadra en lo que llamamos fronteras fijas del Estado masculinista. La dinámica de resistencia que se opone a aquella se asocia a perspectivas territoriales feministas, en las que la noción de cuerpo-territorio ilustra la imbricación entre estas dos nociones en clave tanto defensiva como inventiva. La construcción de escala desde esta perspectiva está ligada al vínculo entre la corporeidad y la territorialidad, a lo común, a los lazos comunitarios y a la defensa de la vida. El caso de la construcción hidroeléctrica Agua Zarca, en Río Blanco (Honduras), que está directamente vinculada al asesinato de Berta, es reconstruido a partir de un contexto histórico de Honduras y de la caracterización del (neo)extractivismo como eje fundamental de análisis del continente. Con la lucha de Berta Cáceres y del Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) contra este megaproyecto, podemos entender no solo disputas entre materialidades y sensibilidades, sino entre proyectos y visiones de mundo opuestas. La escala del cuerpo, como una especie de lente que cambia la mirada, nos permite aprehender los conflictos socioambientales de forma generificada, sin aislarnos de otros aspectos.

Palabras clave: cuerpo-escala; antiextractivismo; neoextractivismo; Berta Cáceres; cuerpo-territorio.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
COPINH	Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras)
DESA	Desenvolvimentos Energéticos Sociedade Anônima (Desarrollos Energéticos S. A.)
FNRP	Frente Nacional de Resistência Popular
GAIPE	Grupo Assessor Internacional de Pessoas Experts (Grupo Asesor Internacional de Personas Expertas)
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
OCMAL	Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina)
ONU	Organização das Nações Unidas
PHAZ	Projeto Hidrelétrico Agua Zarca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DO TERRITÓRIO AO CORPO: PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS FIXAS DO ESTADO MASCULINISTA	25
1.1 Sobre escalas	25
1.2 Estadocentrismo	31
1.3 Fixidez e estanqueidade	36
1.4 Masculinização e militarização	39
1.5 Alteridade subalternizada	51
2 DO CORPO AO TERRITÓRIO: A PARTIR DA PRIMEIRA FRONTEIRA DE MULHERES	54
2.1 Corpo-território	54
2.2 E o corpo como escala?	61
2.3 Mulheres: luto e luta	64
2.4 Apontamentos feministas latino-americanos	77
3 BERTA CÁCERES: LUTA E FEMINICÍDIO TERRITORIAL DE UMA DEFENSORA	85
3.1 Honduras: contextualização histórica	85
3.2 Minérios, rios e sangues	95
3.2.1 <u>Neoextrativismo: projeto de cima</u>	96
3.2.2 <u>O perigo para pessoas defensoras</u>	100
3.3 Berta e o COPINH	103
3.3.1 <u>Atuação e resistência: projeto de baixo</u>	104
3.3.2 <u>O caso de Agua Zarca</u>	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

As defensoras de direitos humanos são todas aquelas mulheres que defendem o direito de construir um mundo justo e de igualdade. As defensoras e ativistas da terra e do território são, em sua maioria, mas não exclusivamente, mulheres indígenas e rurais. Mulheres que muitas vezes, à custa de suas vidas, defendem os bens naturais para seus filhos, suas filhas e suas comunidades, bem como a permanência de suas próprias visões de mundo, nas quais os seres humanos convivem com os rios, as montanhas, os bosques e os mares para a sobrevivência comum (ARDÓN; FLORES, 2017, p. 114).

Berta Cáceres (1971-2016) foi uma ativista indígena lenca¹ hondurenha, que lutou durante toda a vida por uma América Central e, especialmente, por uma Honduras mais justa e digna para os povos indígenas. Por meio principalmente do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), criado em 1993, Berta organizou lutas contra megaprojetos extrativistas, em defesa de águas, bosques e montanhas hondurenhos, colocando a vida nos e dos territórios no centro de sua prática política. Principalmente desde 2013, lutava contra o projeto hidrelétrico Agua Zarca, de responsabilidade da empresa *Desarrollos Energéticos Sociedad Anónima* (Desenvolvimentos Energéticos S. A. – DESA). O conflito socioambiental originado a partir da construção deste projeto hidrelétrico envolveu diversos assassinatos e ameaças a líderes e membros do povo Lenca e outras pessoas ligadas ao território. Berta e o COPINH denunciaram, nacional e internacionalmente, seus malefícios em termos ambientais e de direitos humanos.

A resposta à mobilização veio à altura do comprometimento das lutas sociais hondurenhas com a denúncia desses diversos megaprojetos de morte: em março de 2016, Berta, *lideresa*² reconhecida nacional e internacionalmente, que menos de um ano antes havia ganhado o Prêmio Goldman de Meio Ambiente, foi brutalmente assassinada em sua casa. Nesta dissertação, embora esteja aqui como o começo da introdução, o caso de Berta nos serve como uma espécie de “ponto de chegada”. É no terceiro e último capítulo que abordamos de forma mais detalhada a sua luta e o seu feminicídio³, a fim de argumentar como o caso ilustra as dinâmicas e tensões

¹ Os Lencas são um dos povos originários mesoamericanos, que ocupavam no período pré-colombino parte dos territórios que hoje correspondem a Honduras e El Salvador.

² A utilização da palavra *lideresa*, em espanhol, diz respeito à escolha de marcar o gênero na palavra líder – comumente lida como masculina, apesar de servir para os dois gêneros.

³ Embora em alguns momentos do texto nos refiramos à morte de Berta Cáceres como fruto de um assassinato, é importante destacar o caráter de gênero que teve. Assim, tal qual o COPINH, também

entre diferentes projetos políticos e usos e apropriação das escalas de ação política. Desde já vale ressaltar que a escolha do caso de Berta, conquanto pretende servir para entrever o *corpo como escala*, a partir das discussões apresentadas, não se justifica por ser um caso único ou exemplar. Pelo contrário: seu assassinato é um entre tantos que ocorrem anualmente na América Latina contra defensoras e defensores ambientais e de direitos humanos⁴. No entanto, a escolha se deu em função de seu reconhecimento nacional e internacional, de sua atualidade e da importância de replicar sua palavra e luta.

Buscamos neste trabalho entender os conflitos socioambientais oriundos da construção de megaprojetos como conflitos multiescalares, em que estão envolvidas, de modo genérico, as escalas internacional, regional, nacional, local e corporal – com os diferentes sentidos e materialidades que essas escalas, construídas socialmente, podem ter a depender do caso e da perspectiva. Com interesse especial nos impactos de megaprojetos sobre as mulheres e, principalmente, em como a atuação *sobre* os corpos, de um lado, e *a partir* dos corpos, de outro, constroem as dinâmicas de conflitos socioambientais, compreender a noção de corpo como escala foi o que moveu a pesquisa desta dissertação. Embora esta seja uma ideia que começa a ter eco dentro de determinados círculos militantes, ainda há relativamente poucos trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre este tema. Além disso, dentre aqueles que o fazem, há diversas concepções e visões em jogo, motivo pelo qual torna-se relevante uma pesquisa mais sistemática sobre o assunto. O que significa pensar o corpo como escala? Como isso se dá no contexto latino-americano?

Cabe desde já conceituar também, mesmo que inicialmente, a noção de conflito socioambiental. Para Fabrina Furtado e Carmen Andriolli, são “conflitos relacionados ao acesso, ao uso e à apropriação material e simbólica do ambiente” (FURTADO; ANDRIOLLI, 2021, p. 66). Além disso, Maristella Svampa (2019) acrescenta de forma mais específica a dimensão dos atores envolvidos, cujos interesses e valores em

utilizamos o termo feminicídio. Embora esta organização tenda a utilizar mais a nomenclatura “feminicídio político”, entendemos que todos os feminicídios são políticos, no sentido de extrapolarem a dimensão privada e pessoal, de forma que esta caracterização quase se torna redundante. À frente trazemos uma discussão de Rita Segato (2014; 2016) sobre o termo, em que defende a necessidade de tirarmos o feminicídio dessa esfera passional e privada – em oposição àquela que seria política e pública. No entanto, também cabe considerarmos a categoria feminicídio territorial, tal como utilizado por IM-Defensoras (2021), que parece mais adequada para destacar a imbricação entre domínio de corpo e território.

⁴ Nesta dissertação, utilizamos defensoras/defensores ambientais (ou do meio ambiente) e de direitos humanos ou protetoras/protetores ambientais (ou do meio ambiente) e de direitos humanos de forma intercambiável.

relação aos territórios são divergentes e entre os quais há uma forte assimetria de poder.

Por outro lado, para refletirmos sobre as escalas, é invariavelmente necessário pensar em território, (des)territorialização e espaço, daí a importância de debates sobre espacialidade para esta pesquisa. Ao se pensar a partir do corpo, perspectivas de geografias críticas e, em especial, geografias feministas⁵ são necessárias. Outras áreas e domínios do conhecimento também informam os debates do presente trabalho sobre o corpo como escala e sobre as escalas de modo geral, notadamente a Geopolítica e as Relações Internacionais – considerando, é claro, as veias feministas de críticas aos cânones ou ao que é tido como dado no bojo dessas disciplinas. Desta forma, as relações entre Sociologia, Geografia, Geopolítica e Relações Internacionais permeiam a construção desta pesquisa. Grande parte dos debates aqui apresentados estão nos limiares disciplinares, ou mesmo borrando as fronteiras entre disciplinas e inclusive dentro das mesmas.

Longe da ideia de que essa interdisciplinaridade descaracteriza esta dissertação dentro do seu campo principal – a Sociologia –, entendemos que é na relação, no tensionamento e na imbricação entre essas disciplinas que as leituras e reflexões aqui expostas ganharam consistência. E é a partir de reflexões críticas delas que podemos pensar no corpo como escala enquanto ferramentas para entender e transformar relações sócio-espaciais. Em um continente marcado por um uso da terra ambientalmente inviável e socialmente excludente, compreender as relações sócio-espaciais e os projetos relacionados à terra nos parece imprescindível para que o acesso à terra possa ser mais justo – e também sensível a questões de gênero e raça, algo que, decerto, foi pouco habitual ao longo da história dos estudos agrários.

Visões hegemônicas de espaço e território são produto de uma forma de organização econômica, política e social estatal-capitalista e de relações sociais (também espacializadas) que são generificadas, racializadas e atravessadas por classe (BROWN, 1992; LEFEBVRE, 1991; MASSEY, 1994; McCLINTOCK, 2010; McDOWELL, 2000). As relações sociais (com suas variadas dimensões – política, econômica, simbólica) e o espaço, bem como a imbricação entre aquelas e este (em

⁵ Utilizamos geografia crítica, geografia feminista e também geopolítica crítica no singular e no plural de forma trocável porque não existe uma única vertente em cada uma delas; no entanto, entendemos que adentrar nessas discussões disciplinares foge ao escopo da dissertação.

que se podem distinguir sem, contudo, separar) fazem parte do cerne desta dissertação. Nesse sentido, Marcelo Lopes de Souza (2021) destaca:

Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela *sociedade concreta*, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o *sócio-espacial*, no qual o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais (SOUZA, 2021, p. 16, grifo do autor).

Também nos é central o entendimento de que o corpo não só se coloca no espaço, mas constitui o espaço e se constitui neste; isto é, sujeitos e relações constituem o espaço e são por este constituídos (HAESBAERT, 2011; LEFEBVRE, 1991). Ademais, pensar o corpo como escala é importante também por problematizar estudos que apontam questões de gênero e do próprio corpo como uma temática separada, como se gênero e os corpos não estivessem relacionados de forma intrínseca e constitutiva ao todo – às estruturas, à constituição dos Estados, às diferentes relações de poder que se dão no espaço, aos territórios, à política nacional e internacional, e às diversas assimetrias e geometrias de poder.

Nesse sentido, esta pesquisa se insere na discussão sobre a importância e a legitimidade de se pensar o corpo como uma escala espacial privilegiada (do fenômeno, de análise e de ação, como veremos) para apreender aspectos das relações entre espaço e poder, sem com isso pensar o corpo de maneira isolada, como se generificar análises fizesse delas uma temática isolada. Pelo contrário, entendemos que olhar para o corpo e, neste caso, para o corpo de mulheres, é transversal a diferentes análises, temáticas e escalas. Rita Segato argumenta pela centralidade do gênero como “eixo de gravidade do edifício de todos os poderes” (SEGATO, 2016, p. 16, tradução nossa⁶).

De forma semelhante a essa comum “guetificação”, que desconsidera a transversalidade das questões de gênero, há dicotomias e dualidades excludentes que são vistas como estanques e não dão conta da complexidade do social em nossa temática. Algumas delas são: natureza e sociedade; corpo e mente; território e rede; nacional e internacional; local e global; pessoal e político; privado e público. Elas estão, pelo contrário, entrelaçadas de forma complexa e dinâmica, como veremos ao

⁶ Do original: “eje de gravedad del edificio de todos los poderes”.

longo da pesquisa. Os imaginários espaciais hegemônicos se relacionam com a masculinização dos espaços e com pares dicotômicos e excludentes tais como os já mencionados, em especial: global-local, masculino-feminino, público-privado, externo-interno (CABEZAS, 2012; ENLOE, 2014).

O corpo só existe materializado no espaço; ao mesmo tempo, as dinâmicas mais amplas do sistema internacional, embora por vezes pareçam abstratas, são sentidas nos territórios e nos corpos, de modo que local e global estão relacionados. Nesse sentido, a discussão proposta nos parece importante por pensar também o macro em sua faceta micro, isto é: a escala do corpo não está afastada de escalas mais ampliadas, senão se imbricam mutuamente; ademais, envolve tensões sociais que extrapolam abstrações teóricas, como em alguma medida aponta Richard Howitt (2003):

Como outro termo essencialmente geográfico “lugar”, “escala” é tornado mais significativo em seu desenvolvimento como uma generalização empírica – um conceito tornado real pela construção de uma compreensão de relações e processos complexos e dinâmicos em contexto. Como uma abstração teórica, o risco é que a “escala” seja reduzida a um conjunto de rótulos sem sentido que dizem algo sobre tamanho e complexidade, mas que escondem precisamente o terreno pelo qual a geopolítica crítica tem mais interesse – o terreno de paisagens reais em que espaços de engajamento oferecem uma miríade de oportunidades de transformação em uma infinidade de escalas (HOWITT, 2003, p. 151, tradução nossa⁷).

Embora nas últimas décadas tenham ocorrido avanços nesse sentido, principalmente após o “*spatial turn*” nas ciências sociais, pode-se dizer que historicamente a Geografia tendeu a valorizar o espaço, negligenciando ou dando menos importância às relações sociais e em especial aos movimentos sociais; ao passo que a Sociologia tendeu a valorizar as relações sociais, prescindindo da importância do espaço em muitas das análises (HAESBAERT, 2011; SOUZA, 2021). Relacionado a isso, por muito tempo a predominância do espaço dos Estados-nação acabou impedindo a visualização das dinâmicas de conflitualidade que atravessam outras escalas. Durante a modernidade, os *loci* de construção discursiva e de

⁷ Do original: “Like another quintessentially geographical term “place”, “scale” is rendered most meaningful in its development as an empirical generalization – a concept made real by building up an understanding of complex and dynamic relationships and processes in context. As a theoretical abstraction the risk is that “scale” is reduced to a set of meaningless labels that say something about size and complexity, but which hide precisely the terrain with which critical geopolitics is most interest – the terrain of real landscapes in which spaces of engagement offer a myriad of transformational opportunities at a myriad of scales”.

referência discursiva foram predominantemente o Estado – ainda que fosse para criticá-lo.

Breno Bringel (2007) argumenta que há, no entanto, uma virada nesse sentido, tanto de visibilidade do espaço e do lugar, quanto da importância de perspectivas mais críticas e relacionais dos territórios. Ademais, aponta que aquele “abandono” do lugar na teoria social invisibiliza(va) outras formas de se pensar e estar no mundo que não aquela mais relacionada ao Estado e ao capital, e destaca trabalhos críticos que, à ação social, relacionam práticas espaciais e marcadores como gênero, raça e classe. Esta discussão de alguma maneira embasa a dinâmica entre poder e resistência que, como veremos adiante, é o fio condutor da construção das escalas tal como propomos.

Ao longo da pesquisa, a crítica de Souza (2007; 2021) à “visão (apenas) de sobrevoo” deu nome ao incômodo que já sentíamos. O autor argumenta que, a partir dessa perspectiva de “voo de pássaro”, com escalas macro do global, nacional, regional (e, eventualmente, mesmo local), cujas escalas cartográficas são menores, tem-se uma visão de conjunto e de linhas gerais que é imprescindível e insubstituível, porém insuficiente, uma vez que é distanciada do “mundo da vida”. Ele ressalta que essa visão desde o alto e, portanto, de longe, é própria do Estado. Para sanar o que identifica como problema, propõe a combinação de escalas (de análise e de ação) e de olhares, de perto e de dentro, por um lado, e de longe e de fora, por outro, para apreender as relações sociais e espaciais de maneira mais completa e complexa, pensando não só a produção do espaço, mas as produtoras e os produtores deste.

Assim, transpondo essas reflexões para a temática desta dissertação, pensar no corpo como escala não prescinde de outras escalas, mas complexifica o entendimento dos conflitos socioambientais, que não têm suas causas, meios e consequências vinculados apenas a estruturas “macro” ou “micro”, mas a situações cotidianas e mais imediatamente corporificadas, em uma dinâmica constante de tensão multiescalar. O corpo como escala em alguma medida se opõe ao denominado voo de pássaro, em que prevalecem escalas mais amplas; no entanto, isso não ocorre de forma excludente, como se fossem incompatíveis.

Para entrar no tema de escala, trazemos Iná Elias de Castro (2020), quem aponta que

o empirismo geográfico satisfizes-se, durante muito tempo, com a objetividade geométrica associando a escala geográfica à cartográfica, integrando analiticamente, com base nesta associação, problemas independentes como níveis de análise, níveis de conceituação, níveis de intervenção e níveis de realidade à noção da escala (CASTRO, 2020, p. 119-120).

Nesse sentido, escala aqui não trata da representação gráfica da realidade, mas de uma tentativa de apreender e se aproximar do real – que envolve uma escolha consciente sobre o que olhar. Como sugere Bringel (2020), não se trata somente de uma escala de ação, mas também de uma “escala de significação”. Interessa desde já ressaltar o entendimento de que não são dadas, senão construídas. E nessa construção de escalas para apreender o real, há uma dinâmica relacionada a tensões sociais: a partir de onde olhamos, o que olhamos, qual o sentido e a materialidade do que olhamos? Ademais, defendemos que diferentes escalas, entre elas o corpo, importam para as geometrias de poder e podem ser generificadas⁸ (CABEZAS, 2012; CABEZAS; BRINGEL, 2015). As dinâmicas sócio-espaciais se relacionam com estas geometrias de poder e são interpeladas por processos que ocorrem a nível internacional, regional, nacional, local e também corporal.

Voltando à temática dos conflitos socioambientais, Horacio Aráoz (2014; 2020) argumenta que há um consenso minerador na América Latina, de modo que a mineração e outras atividades ligadas ao (neo)extrativismo são norteadoras de políticas de Estados e empresas nos mais diversos países da região. Atrelado a este consenso minerador, que Svampa (2019) denomina Consenso das *Commodities* (em alusão ao Consenso de Washington), está a ilusão desenvolvimentista, um imaginário “eldoradista” e a ligação direta entre progresso e desenvolvimento, não importa a que custos ambientais e sociais. Isto é, discussões acerca dos impactos deste modelo no meio ambiente, nos territórios e nas comunidades atingidas, bem como na política e sociedade como um todo são tidos como danos colaterais necessários à consecução do dito desenvolvimento. Junto a isso, há uma hostilização generalizada e crescente contra movimentos sociais e organizações que contestam e enfrentam este modelo.

É verdade que a mineração se configura como uma atividade essencial para muitos países da região e vem forjando uma escalada crescente de conflitividade,

⁸ Laura Sheperd (2013), ao abordar estudos de segurança feministas, entende gênero como substantivo, verbo e lógica. É nesse sentido que usamos ‘generificação’, ‘generificada’ e afins, entendendo que o uso de gênero como verbo e lógica se aplica não só aos estudos de Relações Internacionais, mas à própria construção do espaço e outras temáticas ligadas a esta pesquisa.

violência e esfacelamento do tecido social. No entanto, outras atividades relacionadas a megaprojetos, como a construção de hidrelétricas – como é o caso do projeto Agua Zarca em Honduras –, estão na mesma toada. Analisar essas atividades, embora não seja o foco principal desta pesquisa, nos parece importante para a compreensão de estruturas ao longo do continente, mas também de subjetividades de atrizes e atores sociais envolvidos.

Pode-se pensar na consecução de megaprojetos como processos que envolvem diferentes territorialidades e escalas em disputa. Nas discussões à frente, veremos que a generalização a seguir não é estanque e deve ser contextualizada caso a caso, mas, de modo geral, pode-se dizer que há um nível mais amplo de escala *internacional*, já que as práticas se inserem em uma clivagem Norte/Sul; uma escala *regional*, em que a América Latina cumpre um papel importante na economia política de *commodities*, em que se pode problematizar a construção de regiões e em que a clivagem Norte/Sul se replica em regiões centrais e periféricas; uma escala *nacional*, que diz respeito ao Estado, suas instituições e legislações, bem como à sua relação com empresas nacionais e transnacionais; uma escala *local*, em que ocorre a extração e a degradação ambiental propriamente dita, mas também as dinâmicas de resistência e modos de vida outros; e uma escala *corporal*, em que o corpo é elemento importante para a consecução de projetos devastadores, mas que também é pensado a partir de uma perspectiva feminista do espaço e de defesa dos territórios – sendo esta majoritariamente *corporificada* por mulheres.

Argumentamos que se, por um lado, temos uma noção hegemônica de espaço e escala, vinculada primordialmente ao território como estatal-nacional, fixo e estanque, masculinizado e militarizado; por outro lado, podemos entender o território – em diálogo com interpelações feministas, primordialmente latino-americanas – como espaço de vida vinculado ao cuidado com o comum e aos corpos. Nesse sentido, a noção de *corpo-território* é central e de alguma maneira ilustra a construção de escalas como uma dinâmica tensa e conflituosa entre, por um lado, poder e, por outro, resistência. Mulheres têm sido eixo central da luta contra projetos extrativistas na América Latina, pondo a vida no centro de suas discussões e práticas, em oposição à morte ligada aos tantos megaprojetos no continente.

Com essas discussões como pano de fundo, o objetivo desta pesquisa é entender a dinâmica da construção das escalas e o *corpo como escala*, tendo como exemplo o feminicídio territorial da *lideresa* indígena hondurenha e antiextrativista

Berta Cáceres. Nosso argumento central é que as escalas estão associadas a uma dinâmica constante de tensão entre poder e resistência, entre sentidos diferentes de mundo e entre *materialidades-corporeizadas*. Nessa dinâmica, o poder é entendido como a capacidade de controlar recursos, territórios e pessoas, com um aparato – que é diversificado – para tal. A resistência, por sua vez, se relaciona com o enfrentamento àquele – incluindo práticas de desobediência e impugnação –, mas também com a criação de outras formas de política, de auto-organização e, no limite, de anti-poderes e contra-poderes.

Os objetivos secundários da pesquisa, que apoiam aquele e correspondem a cada um dos três capítulos desta dissertação de mestrado, são: 1) examinar os principais eixos da construção hegemônica de escalas, que parte de uma noção de território vinculada ao Estado-nação, à fixidez de fronteiras, e ao poder masculino, masculinizante e militarizado do Estado; 2) entender como perspectivas feministas subvertem aquela lógica de escalas a partir da centralidade do corpo e da vida para se pensar território; 3) compreender, na prática, a dinâmica de tensão entre escalas, imaginários e projetos (relativos aos objetivos anteriores) a partir do caso da luta e do feminicídio de Berta Cáceres.

Para chegar a esses objetivos e responder à pergunta de pesquisa “Como se dá a dinâmica da construção das escalas e do corpo como escala”? (e, secundariamente, “de que maneira essa noção é útil para pensar lutas antiextrativistas?”), recorreremos a dois principais procedimentos. O primeiro, mais teórico, de ampla revisão bibliográfica, visa a examinar e discutir alguns dos principais debates sobre escalas, território, corpo-território, feminismos latino-americanos, [neo]extrativismo, antiextrativismo, e história recente de Honduras. Já o segundo, mais empiricamente orientado, analisa um caso específico – o de Berta Cáceres –, à luz da discussão proposta de se pensar o corpo como escala.

Para analisar o caso de Berta, recorreremos a diferentes materiais: relatórios sobre violência em Honduras (como aqueles realizados pelo *Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina* – OCMAL e pela Organização Não Governamental *Global Witness*); comunicados do COPINH; material compilado pela jornalista ambientalista Nina Lakhani; documentário *Guardiana de los Ríos*, produzido pela *Campaña Madre Tierra*; entrevistas e diálogos disponíveis na internet com Gustavo Castro, companheiro de luta que estava com Berta no momento de sua morte, e com familiares – como a mãe Austra e as filhas Berta, Laura e Olívia; áudios

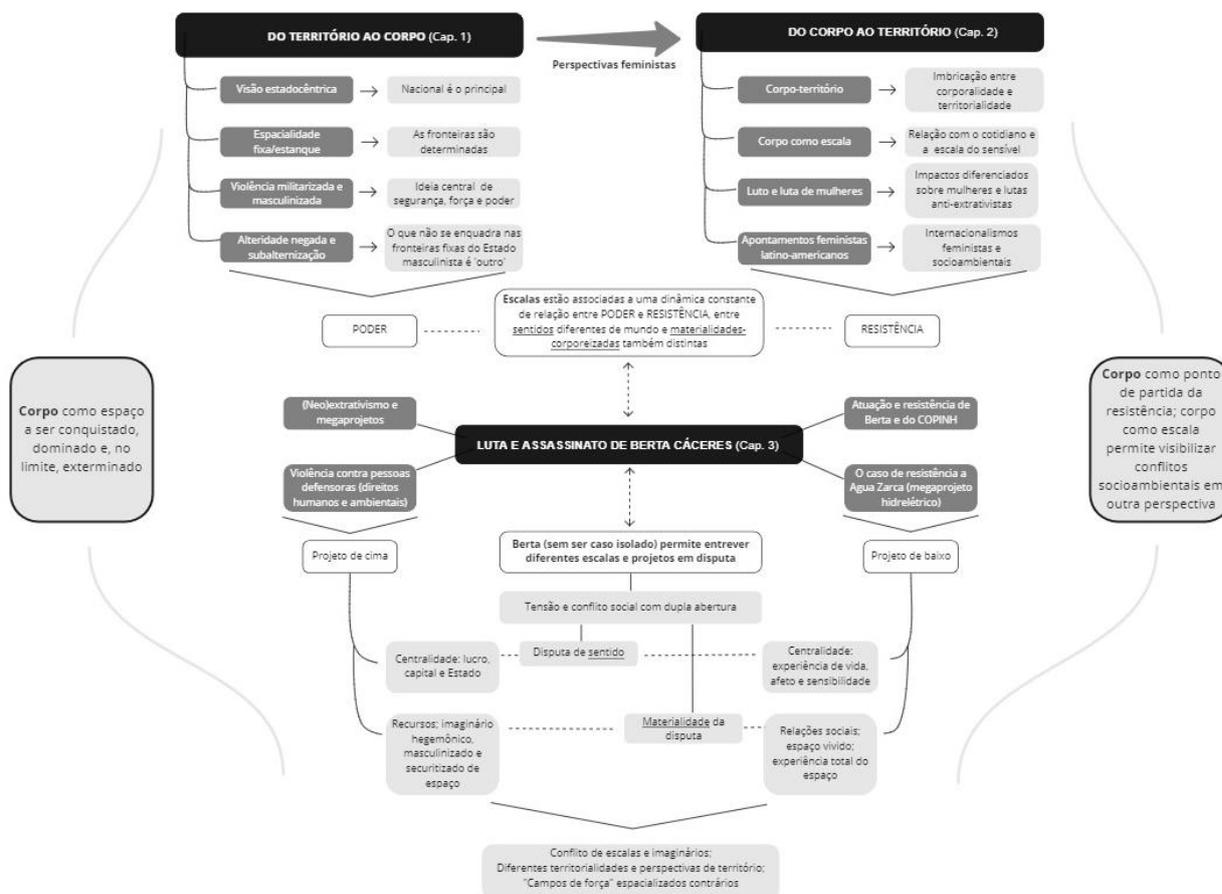
de discursos e entrevistas da própria Berta; além de outras fontes secundárias. Também lançamos mão do uso de algumas fotografias, para dar mais plasticidade à escrita.

A pesquisa se justifica por ser uma tentativa de sistematizar discussões sobre a construção de escalas e, mais especificamente, do corpo como escala, buscando contribuir para organizar minimamente um debate central para os feminismos contemporâneos, que ainda aparece de forma excessivamente fragmentada, tendo em vista a amplitude e variedade de referências e literaturas em jogo. Por outro lado, é imprescindível pensarmos conflitos socioambientais na América Latina, que se configuram cada vez mais como um eixo nevrálgico da política, da economia e da sociedade no subcontinente. Isso se relaciona com questões sociais e acadêmicas, mas também militantes, no sentido de entender para poder transformar relações sócio-espaciais não só desiguais e injustas, mas também violentas. Se, por um lado, há projetos que desconsideram e descartam corpos (a necropolítica), por outro, há uma chave de resistência que tem na luta de mulheres e, em especial de mulheres rurais, a bússola para construção de outras relações possíveis com territorialidade e corporalidade.

Como mencionado, a escolha do caso de Berta Cáceres, sem querer torná-lo único, dado que há assassinatos rotineiros de pessoas defensoras, se justifica pela visibilidade que ganhou desde 2016 e por ter ocorrido contra uma defensora reconhecida nacional e internacionalmente, se tornando em alguma medida paradigmático. Ademais, pela falta de referências sistematizadas em português. As discussões sobre corpo-território, importantes para o segundo capítulo, também aparecem em maior abundância em espanhol e em inglês, de modo que esta pesquisa pretende também contribuir à construção deste debate no Brasil. Por fim, a mencionada imbricação entre disciplinas que informa esta dissertação também parece justificá-la, na medida em que os debates transbordam uma única área disciplinar para dar conta de realidades complexas, o que amplia nossos horizontes analíticos, políticos e práticos.

Abaixo está uma imagem (Figura 1) que representa um mapa sintético da dissertação. Nela, constam os capítulos (retângulos pretos) e suas divisões temáticas (retângulos cinza-escuro, que tentam abranger as seções), bem como as principais linhas argumentativas da pesquisa.

Figura 1 – Mapa da dissertação



Fonte: A autora, 2021.

A dissertação está dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, apresentamos o que consideramos como os principais eixos da construção de escalas a partir de uma noção de território vinculada ao Estado. Tais eixos são, para além de uma visão estadocêntrica, a estanqueidade das fronteiras e de escalas pré-determinadas, a violência militarizada e masculinizada e, por fim, a subalternização e negação de alteridade do que não se enquadra no que chamamos de *fronteiras fixas do Estado masculinista*.

No segundo capítulo, tentamos abordar a complexificação do território a partir de discussões feministas latino-americanas que partem do corpo e que veem este como central para se pensar o território, uma vez que o corpo de mulheres é *locus* de dominação e conquista, mas também de resistência. Os títulos desses dois primeiros capítulos (*do território ao corpo*, e *do corpo ao território*, respectivamente) tentam captar os sentidos das discussões, com antagonismos não só entre escalas, mas entre diferentes projetos em disputa, que é o que se busca argumentar no terceiro

capítulo. A direção *do território ao corpo* denota que se parte de uma noção mais “dura” e fixa de território para então se pensar em noções e conceitos outros que deem conta de ir além da estanqueidade e da relação estrita do território com o substrato material e com o Estado-nação. A direção *do corpo ao território*, por sua vez, denota a centralidade do corpo como fronteira primeira de dominação, mas também de luta e resistência frente aos conflitos socioambientais na América Latina. Desse modo, o corpo aparece, por um lado, como um espaço a ser dominado; por outro, como um ponto de partida para resistências.

No terceiro capítulo, por fim, passamos ao caso concreto de Berta Cáceres (1971-2016), inserindo a luta e o feminicídio desta defensora em um contexto de (neo)extrativismo no continente e em Honduras, com especial atenção ao caso do projeto hidrelétrico e represa Agua Zarca, de responsabilidade da empresa DESA. A consecução de megaprojetos pautados na centralidade do Estado e do capital configuram o que chamamos de “projeto de cima”, ao passo que a organização de resistências territorializadas e corporeizadas configuram o que denominamos “projeto de baixo”. Esses projetos, mais do que escalas antagônicas, denotam um conflito social entre, grosso modo, poder e resistência. Essa tensão se dá em duas chaves: na disputa de sentido, em que a relação com o território e a importância deste é pautada por sociabilidades opostas; e na materialidade da disputa, em que, para além de diferentes sensibilidades territoriais, estão diferentes relações territorializadas e corporeizadas no espaço.

1 DO TERRITÓRIO AO CORPO: PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS FIXAS DO ESTADO MASCULINISTA

Neste primeiro capítulo, buscamos apontar como a construção hegemônica de escalas se pauta por uma noção de território estreitamente vinculada ao Estado-nação e ao seu poder masculino e militarizado. É o que chamamos *fronteiras fixas do Estado masculinista*. Este capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, apresentamos uma tentativa de sistematização da discussão sobre escala, tentando trazer o que significa e qual sua importância. A partir disso, as três seções seguintes exploram o que apresentamos como os principais eixos substantivos da construção de escalas a partir do entendimento *mainstream* (e *malestream*⁹): a centralidade do Estado-nação, a fixidez das fronteiras e uma intrínseca violência não só militarizada, mas masculinizada. Na última seção, por fim, defendemos que o que não se enquadra nisso tem sua alteridade negada e subalternizada. *Subalternizada*, vale destacar, e não *subalterna* porque não se trata uma situação intransponível e porque diz respeito, nesse sentido, à dialética entre poder e resistência.

1.1 Sobre escalas

Escala é um termo inerente ao vocabulário e ao imaginário geográfico. Originalmente utilizada apenas como recurso matemático próprio à cartografia, em que representa uma relação (ou proporção) de medidas de algo real e a sua representação gráfica ou desenho¹⁰, a conceituação de escala para além da matemática ganhou novos contornos e definições ao longo do tempo, em especial a

⁹ Se o termo *mainstream* tem o caráter de ser uma corrente/perspectiva dominante ou convencional, *malestream*, por sua vez, diz respeito ao seu aspecto de gênero, denotando uma perspectiva masculina – que, contudo, se pretende universal.

¹⁰ Na escala cartográfica, algo representado em grande escala diz respeito a uma proporção menor de espaço representado (1:50.000, por exemplo), do qual não se precisa estar comparativamente tão afastado. Por sua vez, algo representado em pequena escala diz respeito a uma proporção maior do espaço (1:2.000.000, por exemplo), que é visto, portanto, de um ponto mais afastado. Ao passo que naquela se ganha em detalhamento e heterogeneidade, nesta, essas características se perdem, mas se ganha em termos de tamanho do conjunto representado. Assim, “homogeneidade e heterogeneidade resultam da perspectiva de observação, fruto de uma escolha, que deve ser consciente e explicitada” (CASTRO, 2020, p. 127). É importante se atentar como *grande e pequena* escala, em se tratando de escala geográfica e cartográfica, não querem dizer o mesmo (CASTRO, 2020; SOUZA, 2021).

partir de 1980. Escala cartográfica e escala geográfica, então, não se confundem (CASTRO, 2020; SOUZA, 2021).

O “problema da escala”, segundo Iná Elias de Castro, diz da “representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real” (CASTRO, 2020, p. 118). O conceito, portanto, extrapola a representação e a objetividade gráfica (embora estas sejam necessárias para diversos temas) e envolve uma polissemia. Nesta pesquisa, concordamos com autora quando escreve que “[...] a complexidade do espaço geográfico e as diferentes dimensões e medidas dos fenômenos sócio-espaciais exigem maior nível de abstração” (CASTRO, 2020, p.119).

A autora argumenta que a escala diz respeito à apreensão (e não apenas representação) da realidade, bem como à representação de relações sociais espacializadas. Marcelo Lopes de Souza, no intuito inicial de diferenciar a escala geográfica da cartográfica, coloca aquela como “a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta” (SOUZA, 2021, p. 181). Este autor argumenta sobre a invalidade da polarização sobre se as escalas existem no mundo real (perspectiva materialista) ou são apenas recursos intelectuais para compreender a realidade (perspectiva idealista). A primeira pode levar a uma “coisificação” e reificação da escala, e ignora a construção social, dinâmica e mesmo relacional das escalas. A segunda, por sua vez, ao considerar apenas aspectos subjetivos, pode comprometer a validade objetiva do uso do conceito.

Olhar para um mesmo fenômeno por diferentes escalas dá a ele sentidos diversos, de modo que se pode dizer (por que não?) que a escala se assemelha a uma lente (especializada) pela qual enxergamos os fenômenos sócio-espaciais. Uma lente que, ao dar primazia a determinadas relações representadas, deixa de lado outras, sem por isso perder relevância, ainda mais quando se faz tal escolha de forma consciente e justificada. Ela é “[...] uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo” (CASTRO, 2020, p. 127). Daí também que é válido ressaltar que não é algo objetivo nem dado, senão construído socialmente.

Para Castro (2020), podem-se destacar quatro campos constituintes da escala: o referente, a percepção, a concepção e a representação. Embora escalas tenham tamanhos, dimensões e relações distintas, a escolha de uma ou outra (a concepção, o ponto de vista) evidencia fatos, relações e fenômenos cuja visibilidade (percepção, ou seja, a maneira como vemos) seria outra com uma escolha diferente. Então, mais

do que uma maneira única de representar o real, as escalas denotam a complexidade dos fenômenos e territórios, concebidos e percebidos de diversas formas.

Ao se pensar nessa construção das escalas, é importante nos atentarmos para as relações sociais, os processos, os agentes e seus discursos. Os quatro principais referentes espaço-escalares (local, regional, nacional e internacional) aparecem muitas vezes como dados, isto é, como termos irrefletidos, e não como uma construção. Embora referentes importantes, são bastante vagos e ilustram uma grande simplificação, além de servirem a determinados discursos – como é o caso da relação praticamente exclusiva de nacional com Estado-nação. Howitt (1993) aponta como essa distinção não dá conta das interpenetrações.

Não se pode deixar de considerar que, por serem socialmente construídas, são também “produtos de mudanças tecnológicas, modos de organização humana e da luta política” (SOUZA, 2021, p. 191). Essa última questão, da luta política, é primordial para os objetivos desta pesquisa: a primazia de uma ou outra lente para apreender as relações sociais no espaço diz respeito ao que identificamos como essa dinâmica entre poder e resistência, como pretendemos argumentar aqui. A escala do corpo, mais do que um referente espaço-escalar, diz também de uma disputa para se apreender e transformar as relações sócio-espaciais, ainda mais em se tratando de conflitos socioambientais.

Os referentes acima citados não são imutáveis e pré-existentes, nem são sempre iguais. A interação entre as escalas, o seu conteúdo, a primazia de uma ou outra em determinada pesquisa, e inclusive a abrangência física são parte do processo de construção social da(s) escala(s) (HOWITT, 1993; SOUZA, 2021). No entanto, Richard Howitt argumenta que essas categorias referenciais, desde que não reificadas e lidas de maneira fixa, são ferramentas importantes para análise. Quando reificadas, acabam por reforçar “as relações de poder que caracterizam a atual ordem mundial dominada por Estados-nação em detrimento de muitos grupos étnicos, religiosos e minoritários marginalizados” (HOWITT, 1993, p. 39, tradução nossa¹¹).

Marcelo Lopes de Souza (2021, p. 199-214) faz uma tipologia de escalas, enfatizando, contudo, seu caráter relacional e mutável. Dessa forma, utiliza este recurso não para uma abordagem formalista e estanque, mas como um apanhado a ser analisado segundo os contextos das relações sociais e das práticas espaciais. A

¹¹ Do original: “the power relationships which characterise the current world order dominated by nation states to the detriment of many marginalised ethnic, religious and minority groups”.

tipologia proposta pelo autor envolve as seguintes escalas: corpo; nanoterritório; local (subdividido em microlocal, mesolocal ou macrolocal); regional; nacional; internacional (podendo ser um grupo de países ou global).

De toda sorte, as escalas não estão à espera de uma mera aplicação (SOUZA, 2021). São constituídas em determinado contexto histórico, geográfico, político e cultural de interações sociais, no fim das contas. Em um exemplo bastante elementar, “regional” se presta a diferentes contextos. Abya Yala é uma escala regional assim como a América do Norte. Além de denotarem espaços geográficos e culturais diferentes, dizem respeito a diferentes projetos políticos.

John Agnew (1993) também advoga pela não reificação das escalas e ressalta a dificuldade de integração de análises sobre diferentes escalas. Nesse sentido, considera a maneira como diferentes áreas do conhecimento se especializaram em diferentes escalas, o que dificulta um olhar mais amplo e atento às suas interconexões e também interconstituições. Com relação a análises multiescalares, Richard Howitt (2003) escreve: “É precisamente esta questão – empreender análises significativas através de escalas ou em múltiplas escalas – que tem sido tão problemática na operacionalização da escala como um conceito fundamental com valor prático em vez de meramente retórico” (HOWITT, 2003, p. 139, tradução nossa¹²).

Em outro texto, argumenta contra a noção de escalas encaixadas, estanques e hierarquizadas. Defende, mais bem, que elas devem ser ligadas e justapostas, e que é nas relações dentro e entre diferentes escalas, buscando também as particularidades de cada uma, que se ganha fôlego para entender fenômenos complexos da realidade sócio-espacial, como a mineração em territórios aborígenes na Austrália. Nesse sentido, ressalta a importância de se pensar no *foco* e no *contexto* daquilo que pesquisamos – e as escalas podem ser ferramentas para tal (HOWITT, 1993).

Particularmente, ao falarmos sobre o corpo como escala, parece que é necessária uma construção para que se compreenda o que falamos – e essa construção, essa explicação, também deveria estar presente em outras escalas que, como a que é foco desta dissertação, não são dadas, embora sejam mais “comuns”. A construção do corpo como escala, para além de algo abstrato ou analítico, passa

¹² Do original: “It is precisely this issue – undertaking meaningful analysis across scales or at multiple scales – that has been so troubling in operationalizing scale as fundamental concept with practical rather than merely rhetorical value”.

por lutas políticas (como apontado por Souza [2021]) travadas a partir dos territórios, em especial por mulheres e seus corpos-territórios. A escala também pode ser compreendida como mediadora entre intenção e ação, o que caracteriza um poder nas decisões sobre o território. Este poder, embora tenha sido primordialmente visto como do Estado, pode também partir de outros grupos e do próprio corpo – escopo desta pesquisa –, considerando diversos agentes na produção do espaço (CASTRO, 2020; SOUZA, 2007, 2021). Não deixa de ser interessante observar que os próprios movimentos sociais latino-americanos contribuíram bastante para a renovação da teorização sobre o poder e o contra-poder nas últimas décadas, sendo o movimento neozapatista um dos casos mais emblemáticos.

Jeffrey Masuda e Valorie Crooks (2007) tratam das escalas de experiência, que são “como as realidades vividas das forças sociais, econômicas e políticas de macroescala são impostas nas microescalas do corpo, interpessoal ou da comunidade” (MASUDA, CROOKS, 2007, p. 258, tradução nossa¹³). Ademais, apontam como, a partir dessa experiência corporificada, se pode resistir aos processos de cima – ressaltando, assim, o papel da agência. Em um sentido semelhante, Souza (2021) destaca como a vivência no território forma (e é informada por) identidade sócio-espaciais. Os processos de cima, por um lado, e essas escalas da experiência, por outro, também dão conta de que diferentes escalas, ainda mais no contexto de conflitos socioambientais na América Latina, envolvem diferentes projetos em disputa. É o que pretendemos mostrar nos capítulos que seguem.

Nesse debate, Iná Elias de Castro (2020) faz uma ponderação importante, que diz respeito aos problemas de se definir escalas a partir da ideia de nível de análise. Nível está relacionado à hierarquia: diferentes níveis de análise podem significar maior ou menor conhecimento sobre determinado fenômeno e podem variar de maneira independente à escala. Isto é, numa mesma escala você pode ter mais ou menos capacidade analítica, e não necessariamente uma escala mais ampla envolve um maior acúmulo de análise.

Marcelo Lopes de Souza (2021), por sua vez, diz que a escala geográfica deve ser subdividida em três: 1) escala do *fenômeno*, 2) escala de *análise* e 3) escala de *ação*. A primeira diz respeito à abrangência física de determinado objeto/espaço ou, em se tratando de fenômenos sociais, à abrangência de processos que chama de

¹³ Do original: “how the lived realities of macro-scale social, economic and political forces are played out at the micro-scales of the body, inter-personal, or community”.

“impessoais”, como a globalização; às consequências não previstas, embora previsíveis, como um desastre ambiental; à abrangência de dinâmicas próprias da ação coletiva; e, ainda, à apreensão de fenômenos em territórios ditos contínuos, como em um Estado, ou em rede, como a atuação de empresas transnacionais ou redes de crime organizado.

A segunda (escala de análise), para esse autor, se relaciona com a construção de um objeto de conhecimento a partir de um objeto real. Trata-se, nesse caso, de um dos níveis analíticos que é capaz de ensejar a apreensão de características de nosso objeto. Isso, contudo, não parece se contradizer com a crítica de Castro (2020) colocada acima, uma vez que não hierarquiza níveis. Por fim, a terceira (escala de ação) diz respeito a um aspecto primordialmente político e estratégico, relacionado com o alcance espacial da prática de agentes. Pensar o corpo como escala se encaixa nessas três escalas, como discutiremos no próximo capítulo.

Souza (2021) também argumenta que, para cada caso, cada pesquisa específica, cada construção de objeto de estudo, uma escala (ou algumas escalas) será (serão) mais relevante(s), “para que se possa dar conta dos processos e das práticas referentes ao que se deseja pesquisar” (SOUZA, 2021, p. 188). A observação/concepção do fenômeno traz mudanças no conteúdo e no sentido deste e, daí, na percepção que temos dele. Além de saber *que* os fenômenos mudam, em toda essa problemática deve-se atentar sobre *como* mudam e *quais* os conteúdos considerando novas escalas (CASTRO, 2020).

A “construção social da escala” e a “política de escalas” são conceitos que não se consolidaram no Brasil como em outras regiões (SOUZA, 2021). Porém, Marcelo Lopes de Souza (2021) destaca a atenção que ativistas de modo geral dão a estratégias que envolvem a chamada “política de escalas”. Tal política consiste na articulação de atores (e atrizes) e ações em diferentes escalas (com alcances diferentes) para atingirem maiores efeitos ou diminuïrem impactos negativos. A atuação do COPINH e de Berta, bem como a solidariedade com o caso e a luta por justiça após seu feminicídio, se enquadram nessa política. Também é válido ressaltar como, nessa política de escalas, lutas localizadas não necessariamente são localistas (Bringel, 2006; Jones, 2017), isto é, ensimesmadas; e como a prática baseada no local (isto é, nos lugares) pode ser multiescalar e se relacionar com imaginários alternativos e contra-hegemônicos – em uma disputa que é material, mas também simbólica, de

sentidos, em que a construção da escala se relaciona com a produção do espaço em suas diferentes disputas e relações de poder.

Considerando que “mudança de escala não é uma questão de recorte métrico, mas implica transformações qualitativas não hierárquicas que precisam ser explicitadas” (CASTRO, 2020, p. 134), pode-se depreender que ver o corpo como escala não significa que, por ser ‘espacialmente menor’ tenha menos valor em uma hierarquia. Trata-se de um olhar específico, nesse caso escolhido para apreender dinâmicas interpessoais, subjetivas e corporificadas que não se apreendem a partir de outras escalas, embora a realidade siga a mesma e interconectada.

Compreender o corpo como escala e a noção de corpo-território tem seu significado explicativo. Por mais que pareça estranho a olhares rápidos ou desacostumados com a temática, trata-se na verdade de uma construção que privilegia a explicação de fenômenos pertinentes a esta escala – e que, por exemplo, não são apreendidos com a “visão de sobrevoo” criticada por Souza (2007; 2021) e apresentada anteriormente. A escala que temos como foco nesta pesquisa não é a do Estado, como costuma(va) ser mais comum. No entanto, é fundamental discuti-la criticamente, como ficará notório nas próximas seções sobre território vinculado a Estado, fronteiras e violência masculinizada – de onde partiremos para, no segundo capítulo, mostrar a inversão dessa lógica a partir de discussões feministas e territoriais latino-americanas.

1.2 Estadocentrismo

Território é um conceito que perpassa diferentes áreas do conhecimento e é utilizado de forma bastante ampla. Muitas vezes, é empregado por geógrafos, cientistas políticos e sociólogos como sinônimo de espaço geográfico (no sentido de substrato material), e inerentemente vinculado a discursos e fronteiras de Estados-nação. Isto é, associado apenas à materialidade e a um determinado tipo de poder, qual seja, o do Estado. O território está ligado, sim, a espaço e poder. No entanto, isso não é suficiente para entendermos o seu significado.

Na fronteira de Geografia e Geopolítica, um dos autores clássicos é Friedrich Ratzel (1974 [1897], 2011 [1899]). Souza (2021) destaca como Ratzel utilizava a palavra *so/o*, o que denota a “coisificação” e “naturalização” do território, intimamente atrelado ao Estado-nação e ao objetivo primordial de proteção e expansão territorial-

nacional. O território, no pensamento ratzeliano, ou, melhor dito, o *solo* era o que dava unidade e coerência ao Estado (RATZEL, 2011 [1899]). Nesse sentido, mesmo que a sociedade fosse o elo do solo com o Estado, são centrais não apenas as mencionadas coisificação e naturalização, mas a visão de sobrevoo a partir do olhar estatal (SOUZA, 2007).

Em uma tentativa de explicar diferentes concepções de território, Rogério Haesbaert (2011) faz a seguinte divisão segundo referenciais teóricos: no binômio materialismo e idealismo, território pode ter mais relação com o vínculo sociedade-natureza, calcado na materialidade do espaço e nas fontes de recursos, ou mais relação com determinadas dimensões sociais (econômica, política e/ou simbólico-cultural). No que diz respeito à historicidade, pode ser pensado com relação à sua abrangência histórica (generalizável ou restrito a determinados contextos), e também ao seu caráter: por um lado, absoluto, substrato concreto; por outro, relacional, social-histórico e fruto de relações de poder. No entanto, o autor destaca o entrecruzamento e a sobreposição de diferentes referenciais teóricos, uma vez que o território supera a dicotomia material-ideal e envolve, “ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que também move essas relações” (HAESBAERT, 2011, p. 46).

O autor destaca que o ordenamento, o controle e a gestão do espaço não são questões restritas ao Estado; há, por exemplo, proeminência de grandes corporações industriais – além de movimentos sociais e povos originários. Nesse sentido, ele argumenta sobre a necessidade, ao se trabalhar com o conceito de território, de interação de múltiplas dimensões sociais, quais sejam, natural, política, econômica e cultural. Para ele, dependendo da perspectiva e da dinâmica privilegiada, pode existir uma maior ou menor visibilidade dos processos de desterritorialização (trataremos desses processos a partir da Tabela 1, à frente). Para Souza (2021), como veremos, o destaque está na dimensão política e no caráter relacional do território.

Horacio Aráoz (2014) destaca o caráter material, mas também simbólico do território, que constitui sujeitos e é constituído por estes, como mencionado. Haesbaert (2020), argumenta como, na América Latina, há a tradição de se trabalhar o território a partir de seu uso e práticas, considerando também aspectos simbólicos e sua relação com lutas por transformação social e pela própria vida. A partir de uma perspectiva latino-americana, o autor sintetiza que é possível pensar em território a partir de três abordagens: uma que prioriza análises sobre relações entre espaço e

poder; uma que, a partir de leituras feministas, pensa no corpo como uma primeira escala e um primeiro território (é esta a abordagem em que ele foca ao falar sobre corpo-território e território-corpo, como veremos no segundo capítulo); e, por fim, uma que o relaciona com espaço de vida.

Souza (2021) argumenta que o território, embora não possa prescindir de um substrato material, não se limita a ele. Na tentativa de definir o conceito, argumenta que o território é um espaço definido e delimitado por relações de poder, uma projeção espacial de uma relação de poder, uma relação social espacializada – perspectiva que adotamos neste trabalho. Tal espaço não pode se distinguir de relações sociais por não se reduzir à mera materialidade, nem a uma abstração sem referência material. O poder se exerce sobre um território e por meio de um território: “[...] o alvo ou destinatário jamais é um grupo social “flutuando no ar”, mas sempre um grupo social *em conexão com um espaço* (a ser [des]territorializado, portanto)” (SOUZA, 2021, p. 87, grifo do autor).

O autor levanta a seguinte pergunta: “*quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?*” (SOUZA, 2021, p. 87, grifo do autor), destacando que esse governo não se restringe ao aparato estatal. Questionamento este importante para pensarmos a (des)territorialização. A territorialização pode ter diferentes razões, que se conectam ao substrato espacial material, mas também aos significados, às imagens de lugar (entendido como espaço vivido): recursos naturais, produção de bens, valor estratégico-militar, relações afetivas e de identidade. No entanto, ressalta a primordialidade da dimensão política das relações sociais. Isto é, embora questões econômicas e simbólicas estejam envolvidas e não possam ser negligenciadas, é o político que se destaca. Dito isso, “os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim campos de força” (SOUZA, 2021, p. 89). Sobre esses campos, avança:

A comparação de um território com um “campo de força” aparece, então, como uma analogia bastante razoável: ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou, em outras palavras, a uma das formas de qualificá-lo), ele é, *em si mesmo*, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor, uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: *uma relação social tornada espaço* – mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa, de várias maneiras, deste último (SOUZA, 2021, p. 97-98, grifo do autor).

Pensar o território apenas como substrato espacial material leva a uma coisificação do território. Essa coisificação, como comentado sobre Ratzel, não é sem motivo e, junto com a associação de território ao recorte do Estado-nação, diz muito sobre os clássicos na Geopolítica e na Geografia (e também nas Relações Internacionais), que não dão a devida atenção a relações sociais espacializadas e a poderes e atores/atrizes outros/as que não estatais. Ao se privilegiar o território como espaço geográfico vinculado ao Estado-nação, a escala nacional é privilegiada.

Há, nessas práticas e discursos hegemônicos, uma relação imbricada (e naturalizada) entre o espaço físico (o nacional – com suas dimensões terrestres, aquáticas e aéreas) e um único tipo de poder (o do Estado-nação), de modo que eles se retroalimentam e legitimam, tendo também como base um caráter masculino e masculinizante do espaço, do Estado, do político e da política. Esse caráter de masculinização acaba estando atrelado à militarização. Há uma necessidade de segurança e defesa, seja nas fronteiras externas, seja em conflitos internos, de sorte que a garantia desse poder – material e simbólico – se atrela intimamente à violência. Ademais, a coisificação não problematiza a desterritorialização de determinadas comunidades, afinal, não é mais que uma “coisa” – o que será melhor abordado no terceiro capítulo.

Sobre masculinização, Wendy Brown (1992) argumenta que diferentes dimensões do Estado (quais sejam, liberal, capitalista, prerrogativa e burocrática) têm veias de dominação masculina. A autora tenta destrinchar essas quatro dimensões, conforme explanamos a seguir. Para ela, a generificação do Estado não ocorre apenas em suas dimensões tangíveis ou abertamente patriarcais, como aquelas relacionadas à violência. Ao pensarmos o estadocentrismo, cabe também pensar a centralidade do homem branco e do domínio masculino no Estado e na formação desse próprio estadocentrismo. No entanto, antes de pensar as diferentes dimensões, uma reflexão da autora é anterior e necessária para esta pesquisa: Brown problematiza o Estado como não sendo uma entidade monolítica e unitária, existindo na verdade uma multiplicidade de poderes dentro do que chamamos poder estatal. Apesar disso, seja na esfera econômica, política, de uso da violência, territorial, burocrática, etc, os poderes estão imbricados e se confluem.

Na dimensão *liberal ou jurídico-legislativa*, isto é, dos aspectos formais do Estado, o sujeito de direitos civis é masculino e pode transitar livremente entre as esferas pública e privada. Na dimensão *capitalista* do Estado, ou seja, aquela que

garante a propriedade privada e que se envolve com a produção capitalista, a divisão do trabalho reforça a distinção entre público e privado, já que mulheres são as responsáveis pelo trabalho não pago da esfera doméstica; mesmo quando trabalham fora, acumulam mais jornadas de trabalho e ganham menos; e, quando entram na esfera pública, o fazem em termos masculinos. Já na dimensão *prerrogativa*, aquela que diz respeito ao monopólio legítimo da violência pelo Estado, o caráter masculinizante se sobressai e fica mais nítida a relação masculinização-militarização. Ao mesmo tempo em que há uma divisão entre homens que protegem e mulheres que devem ser protegidas e tuteladas, há intersecções incontornáveis de raça e classe. Por fim, na *dimensão burocrática*, que diz respeito aos arranjos institucionais e de funcionamento, o caráter masculino reside na estrutura hierárquica, racional e relacionada à disciplina.

Unindo as diferentes dimensões do Estado à linha anteriormente comentada de “coisificar” o território, este é “aquele “sobre o qual” o aparelho de Estado exerce ou busca exercer a sua soberania” (SOUZA, 2021, p. 92). Isso se aplica também à noção de corpo-território, em que se vê menos uma relação e sim um espaço sobre o qual se exerce poder. O Coletivo de Geografia Crítica do Equador ressalta como geografias críticas têm um papel importante em tensionar o Estado como único responsável pelo ordenamento territorial, justamente porque isso envolve uma perspectiva homogeneizante do espaço. Destaca, junto à atuação do Estado, aquela de grandes empresas em megaprojetos, em que o despojo de comunidades responde a supostos interesses nacionais. O Coletivo ressalta, ademais, o papel das geografias feministas em se contrapor aos diferentes processos pelos quais não só se coisifica, mas se patriarcaliza o território (COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR, 2017).

Por outro lado, na contramão desta coisificação, ampliar o horizonte analítico e interpretativo do território leva ao seu uso para além do Estado, pautando outras territorialidades. Nesse sentido, Haesbaert (2011; 2020), McDowell (2000), Souza (2021) e outros apontam para a importância de se considerar também o papel da dimensão cultural-simbólica do território (para além da primazia da dimensão política e da já consolidada dimensão material). Isso abre o leque de possibilidades de pesquisas sócio-espaciais em que o território é algo nevrálgico, porém não atrelado ao Estado e suas fronteiras fixas.

1.3 Fixidez e estanqueidade

O caráter relacional e dinâmico do território escapa a uma construção estadocêntrica em que a fixidez das fronteiras, a estanqueidade entre referentes espaço-escalares, e a unidade da soberania são tidas como condições de segurança. No entanto, esse caráter não se dá apenas porque o território envolve um conjunto de relações sociais, mas “uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza” (HAESBAERT, 2011, p. 56). Além disso, o caráter relacional passa pela dinamicidade de diferentes processos – políticos, sociais, econômicos (BRINGEL, 2007). E enfatiza, segundo Rogério Haesbaert (2011), o movimento, a fluidez e as conexões – e não o enraizamento, a estabilidade e a fronteira. Processos de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2011) também são melhor compreendidos nessa chave relacional, e serão abordados adiante.

Souza (2021) argumenta que o conceito de território como proposto por ele pode (mais bem, deve) ser aplicado a diversas situações e escalas – não apenas a partir de uma visão de sobrevoo, ou de voo de pássaro, em escalas pré-determinadas que não descem ao “mundo da vida”:

Dar a devida atenção ao que se passa com o “mundo da vida” (*lebenswelt*), ou, em outras palavras, com o cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais, nos leva a observar e considerar, em matéria de “campos de força” do poder espacializado – isto é, em matéria de territórios –, realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais (SOUZA, 2021, p. 103-4).

Não se pode pensar a desterritorialização sem pensar em território. Aquela pode ter diferentes significados – inclusive antagônicos, porque, a depender da chave analítica em que se percebe o território, o significado da desterritorialização se altera, como comentamos brevemente. Haesbaert (2011), na tentativa de sistematizar, faz o seguinte balanço, que tentamos organizar na forma de tabela (Tabela 1, abaixo): na primeira coluna, estão as diferentes interpretações dos processos de desterritorialização; na segunda, o modo como se vê o território. As cinco primeiras interpretações estão vinculadas à contraposição entre fixidez e fluidez (ou território e rede). As duas últimas, por sua vez, dizem respeito a posições opostas: uma

desterritorialização a partir do alto, de classes dominantes; e uma desterritorialização de baixo, de grupos subalternos e expropriados.

Tabela 1 – Diferentes significados de desterritorialização

Interpretação sobre desterritorialização	Visão de território
Domínio de redes, fluxos e mobilidade	Chave de estabilidade e enraizamento
Perda de referenciais espaciais, concretos (domínio de relações imateriais)	Fundamento material da sociedade; espaço geográfico
Perda de poder (controle dos processos sociais por meio do espaço); enfraquecimento do território do Estado-nação	Construção histórica ligada à formação do Estado moderno
Deslocalização econômica	Influência das condições locais
Homogeneização cultural do globo	Primazia da dimensão cultural e identitária
Domínio da imaterialidade e do ciberespaço globalizado; perda de importância de contextos geográficos e substrato concreto	Base material; condições de reprodução social
Precarização territorial; exclusão do acesso à terra (sentido econômico e simbólico-cultural)	Associação ao substrato físico, material, mas também como “experiência total do espaço”

Fonte: A autora, 2021. A partir de Haesbaert (2011).

No que diz respeito à temática desta pesquisa, é o último sentido de desterritorialização da tabela que interessa, cuja origem está em processos de exclusão e precarização socioespacial. Desse modo, concordamos com Haesbaert quando ele afirma que “desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2011, p. 68). Trata-se, aqui, de desterritorialização num sentido elementar, de privação de acesso à materialidade da terra, o que se vincula a

um sentido econômico, de subsistência e trabalho, e também a um sentido mais amplo, que engloba questões de modos de vida, ancestralidade, simbolismos – daí a *experiência total do espaço*¹⁴.

Isso ficará mais evidente ao abordarmos, no terceiro capítulo, as dinâmicas do neoextrativismo e, especificamente, do projeto Agua Zarca em Honduras. No entanto, desde já se pode fazer uma contraposição à suposta fixidez, estanqueidade, rigidez e segurança das fronteiras e do território. Essas características dizem respeito a uma construção de escala nacional na chave do poder. Às resistências, a segurança e a possibilidade de manutenção do território são não só instáveis, mas negadas.

Relacionado a isso, cabe ressaltar que a desterritorialização, para camadas privilegiadas, diz respeito a uma multiterritorialidade segura, plena de flexibilidade e mobilidade voluntária – o que Haesbaert (2011) liga ao “espaço virtual”, que se desvincula da coincidência de espaço e tempo. Para o extremo oposto da pirâmide social, a desterritorialização diz respeito a uma multi ou ateritorialidade insegura, em que a mobilidade é compulsória, sem flexibilidade e ligada à própria sobrevivência – o que o autor vincula ao “espaço brutal”. No entanto, cabe considerar também a des-territorialização daquele primeiro grupo, uma vez que muros, barreiras e fronteiras delimitam e segregam, o que torna o território e a (des)territorialização mais complexa e nuançada.

Se a globalização em alguma medida traz a imbricação de diferentes escalas e a compressão do espaço (e do tempo), é necessário pensar que mesmo esta noção é generificada e racializada: quem, afinal, pode transitar livremente por essas fronteiras ditas mais fluídas? Doreen Massey (1994) resalta que a mobilidade e o controle sobre a mobilidade ilustram e reforçam o poder de determinados grupos sobre outros, o que novamente traz a dinâmica poder-resistência. Sharp (2005) e Massey (1994; 1999) se atentam para esse debate sobre o sentido do global e a construção desse imaginário geopolítico, permeado por diferentes relações e geometrias de poder no espaço.

O imaginário geopolítico hegemônico vinculado com o Estado envolve o que John Agnew (1994) chamou de ‘armadilha territorial’ para a teoria *mainstream* de Relações Internacionais – aqui, entendemos que não só para esta disciplina. Essa

¹⁴ Tal experiência, vinculada primordialmente a pessoas sem-terra e povos originários, se desenvolve dentro de determinados contextos históricos e a partir de suas condições de classe, raça e gênero. Isto é, não se pode generalizá-la. Por outro lado, há um ponto de união: a precarização socioespacial.

armadilha é embasada por três pressupostos relacionados a essa fixidez de fronteiras e estanqueidade de escalas que viemos comentando e que implicam em uma territorialização estadocêntrica. Esses pressupostos, para o autor, seriam: o entendimento do Estado como unidade espacial fixa de soberania, uma polarização entre doméstico e externo, e os Estados como ‘contenedores’ das sociedades.

Com relação aos referentes espaço-escalares mais básicos – local, nacional, regional, internacional –, é importante pensarmos que, ao serem reificados, denotam uma estanqueidade e uma diferenciação que não condiz com a realidade multifacetada e dinâmica. Ao se privilegiar a escala estatal, há uma dinâmica de poder que necessita de força para poder ser criada e mantida – os pressupostos trazidos por Agnew (1994) têm a segurança como um dos fios condutores. Em função dessa dinâmica, masculinização e militarização aparecem como eixos fundamentais.

1.4 Masculinização e militarização

Antes de seguir, cabe pontuar que, nesta seção, tentaremos passar por algumas formas de abordar a relação entre masculinização e militarização, tendo em mente dois principais pontos norteadores. O primeiro é que a construção das escalas envolve essa dinâmica entre poder e resistência que, por sua vez, é generificada nos dois sentidos: por um lado, o poder relacionado ao controle de um espaço “desde cima” (seja institucional ou não, embora intimamente relacionado ao aparato estatal) tem uma ideia de escala distanciada das experiências vividas, relacionada à segurança, à conquista e à dominação, e com discursos, estratégias e práticas pensadas por e para homens (em termos raciais, homens brancos). Por outro, as resistências territoriais “desde baixo” se vinculam com o cotidiano no espaço, com a construção de outras formas de se estar no espaço, e são corporificadas comumente por mulheres. O segundo ponto norteador é que as fronteiras entre público e privado são muito tênues. Nesse sentido, a vinculação da violência de gênero ao espaço privado é de todo errada, uma vez que ela está inserida em uma lógica mais ampla e sistemática sobre corpos e territórios femininos e feminizados.

No que tange ao objetivo desta dissertação de maneira mais específica, o território enquanto projeção espacial de relações de poder abre espaço para pensar a relação entre corpo e território não só no sentido de um poder *sobre os corpos*, mas

também numa relação de disputa *a partir dos corpos* (daí a noção de corpo-território) – aqui, são os corpos de mulheres que estão em discussão. Essas relações de poder, em diálogo com o que foi exposto sobre discussões do Estado, passam por uma masculinização e militarização dos territórios e dos corpos com discursos e ações calcados na violência sobre e na dominação de corpos de mulheres e seus espaços de vida.

A militarização, conforme argumenta Cynthia Enloe (2000) acontece para além dos espaços mais óbvios de guerra e armamento hostil. O processo da militarização está também em espaços e momentos em teoria menos bélicos, transformando o significado do uso de pessoas e territórios. Em sua definição, a autora escreve que “militarização é o processo passo a passo pelo qual algo se torna *controlado por, dependente de, ou cujo valor deriva* do militar como uma instituição ou a partir de critérios militaristas” (ENLOE, 2000, p. 291, grifo da autora, tradução nossa¹⁵). Processos de militarização são crescentes, ainda mais naquelas que são consideradas as margens do Estado e de onde podem irromper as maiores resistências ao seu poder.

Se entender a dinâmica de construção de escalas passa por entender a dinâmica entre poder e resistência, precisamos pensar como a generificação das relações operam de ambos os lados. Ou, seja, para além de entender poder e resistência de forma generificada, buscar compreender essas questões: como o poder é generificado? Como a resistência é generificada? Essas são perguntas que ajudaram a nortear esta pesquisa – sendo a chave do poder pensada mais sistematicamente neste capítulo e a da resistência no capítulo seguinte. Enloe (2014) destaca que uma curiosidade feminista e generificada nas pesquisas se propõe a responder essas questões sobre a generificação, no sentido de apreender como as formas de poder operam e como se pode fazer frente a elas.

Linda McDowell (2000) argumenta que os lugares se diferem pelo tipo de relação de poder que estabelece seus limites, e coloca o corpo como um lugar – “o mais imediato de todos” (McDOWELL, 2000, p. 59). Outras autoras e autores também falam do corpo como um lugar ou uma “primeira fronteira”, como Andrew Herod (2011), Anne McClintock (2010), Delmy Cruz Hernández (2016), Rita Segato (2014; 2016), Rogério Haesbaert (2020), Verónica Gago (2020), entre outras/os.

¹⁵ Do original: “Militarization is the step-bystep process by which something becomes *controlled by, dependent on, or derives its value from* the military as an institution or militaristic criteria”.

McDowell (2000) aponta, contudo, que nem todos os geógrafos veem o corpo como lugar, e que a Geografia, por preocupar-se com o público, costumou deixar o corpo de lado por vê-lo como relegado ao plano privado. Argumenta, porém, pelo seu caráter público – discussão que é retomada por outras autoras aqui apresentadas, e que é central para os debates feministas. Ela escreve:

As questões que afetam o corpo não costumam ser consideradas relacionadas – não de um modo espontâneo – à pesquisa geográfica, já que a tradição coloca a disciplina no terreno público, com exclusão total do privado, e o corpo, com seus atributos, sua conduta e sua sexualidade, sempre foram tidos por um interesse estritamente privado, ainda que, como demonstrarei aqui, os estudos feministas mais recentes demonstraram que o corpo também é uma construção dos discursos e das atuações públicas que ocorrem em diferentes escalas espaciais. O estudo do corpo também transformou a compreensão do espaço, porque demonstrou que as divisões espaciais – em casa ou no local de trabalho, ao nível da cidade ou do Estado-nação – refletem e se veem refletidas nas ações e relações sociais de carne e osso (McDOWELL, 2000, p. 61, tradução nossa¹⁶).

Doreen Massey (1994) aponta para a complexidade do local, imbricado crescentemente ao global e vice-versa. Com relação à generificação do espaço, argumenta que espaços, lugares e nossos sentidos sobre eles são generificados: “além disso, eles são generificados em uma miríade de formas diferentes, que variam entre culturas e ao longo do tempo. E essa generificação do espaço e do lugar reflete e tem efeitos sobre as maneiras em que o gênero é construído e compreendido nas sociedades em que vivemos” (MASSEY, 1994, p. 186, tradução nossa¹⁷).

Essa generificação do espaço passa por uma masculinidade hegemônica (que espera um determinado tipo de feminilidade) e se relaciona com a militarização. A discussão sobre masculinização e militarização pode ser feita de diversas maneiras, como, por exemplo: a partir da dimensão masculinista do Estado (BROWN, 1992), como demonstrando em seção anterior; a partir dos processos de colonização

¹⁶ Do original: “Las cuestiones que afectan al cuerpo no suelen considerarse relacionadas —no de un modo espontáneo— con la investigación geográfica, ya que la tradición sitúa a la disciplina en el terreno público, con total exclusión de lo privado, y el cuerpo, con sus atributos, su conducta y su sexualidad, siempre se ha tenido por un interés estrictamente privado, aunque, como demostraré aquí, los estudios feministas más recientes han demostrado que también el cuerpo es una construcción de los discursos y las actuaciones públicas que se producen a distintas escalas espaciales. El estudio del cuerpo ha transformado también la comprensión del espacio, porque ha demostrado que las divisiones espaciales – en la casa o en el puesto de trabajo, en el plano de la ciudad o del Estado-nación – reflejan y se ven reflejadas en las actuaciones y relaciones sociales de carne y hueso”.

¹⁷ Do original: “Moreover they are gendered in a myriad different ways, which vary between cultures and over time. And this gendering of space and place both reflects and has effects back on the ways in which gender is constructed and understood in the societies in which we live”.

(McCLINTOCK, 2010); com relação à história da geopolítica (GILMARTIN; KOFMAN, 2005); em reflexões sobre novos tipos de guerra e o papel do corpo de mulheres nas transformações bélicas (SEGATO, 2014); a partir de diferentes tipos de violência que se inter-relacionam (GAGO, 2020); em relação à política internacional (ENLOE, 2000; 2014); a partir da relação com territórios em disputa – seja no rural, seja no urbano; entre outras. É o que tentaremos abordar aqui.

Em sua formação, na segunda metade do século XVIII, a disciplina da geopolítica dizia respeito a estratégias territoriais. Mary Gilmartin e Eleonore Kofman (2005) apontam como a disciplina (sem que isso seja característica exclusiva sua) se constitui a partir de estrategistas e geógrafos homens, com uma visão ao mesmo tempo masculina e masculinizante do mundo, em que, à ausência das mulheres no pensamento e na prática geopolítica, se somava a subjugação feminina para a expansão imperialista – generificada e racializada – dos Estados-nação, como também apontado por Anne McClintock (2010). A militarização, cabe enfatizar desde já, se dá sobre corpos e terra, com uma posse masculinizada e militarizada.

Gilmartin e Kofman (2005) apresentam um histórico da geopolítica, com seus pensamentos e estratégias. Nesse sentido, falam da centralidade de estrategistas estadocêntricos para o seu desenvolvimento, até que críticas passassem a ser formuladas de modo mais sistemático. Vê-se que, nas últimas décadas, passou a ocorrer uma complexificação do debate geopolítico, relacionado também à temática das escalas. Apesar disso, essas autoras apontam que a geopolítica ainda é (cabe ressaltar que o texto é escrito em 2004) fortemente marcada por silêncios, e ressaltam três áreas de silêncio: “a primeira área é a relação entre geopolítica e novas formas de colonialismo e imperialismo, a segunda área é a contínua categorização da geopolítica como práticas de elites, e a terceira área é a natureza generificada da geopolítica” (GILMARTIN; KOFMAN, 2005, p. 119, tradução nossa¹⁸).

Com relação ao primeiro aspecto, novas formas de colonialismo e imperialismo se relacionam com a manutenção e o reforço de desigualdades estruturais, em termos espaciais e sociais, entre nações (embora também dentro das mesmas). As autoras apontam que “a geopolítica, contudo, frequentemente é cega a essas diferenças e às formas em que representam a continuação de práticas imperialistas” (GILMARTIN;

¹⁸ Do original: “The first area is the relationship between geopolitics and new forms of colonialism and imperialism, the second area is the continuing categorization of geopolitics as the practices of elites, and the third area is the gendered nature of geopolitics”.

KOFMAN, 2005, p. 120, tradução nossa¹⁹), e ressaltam que a geopolítica tradicional tende a manter, fortalecer e por vezes expandir fronteiras. Ademais, ressaltam que, “embora a geopolítica crítica tenha chamado a atenção para a construção discursiva do imperialismo histórico, é menos rápido mostrar as maneiras pelas quais a geopolítica continua carregando as cicatrizes de seu passado imperial na construção contínua de hierarquias de diferença” (GILMARTIN; KOFMAN, 2005, p. 121, tradução nossa²⁰).

Com relação à segunda área de silêncio, as autoras apontam para a relação imbricada da geopolítica (mas não exclusivamente) com as elites, o que por sua vez se relaciona com o estatismo – e com a ideia de que o Estado seria a escala primordial de análise. A geopolítica tradicional, por se atentar a questões territoriais e estratégicas relacionadas a guerras, fronteiras, território, influência e poder, focaria em uma escala global e estatal, com especial atenção às elites, que seriam as definidoras das estratégias. A geopolítica crítica tem, como uma característica fundamental, o fato de não limitar as relações de poder àquelas entre Estados, pois “seriam esquecidos, então, os inumeráveis fluxos que ocorrem à margem, e ela operaria de forma reducionista, limitando-se ao “político” e ao “estatal”” (CAIRO, 2008, p. 202).

Gilmartin e Kofman (2005) se questionam: se a geopolítica relaciona as partes a um todo, e se preocupa com a interação entre as partes, como não pensar que outros atores para além do Estado e suas elites também pensam em estratégias numa escala global, como multinacionais e movimentos sociais? Houve, porém, tentativas de analisar a geopolítica para além das elites estatais – relacionadas ao estadocentrismo da seção anterior. As autoras destacam o trabalho de Geraóid Ó Tuathail (1996; 2005), com geopolítica crítica e a ideia de antigeopolítica; de Paul Routledge (2003) e a importância dada à antigeopolítica e à geopolítica popular; e de Nigel Thrift (2000) e o foco às “pequenas coisas”, o que se relaciona com as escalas e com a generificação da geopolítica. John Agnew também entra nesse rol de autores. Considerando esta segunda área de silêncio, as autoras apontam para a necessidade

¹⁹ Do original: “Geopolitics, however, often is blind to these differences and to the ways in which they represent a continuation of imperial practices”.

²⁰ Do original: “Although critical geopolitics has drawn attention to the discursive construction of historical imperialism, it is less quick to show the ways in which geopolitics continues to bear the scars of its imperial past in the continued construction of hierarchies of difference”.

de se pensar a democratização da geopolítica, que se relaciona também com a terceira área.

Esta terceira área de silêncio, segundo as autoras, diz respeito à generificação da geopolítica, e talvez seja o aspecto mais diretamente relacionado a esta pesquisa. Argumentam que, “apesar dos avanços que foram feitos no feminismo e na geografia feminista, a geopolítica continua opressivamente generificada. O pensamento estratégico, ao que parece, continua o reduto da elite política (masculina), e há pouco espaço para as mulheres nesse processo” (GILMARTIN; KOFMAN, 2005, p. 122, tradução nossa²¹). Mesmo as geopolíticas críticas não conseguiram incorporar aspectos importantes de gênero e de atenção à dimensão do corpo de forma sistematizada – tendo sido alvo de críticas por isso, apontam. Na seguinte passagem, as autoras sintetizam um pouco do debate e das críticas feministas ao imperialismo e sua visão e ação masculinista, bem como à relação entre geopolítica tradicional e crítica:

De muitas maneiras, essas análises feministas contemporâneas da geopolítica tradicional e crítica baseiam-se nas análises feministas das práticas do imperialismo. As abordagens feministas para o estudo do imperialismo destacaram as maneiras pelas quais as mulheres frequentemente foram excluídas da prática do imperialismo e as maneiras pelas quais a participação das mulheres na prática do imperialismo foi marginalizada, deixada de lado e silenciada. Elas traçaram ligações entre a violência do imperialismo e a violência do patriarcado. Apontaram as formas pelas quais o imperialismo foi construído discursivamente como um esforço masculinista que ocorreu em espaços públicos. Por meio das linguagens e práticas masculinizadas do imperialismo, os narradores do império atribuíram às mulheres um papel simbólico. Essas práticas são replicadas no trabalho de geopolíticos tanto tradicionais quanto críticos, que continuam presos a modos masculinistas de análise e representação que criam oposições binárias entre elite e popular, entre estado e local, e entre poderosos e impotentes, e àqueles que continuam usando uma linguagem marcada por sua aparente objetividade, mas que mascara ideias e conceitos fundamentalmente generificados (GILMARTIN; KOFMAN, 2005, p. 123, tradução nossa²²).

²¹ Do original: “despite the advances that have been made in feminism, and in feminist geography, geopolitics remains oppressively gendered. Strategic thinking, it appears, remains the preserve of the (male) political elite, and there is little room for women within that process”.

²² Do original: “In many ways, these contemporary feminist analyses of traditional and critical geopolitics draw on feminist analyses of the practices of imperialism. Feminist approaches to the study of imperialism highlighted the ways in which women often were excluded from the practice of imperialism and the ways in which women’s participation in the practice of imperialism was marginalized, sidelined, and silenced. They drew links between the violence of imperialism and the violence of patriarchy. They pointed out the ways in which imperialism was discursively constructed as a masculinist endeavor that occurred in public spaces. Through the masculinized languages and practices of imperialism, the narrators of empire consigned women to a symbolic role. These practices are replicated in the work of both traditional and critical geopoliticians, who continue to be bound by masculinist modes of analysis and representation that create binary oppositions between elite and popular, between state and local,

As autoras ressaltam a atenção de geógrafas feministas à necessidade de se construir novas abordagens geopolíticas críticas (conceitual e praticamente, com estratégias e práticas), para além da mera desconstrução, cientes de que as representações e as análises são generificadas. Nesse sentido, a mudança de escalas para além da estatal e global, a transposição de análises feministas das esferas público-privado para o âmbito internacional, a imbricação entre o internacional e o cotidiano, e a corporificação e localização dos sujeitos e da própria geopolítica são elementos importantes para a democratização da geopolítica tradicional (GILMARTIN; KOFMAN, 2005; HYNDMAN, 2001).

Essa democratização “tiraria [a geopolítica] do armário das instituições de elite e permitiria que se reconhecesse a dimensão profundamente generificada, racializada e, não menos importante, classista das práticas e estratégias geopolíticas dominantes” (GILMARTIN; KOFMAN, 2005, p. 125, tradução nossa²³). As autoras ressaltam algo central para esta pesquisa: esse movimento não deve ocorrer no sentido de as análises geopolíticas feministas se fecharem em uma escala mais restrita, local ou corporal. Pelo contrário, pensa-se a multiescalaridade: “a geopolítica feminista deve procurar conectar práticas e estratégias em todas as escalas por meio das quais o poder territorial é formado e executado” (GILMARTIN; KOFMAN, 2005, p. 125, tradução nossa²⁴).

Hyndman (2001), apoiando-se em Staeheli (1994) e Marston (2000), diz que a escala estrutura a ação política, e sua construção se relaciona com a construção do espaço e com tensões entre forças estruturais e práticas individuais. A autora pontua a heterogeneidade de feminismos, bem como de perspectivas da geopolítica. Em sua análise, entende que a geopolítica crítica é a que mais deu aportes à geografia feminista e a que mais poderia apoiar um avanço para um imaginário geopolítico feminista. Para ela, a geopolítica feminista não seria uma nova teoria, mas uma abordagem analítica e prática a questões globais com lentes de política feminista, ou seja, atentas às relações desiguais e por tantas vezes violentas. Em sua argumentação, processos globais (econômicos, políticos, sociais, culturais) “são

and between powerful and powerless, and by those who continue to use language that is marked by its apparent objectivity but that masks fundamentally gendered ideas and concepts”.

²³ Do original: “would bring it out of the closet of elite institutions and enable one to recognize the profoundly gendered, racialized, and, not least, classed dimension of dominant geopolitical practices and strategies”.

²⁴ Do original: “feminist geopolitics should seek to connect practices and strategies across the scales through which territorial power is formed and enacted”.

vivenciados de maneiras localizadas, cotidianas, corporificadas” (HYNDMAN, 2001, p. 212, tradução nossa²⁵).

Se as geopolíticas críticas introduziram mudanças e problematizaram aspectos da geopolítica, não é de imediato que se incorporam questões de gênero e especificamente do corpo na análise, como apontam Mary Gilmartin e Eleonore Kofman (2005) e também Almudena Cabezas (2012). É nessa direção que atuam, então, as geopolíticas feministas críticas e os feminismos transnacionais, que “ressaltam a necessidade de incorporar pessoas de carne e osso às paisagens e aos mapas das relações de poder” (CABEZAS, 2012, p. 842, tradução nossa²⁶). Isso, contudo, não significa se atentar apenas para micropolíticas do corpo ou para fenômenos estritamente locais, mas pensar na multiescalaridade imbricada na escala do corpo – tensões e disputas políticas que estão no corpo, mas também na geopolítica mais *stricto sensu*, nas relações de poder da alta política. Sobre tais imbricações, Joanne Sharp (2005) escreve:

Claro, a ideia de que a política ocorre em espaços cotidianos, e não apenas na esfera formal da política, não é uma nova linha de pesquisa para a geografia feminista. Partindo da máxima “o pessoal é político”, feministas mostraram como os espaços mais privados e íntimos da vida são infundidos com poder e são capturados em várias relações de dominação e resistência. Feministas ilustraram a importância do cotidiano na criação mundana de identidades políticas e atividade política, e elas ilustraram a importância de relações de poder que funcionam por meio de esferas domésticas (SHARP, 2005, p. 95, tradução nossa²⁷).

Sobre as conexões entre o cotidiano e o internacional, Cynthia Enloe (2014) ressalta como o famoso ‘o pessoal é político’ pode ser lido também ao contrário: ‘o político é pessoal’. Faz o mesmo jogo de palavras com ‘o pessoal é internacional’ e ‘o internacional é pessoal’. As relações pessoais não apenas não são apolíticas, como são parte constitutiva da esfera pública (e tida como a única política); também têm relação com dinâmicas transnacionais. São, enfim, permeadas de poder e estão imbricadas com outras escalas, não estando restritas e relegadas à esfera privada,

²⁵ Do original: “are experienced in localized, everyday, embodied ways”.

²⁶ Do original: “subrayan la necesidad de incorporar a personas de carne y hueso a los paisajes y mapas de las relaciones de poder”.

²⁷ Do original: “Of course, the idea that politics takes place in everyday spaces, and not only in the formal sphere of politics, is not a new line of research for feminist geography. From the maxim “the personal is political,” feminists have shown how the most private and intimate spaces of life are infused with power and are caught up in various relationships of domination and resistance. Feminists have illustrated the importance of the everyday in the mundane creation of political identities and political activity, and they have illustrated the importance of power relations that work through domestic spheres”.

íntima e doméstica. O político e o internacional, por sua vez, são também pessoais, já que dependem de uma esfera privada com determinadas condições que possibilitem e facilitem sua existência, e porque seus impactos não são etéreos. A autora escreve:

Lida como “o político é pessoal”, a afirmação sugere que a política não é moldada meramente pelo que acontece em debates legislativos, cabines de votação, reuniões de estratégia de partidos políticos, gabinetes de tribunais ou de guerra. Enquanto homens que dominam a vida pública em tantos países disseram às mulheres para ficarem na proverbial cozinha (não viajar para *workshops* em Manila, não organizar, não teorizar), aqueles mesmos homens usaram suas inúmeras formas de poder público para construir relações privadas de formas que reforçaram o seu próprio controle político masculinizado. Sem essas manobras deliberadas de gênero, o controle dos homens sobre a vida política pode ser muito menos seguro (ENLOE, 2014, p. 348, tradução nossa²⁸).

Essa discussão ajuda a pensar nas escalas e nas esferas privada e pública como relacionais e inter-relacionadas. Rita Segato (2016) pontua como a esfera pública tem um caráter englobante, totalizante, universalizante, cujo interesse é tido como geral, em oposição ao que compõe o privado – outros marginalizados e ‘minoritários’. Além disso, é sempre importante voltarmos a problematizar a dita ausência feminina no público, no sentido de que, se mulheres trabalhavam no âmbito privado, isso era parte da engrenagem do público, embora o discurso da política (nacional ou internacional) não o reconhecesse/reconheça como constitutivo e possibilitador das relações públicas (GILMARTIN; KOFMAN, 2005; ENLOE, 2014).

Enloe (2014), nesse sentido, argumenta que as pesquisas feministas sobre as relações internacionais e as Relações Internacionais²⁹ são mais aprofundadas, pois veem as interconexões entre diversos temas, borrando fronteiras – uma vez que não se entende de segurança internacional e de economia política internacional em separado, assim como não se entende desses temas sem pensar as relações de gênero, as masculinidades e feminilidades que os compõem e às quais podem resistir. Embora não utilize o termo escala especificamente, vê-se na sua argumentação a

²⁸ Do original: “Read as “the political is personal” the assertion suggests that politics is not shaped merely by what happens in legislative debates, voting booths, political party strategy sessions, court rooms, or war rooms. While men who dominate public life in so many countries have told women to stay in the proverbial kitchen (not travel to workshops in Manila, not organize, not theorize), those same men have used their myriad forms of public power to construct private relationships in ways that have bolstered their own masculinized political control. Without these deliberate gendered maneuvers, men’s hold over political life might be far less secure”.

²⁹ Em minúscula diz respeito às relações políticas entre atores internacionais; em maiúscula, à disciplina, para a qual Cynthia Enloe é expoente incontornável.

imbricação entre escalas – o corpo, o nacional, o internacional – e a necessidade de pensá-las para além de uma abstração teórica apartada das realidades cotidianas.

Para Enloe (2014), a curiosidade feminista é importante para visibilizar essas questões e as imbricações entre o que é supostamente político e internacional e aquilo que é tido como pessoal. Nesse sentido, ressalta as masculinidades como estruturadoras de diferentes formas de poder – que, por sua vez, dependem de determinadas ideias de feminilidades, submissas à subalternização. Masculinidade no sentido mais hegemônico está vinculada à virilidade, ao patriotismo, ao militarismo, à heterossexualidade compulsória, à dureza, e também a ideias de imperialismo, modernização, progresso, racionalidade e segurança (ENLOE, 2014; JESUS, 2014). Tem sido, ademais, um eixo importante da ascensão de extremas direitas – o que foge, contudo, do escopo desta pesquisa.

Apesar de o avanço sobre corpos e territórios estar ligado a essa engrenagem generificada, masculinizada e militarizada do poder, muitas análises ignoram as relações de gênero ao pensar as relações políticas entre Estados e dentro deles. Há, nesse sentido, uma tradição indiferente ao gênero (*gender-incurious*) que não se atenta à masculinidade como elemento chave da política de modo geral, tampouco às tentativas sistematizadas de controle sobre mulheres.

Visibilizar, analiticamente, as mulheres (em sua diversidade em termos de classe, região, raça e etnicidade) é necessário para avançar em análises que tenham perguntas e respostas mais complexas e completas, que apreendam diversas facetas constitutivas do político e do internacional. Uma análise de Relações Internacionais multiescalar e generificada dá conta de elementos e explicações que uma análise que desconsidera aspectos de gênero e o cotidiano como constitutivos do internacional – como igualmente políticos e permeados de poder – não alcança. As Relações Internacionais, sob esse prisma, se complexificam e entendem o poder de forma mais completa.

No mesmo sentido, entender as conexões entre masculinidade, militarização e violência é crucial para apreender não só realidades vivenciadas por mulheres em diferentes contextos, mas também a própria política (ENLOE, 2014). Em sentido semelhante, Lauren Wilcox (2015) critica a maneira não-corporificada como se pensa a violência em Relações Internacionais – o que se relaciona com a mencionada visão de sobrevoos e com um projeto que foca mais na homogeneidade do Estado do que nas subjetividades e corporalidades das pessoas.

Se os estudos internacionais tenderam (e tendem) a privilegiar a construção e a relação dos Estados, a alta política, os discursos e os líderes estatais, por exemplo, há autoras que vão em alguma medida na contramão, apontando para elementos e atores (mais bem atrizes) que não aparecem comumente nas análises, deslocando a ênfase (SHARP, 2005; ENLOE, 2014; CABEZAS, 2012). Como argumentado, esse movimento não ocorre para privilegiar o micro e a escala local em detrimento da escala global, mas para mostrar e apreender as conexões entre o cotidiano e o internacional, sem a divisão de político e apolítico, e atentando para as causas e os efeitos políticos de práticas cotidianas e vice-versa.

A já referida conexão entre cotidiano e internacional se dá de diversas maneiras. Uma delas passa pelas novas formas não convencionais de guerra, com baixos níveis de formalização e alta para-estatalidade, que têm como alvo – e não mais como suposto dano colateral – a violência sobre corpos de mulheres. Isto é, a violência contra mulheres vira um dispositivo estratégico, e não mais uma consequência não desejada contra corpos inocentes ou uma anexação como parte de territórios inimigos conquistados (SEGATO, 2014). Há, na violência contra corpos de mulheres, o que Rita Segato (2014; 2016) chama de ‘pedagogia da crueldade’, cuja capacidade violenta é ilimitada e vinculada ao mandato da masculinidade, à repetição e à normalização de paisagens violentas, e à exposição pública dessa violência. Esse cenário se relaciona, ainda, com o que chama de *conquistualidade* violenta e expropriadora permanente, bem como *dueñidad* (do espanhol, vem de dono) – com uma garantia de controle sobre corpos e territórios.

Nisso, outra maneira de se relacionar cotidiano e internacional é pelos números crescentes de feminicídios. A discussão de Enloe (2014) sobre esferas pública e privada e a sua imbricação dialoga com a discussão que Rita Segato (2014) faz sobre feminicídio e que Verónica Gago (2020) faz sobre diferentes, simultâneos e inter-relacionados tipos de violência de gênero, como feminicídios, despojos e violências financeiras. Comumente atrelado à esfera privada e confinado a relações interpessoais, Segato (2014) demonstra que o feminicídio tem mais relação com a impessoalidade do que com a inter-pessoalidade, existindo de forma sistemática para além da intimidade³⁰. Nesse sentido, o assassinato de Berta Cáceres é um feminicídio,

³⁰ Com relação a isso, Rita Segato (2014) apresenta constata que países com altos níveis de conflito e violência interna tem maiores números de violência letal contra mulheres. Dessa forma, há uma relação entre atividade bélica e feminicídios – que estão em uma esfera da impessoalidade. Nesse sentido,

como já aventado na introdução. Ademais, considerando que a violência tem uma dimensão instrumental e outra expressiva (onde a pedagogia da crueldade ganha relevância), percebemos que o feminicídio de Berta corresponde a essas duas dimensões, como veremos no terceiro capítulo.

Por fim, é importante ressaltar que a militarização e a masculinização, para além de se relacionarem com o Estado, estão também atreladas ao que Segato (2014) chama de Segundo Estado ou Segunda Realidade. A primeira é formada pelo que é formal, público, visível. A segunda, por sua vez, passa por uma economia e por uma economia política da violência, da segurança, e da propriedade que flui de modo subterrâneo, mas conectada com aquela estritamente estatal. A imbricação entre Primeiro e Segundo Estado, ou Primeira e Segunda Realidade, mostra a dualidade do Estado, com relações entre Estado, para-Estado e atores privados. Isso é evidente no caso de Berta, como veremos. Segato (2014) argumenta que a limiaridade entre essas realidades conformam “*um verdadeiro limbo que demonstra a natureza fictícia do Estado de direito*” (SEGATO, 2014, p. 359, grifo da autora, tradução nossa³¹).

Em ambas as realidades, o corpo de mulheres é inscrito como um campo de batalha, constituído em si como um espaço para a ação bélica – daí também a relação imbricada com o território. Podemos perceber, na literatura, a centralidade do corpo feminino para uma ordem de dominação e conquista de corpos e territórios que, apesar de alterações ao longo do tempo, se mantém. Verónica Gago (2020) ressalta a dimensão colonial como uma conexão permanente, com a autoridade relacionada à propriedade sobre corpos e territórios. Nesse arcabouço, a alteridade subalternizada é tanto uma justificativa para a violência, quanto um motivo para a mesma, fortalecendo-a.

aponta que os crimes de gênero relacionados à esfera interpessoal diminuem. Com relação a Honduras, expõe que, entre 2003 e 2007, o aumento do assassinato de homens foi de 40%, ao passo que o das mulheres foi 166%. Ademais, aponta que junto ao aumento do assassinato de mulheres, apenas 1 a cada 4 ocorrem no âmbito da família. São necessárias cada vez mais estatísticas sobre isso para confrontar a relação estereotipada de feminicídios à esfera privada e às emoções individuais. Nesse sentido, Verónica Gago (2020) argumenta pela despatologização da violência contra corpos femininos, na necessidade de entendê-la em sua estrutura sistemática.

³¹ Do original: “un verdadero limbo que demuestra la naturaleza ficcional del Estado de derecho”.

1.5 Alteridade subalternizada

Gearóid Ó Tuathail (1996), ao tratar do trabalho de uma jornalista inglesa sobre a Guerra da Bósnia, abordou como ela teve um olhar antigeopolítico – sem que isso fosse a negação da geopolítica, senão uma geopolítica contra-hegemônica. Embora não fale em escala especificamente, percebe-se que o autor passa pela temática, ao contrapor uma geopolítica tradicional a uma antigeopolítica específica. Ele destaca quatro dimensões de seu olhar: primeiro, uma visão a partir do nível do solo, e não abstrata; segundo, perspectivas múltiplas, considerando que ‘o pessoal é geopolítico’ (em diálogo com o que foi exposto a partir de Cynthia Enloe e outras autoras); terceiro, corpos visíveis, no sentido de que as disputas em uma guerra, por exemplo, se dão por território e corpos; por fim, objetividade feminista, em que considera um olhar situado e corporificado. Ele contrapõe um olhar da tradição geopolítica desencarnado, distanciado, supostamente objetivo, com o mundo das relações internacionais sendo uma esfera distante, a um olhar que considera o local, o corporal, o cotidiano, e o impacto nas e das pessoas em cenário bélico. Aquela guerra, ao fim e ao cabo, era sentida na experiência cotidiana mais do que em uma formulação abstrata da alta política (*high politics*).

A partir dessa contraposição, podemos pensar em como aquele olhar desencarnado, distanciado e supostamente objetivo, vinculado primordialmente ao Estado, pretende-se universal. Nessa pretensão, procura se colocar acima dos outros que lhe são diferentes. Isto é, além de criar um outro, faz com que este seja subalternizado – forjando um outro inimizado que não necessariamente pertence a outro Estado. Essa discussão dialoga com a pesquisa na medida em que também traz um tensionamento entre poder e resistência.

As mulheres que resistem a projetos extrativistas, a partir de sua luta cotidiana e corporeizada, lidam constantemente com esta alteridade subalternizada, a partir das margens às quais são historicamente empurradas. Não se pode deixar de ter em mente como, em muitos dos casos – e especificamente no caso de Berta a ser analisado no terceiro capítulo –, são mulheres indígenas. Isso acrescenta ainda outra camada de alteridade com relação ao aparato estatal masculino, branco e que, via militarização, trata de controlar (discursiva e materialmente) territórios em resistência.

A militarização constrói essa alteridade subalternizada ao mesmo tempo em que necessita desta para se fortalecer. Na contramão disso, geopolíticas feministas

críticas pensam em uma segurança que extrapola e se opõe ao caráter militar e violento. Esse advento militar e masculino está, como mencionado, intimamente ligado à empreitada colonial (McCLINTOCK, 2010), e segue se renovando até a contemporaneidade. Lauren Wilcox (2015) ressalta como os corpos e os sujeitos são “produzidos por uma variedade de práticas, incluindo violência política, mas também são produzidos por discursos de raça, religião, sexualidade e civilização” (WILCOX, 2015, p. 11, tradução nossa³²).

Wendy Brown (1992) aponta também para a construção de pessoas a quem o Estado deve conferir proteção e aquelas às quais cabe a vulnerabilização e a subalternização. Nesse sentido, masculinidade e feminilidade hegemônicas estão ligadas também a privilégios de raça e classe que ajudam a construir essa divisão entre “protegíveis” e “violentáveis”. Nessa mesma direção, Lauren Wilcox (2015) fala em corpos de sujeitos que são “torturáveis” ou “matáveis”, em oposição àqueles que devem ser protegidos. A autora vai além, ao argumentar que “a violência não é só algo que é dirigido a um corpo já estabelecido – ao invés disso, várias formas de violência são parte e parcela da produção de vários corpos que são sujeitos à violência” (WILCOX, 2015, p. 15, tradução nossa³³).

Ao intitularmos este capítulo como “Do território ao corpo: para além das fronteiras fixas do estado masculinista”, buscamos destrinchar e contrapor a construção de escalas que privilegia uma visão estadocêntrica e androcêntrica. A divisão nas seções, destacando o estadocentrismo, a fixidez e a estanqueidade, a masculinização e a militarização, e a alteridade subalternizada serve para organizar analiticamente os pressupostos de dita construção hegemônica. Os eixos, como demonstrados, estão interconectados, de modo que não são exaustivos em si. A isso se relaciona uma determinada noção de território, em que este é contido por fronteiras e é ‘contenedor’ de um espaço material e social homogêneo. Para a construção e manutenção desse poder, a masculinização e a militarização são fundamentais, bem como uma alteridade subalternizada de tudo o que lhe é diferente. A partir de uma “visão de sobrevoo”, distante do mundo da vida e do espaço cotidiano, esse tipo de

³² Do original: “are produced by a variety of practices, including political violence, but they are also produced by discourses of race, religion, sexuality, and civilization”.

³³ Do original: “Violence is not only something that is done to na already established body—rather, various forms of violence are part and parcel of the production of the various bodies that are subjected to violence”.

escala se configura como um projeto de cima, contrário a outros tipos de territorialidade e concepções de território.

Se entendermos território como campo de força (como proposto por Souza (2021) e abordado no início do capítulo), cabe então fazer o caminho inverso – motivo pelo qual o próximo capítulo se chama “Do corpo ao território”. É vendo as relações sócio-espaciais a partir de lentes feministas, em que os corpos, para além de *locus* de conquista e dominação, são espaço de resistência, que podemos melhor apreender e impulsionar alternativas que configurem projetos outros. Aqui, cabe pensar em uma construção de Wilcox (2015) em que argumenta que corpos são “constrangidos”, na medida em que há um poder que se impõe sobre eles, e também “possibilitadores”, já que têm capacidade criativa de afetar o poder político – outra construção que nos leva ao par poder-resistência e que corrobora para tirar o corpo da esfera privada.

2 DO CORPO AO TERRITÓRIO: A PARTIR DA PRIMEIRA FRONTEIRA DE MULHERES

Neste capítulo, buscamos apresentar a discussão sobre escalas partindo do corpo. Nesse sentido, há uma inversão com relação ao que foi apresentado no capítulo anterior, cuja centralidade se relacionava ao Estado e às noções de fixidez e segurança militarizada e masculinizada. Entendemos que, se os corpos são alvo de um projeto homogeneizante, que subalterniza o que é tido (mais bem, construído) como outro, são também ponto de partida para resistências, entendidas como formas diversas de oposição a um poder que limita seus modos de vida, sua liberdade e seu direito à existência. Nesse sentido, e partindo do contexto de megaprojetos extrativistas que envolvem conflitos socioambientais, pretendemos ir além de análises que veem as mulheres afetadas por esses megaprojetos extrativistas apenas como vítimas. São atrizes de resistência e tecedoras de outros modos de vida.

O capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira delas, apresentamos uma tentativa não exaustiva de sistematizar debates sobre a noção de corpo-território. Na segunda, buscamos trazer a discussão do corpo como escala, estabelecendo um diálogo com a primeira seção do capítulo anterior. Na terceira seção, denominada *luto e luta*, apresentamos como os megaprojetos extrativistas têm um impacto diferenciado sobre mulheres e também como estas tecem suas resistências – que são cotidianas, corporalizadas e territorializadas, construídas a partir de questões materiais e subjetivas, tendo a afetividade, a vida e o sentido de comum como eixos importantes. Por fim, na quarta e última seção, trazemos alguns apontamentos feministas latino-americanos relacionados ao território, de forma a apreender conexões comuns ao continente entre luta de mulheres e territórios expropriados.

2.1 Corpo-território

Os conceitos e as noções têm sua historicidade, sendo resultado de conflitos sociais e também de debates acadêmicos de cada época. A noção de corpo-território ganha sentido a partir da luta de defensoras latino-americanas, em sua maioria indígenas, embora de diferentes etnias e geografias, e também de pesquisadoras feministas. Delmy Cruz Hernández (2016), em uma tentativa de discutir a ideia de corpo-território, ressalta a centralidade de mulheres que lutam por seus territórios

nesse enunciado e como elas apontam a imbricação entre corpo e território – seja na chave da opressão, seja na chave da resistência. Destaca, da mesma forma que Rogério Haesbaert (2020), que a ideia se dá mais como enunciado político, categoria da prática e ferramenta de luta do que como uma categoria de análise propriamente dita.

“*Mi cuerpo es mi territorio*” e “*Ni las mujeres ni la tierra somos territorios de conquista*”³⁴ são palavras de ordem que ajudam a entender o corpo-território – utilizadas *a lo largo y ancho* do continente. Cruz Hernández (2016) usa a expressão “muito outra” para explicar o olhar a partir do qual corpo-território é proposto, enquanto uma forma de refletir e atuar. Verónica Gago (2020) no mesmo sentido, argumenta que corpo-território denota outra noção de posse – que é pautada na lógica do comum, e no uso mais do que na propriedade. No centro está, afinal, o comunitário como modo de vida e uma noção de interdependência. “É essa outra noção de posse que permite desenvolver uma cartografia política do conflito” (GAGO, 2020, p. 108).

Gago (2020) apresenta corpo-território como uma ideia-força ou imagem-conceito, surgida a partir das lutas contra as dinâmicas extrativistas. No entanto, argumenta que se pode aplicar a outras situações – como na luta por aborto legal, seguro e gratuito, e em conflitos urbanos. Para a autora, corpo-território ilustra um campo de forças em conflito, com espoliação de corpos individuais e coletivos; ademais, desloca e antagoniza com a própria ideia de indivíduo, pois não há um confinamento da individualidade abstrata (universal e masculina), senão um deslocamento de gramática para além dessa lógica, que é também privada e neoliberal. Diz que “corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo *enquanto* território” (GAGO, 2020, p. 107). E, ademais, destaca a importância de afetos, trajetórias, recursos e memórias como constituidoras desses corpos-territórios.

Retomando a discussão de Souza (2021), a noção de corpo-território envolve também uma relação de poder no espaço, aqui entendido como substrato material – e corpóreo, literalmente –, mas também carga simbólica. É importante que se pense em corpo-território nas duas chaves mencionadas: da dominação e conquista, uma vez que a partir de corpos-territórios de mulheres se altera a dinâmica de determinado

³⁴ Em português: “meu corpo é meu território” e “nem as mulheres nem a terra somos territórios de conquista”.

território e se pode, com mais facilidade, incidir sobre aquele espaço – na construção de uma hidrelétrica, por exemplo. Mas também na chave da resistência, já que é a partir de seus corpos-territórios que mulheres se organizam para fazer frente à alteração de seus espaços de vida.

A partir da categoria corpo-território, impulsionada por mulheres indígenas, Haesbaert (2020) discute também território-corpo (da terra), e argumenta que o território vai além de um uso tradicional da escala e da lógica do Estado, mas se relaciona com escalas múltiplas. ‘Corpo-território’ e ‘território-corpo (da terra)’ partem de uma perspectiva relacional e bidirecional, e ambos são imprescindíveis para a defesa da vida. Nesse sentido, conclui que dicotomias como natureza-sociedade, materialidade-espiritualidade, corpo-espírito, e sensibilidade-consciência perdem sentido.

Entender o território também como um corpo faz desse um espaço de vida, de existência – e é a partir disso que o autor usa “território de r-existência” (HAESBAERT, 2020, p. 82). Na continuação de sua argumentação, o geógrafo opõe, de um lado, o “território pátria”, vinculado à sobrevalorização do território como nacional-estatal e à sua “coisificação” e, de outro, o “território mátria”. Com o cuidado de não cair em uma essencialização do cuidado, há mais uma subversão: da lógica do cuidado como fruto da divisão do trabalho genericada para uma que tem o cuidado coletivo, o comum e a afetividade como centro.

Mulheres do *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* (2017), em um guia metodológico sobre corpo-território, também ressaltam que se trata de uma ideia latino-americana e caribenha. Há, como referido, uma dupla vinculação: o corpo é um primeiro território, e se reconhece o território no próprio corpo. A ideia de corpo-território também desloca a ideia de corpo como apenas individual e material: “não entender o corpo só como carne e ossos, senão também como espírito, com seus medos, angústias e felicidades; quer dizer, entender o corpo como um território político para defender” (COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO, 2017, p. 20, tradução nossa³⁵). O destaque de medos, angústias e felicidades nessa citação aponta para a importância dos afetos e das emoções, que são centrais na mobilização de resistências.

³⁵ Do original: “no entender el cuerpo sólo como carne y huesos, sino también con su espíritu, con sus miedos, angustias y felicidades; es decir, entender el cuerpo como un territorio político para defender”.

Ainda, outros pontos importantes são os sentidos, o cuidado, a ideia de comum e a sensibilidade. Os sentidos porque é a partir deles que se pode estabelecer outros tipos de relação com o espaço, na escuta atenta de rios e pássaros, por exemplo. O cuidado porque, quando há contaminação da água em consequência de megaprojetos, são as mulheres que se desdobram em busca de água limpa em lugares mais afastados. A ideia de comum e a sensibilidade porque partilham de uma noção não individualizada com seus territórios: comunidade e vida estão no centro, afinal. Nesse guia de autoria coletiva (COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO, 2017), também se ressalta a noção de *sentipensar*, ideia impulsionada por Fals Borda (2015) – um *sentipensar*, isto é, um pensar centrado nos sentimentos e um sentir centrado nos pensamentos, que neste caso é feminista, comunitário e ecologista. Lorena Cabnal (2010) também usa o sentipensamento ao falar sobre a construção de diálogos “sencientes” e “pensantes”.

Outras denominações também são possíveis, tais como corpo-terra, corpo-território-terra, território-corpo, todas tendo em comum uma reflexão coletiva e demanda-ação política de defesa de corpos e territórios não apenas em um sentido *reativo*, mas também *criativo* – são corpos-territórios de sujeitas de ação, e não de objetos de dominação. Cruz Hernández (2016) diz que, “neste argumento, o corpo visto como território é em si mesmo um espaço, um território-lugar, que ocupa, ademais, um espaço no mundo e pode vivenciar todas as emoções, sensações e reações físicas, para encontrar nele um lugar de “resistência” e resignificação” (CRUZ HERNÁNDEZ, 2016, p. 42, tradução nossa³⁶).

Além disso, estreitamente ligadas à ideia de corpo-território estão práticas metodológicas de cartografia social, cartografia corporal e outras cartografias participativas, a partir das quais a relação entre corpos e territórios se dá outra concretude e visibilidade. O *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* (2017) destaca a importância da educação popular feminista para estas metodologias, de forma que não são metodologias fechadas a serem simplesmente aplicadas, mas flexíveis e situadas de acordo com o território. Um exemplo de atividade é que cada pessoa desenhe o território no seu corpo, ou então que, em

³⁶ Do original: “En este argumento el cuerpo visto como territorio es en sí mismo un espacio, un territorio lugar, que ocupa, además, un espacio en el mundo y puede vivenciar todas las emociones, sensaciones y reacciones físicas, para encontrar en él, un lugar de “resistencia” y resignificación”.

grupo, se desenhe os principais pontos do território e como sentem as violências sobre o território e sobre os corpos:

Propomos desenhar todos aqueles lugares que consideremos importantes ou necessários de se visibilizar em um mapa do território em que habitamos. Posteriormente, propomos às pessoas participantes que marquem nestes mapas do corpo-território aqueles lugares que menos gostamos, onde nos sentimos inseguras, onde sentimos violência, dor, raiva, onde estão esses lugares e como os desenhamos?, é uma rua, uma parte de nossa casa, um lugar afastado de nossa casa ou próximo dela?, há conflitos no território que nos afetam de forma cotidiana?, quais (mineração, extração petrolífera, conflitos agroindustriais, etc.)?, de que forma afetam nossos corpos? Por último, reconhecemos nesse território-corpo os lugares onde encontramos nossa luta, nossa rebeldia, onde se localiza nesse corpo?, onde nasce essa rebeldia, essa palavra, esse grito?, em qual parte desse corpo ou desse território?, na rua, na chácara, na praça, na comunidade, no pátio, na cama...?, como essa rebeldia se expressa?, um grito, uma palavra, uma canção?, acontece na cabeça, no coração, nos pés, no estômago, nas pernas...?, onde?, onde surge a criação de uma mobilização com outras, ou sozinhas?, onde acontece esse encontro com outras para nos organizarmos?, ocorre assim?. Terminamos, nos detemos a olhar nosso desenho, a olhar este mapa, encontramos tudo o que queremos plasmar neste momento (COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO, 2017, p. 40-41, tradução nossa³⁷).

Esse tipo de metodologia tem como uma das consequências o estabelecimento de similitudes entre violências e resistências em diferentes territórios, de modo que se pode compartilhar anseios e dores, e também potencializar reflexões e estratégias de resistência e (r)existência de maneira conjunta. Além disso, a ideia mesma de corpo-território e essas metodologias podem ressaltar um ponto em comum: a repatriarcalização de territórios a partir de projetos extrativistas e a resistência generificada a eles. Esse processo de repatriarcalização será melhor abordado adiante, mas é entendido

³⁷ Do original: "Proponemos dibujar todos aquellos lugares que consideremos importantes o necesarios visibilizar en un mapa del territorio que habitamos. Posteriormente proponemos a las personas participantes que señalen en estos mapas del cuerpo-territorio aquellos lugares que menos nos gustan, donde nos sentimos inseguras, donde hemos sentido violencia, dolor, rabia, ¿dónde están esos lugares y cómo los dibujamos?, ¿es una calle, una parte de nuestra casa, un lugar lejano a nuestra casa, o cerca de esta?, ¿hay conflictos en el territorio que nos afectan de forma cotidiana?, ¿cuáles (minería, extracción petrolera, conflictos agroindustriales, etc.)?, ¿de qué forma afectan a nuestros cuerpos? Por último, reconocemos en ese territorio-cuerpo los lugares donde encontramos nuestra lucha, nuestra rebeldía, ¿dónde se ubica en ese cuerpo?, ¿dónde nace esa rebeldía, esa palabra, ese grito?, ¿en qué parte de ese cuerpo o de ese territorio?, ¿en la calle, en la chacra, en la plaza, en la comunidad, en el patio, en la cama...?, ¿como se expresa esa rebeldía?, ¿un grito, una palabra, una canción?, ¿se da en la cabeza, en el corazón, los pies, el estómago, las piernas...?, ¿dónde?, ¿dónde surge la creación de una movilización con otras, o solas?, ¿dónde se da ese encuentro con otras para organizarnos?, ¿sucede así?. Terminamos, nos detenemos a mirar nuestro dibujo, a mirar este mapa, ¿se encuentra todo lo que queremos plasmar en este momento?".

como um processo que, no marco dos projetos extrativos, aprofunda as relações de poder de gênero originando maiores desigualdades às mulheres e à infância, altera os ciclos que reproduzem a vida, e implica um maior controle e violência contra os corpos das mulheres quando as atividades petrolíferas e mineiras chegam (COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO, 2017, p. 47, tradução nossa³⁸).

As geógrafas Sofia Zaragocin e Martina Angela Caretta (2020) destacam como a ideia de corpo-território enquanto metodologia é importante para geografias feministas anglófonas interessadas na relação entre corporeidade e terra – um método que avança como uma ação prática e metodológica para descolonizar a geografia. Definem corpo-território como relação ontológica inseparável entre terra e corporeidade, noção que avança em debates latino-americanos sobre terra e território a partir de perspectivas feministas. As relações entre corpos, emoções e espaços são centrais nesse sentido. Argumentam que “*cuerpo-territorio* como um conceito e um método, portanto, torna-se um meio feminista para diagnosticar conflitos territoriais e iniciar a cura de corpos e território” (ZARAGOCIN; CARETTA, 2020, p. 6, tradução nossa³⁹).

Ambas destacam o trabalho de Julieta Paredes, Lorena Cabnal e Astrid Ulloa, bem como dos *Colectivo de Geografía Crítica de Ecuador*, *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*, *Geobrujas* e *Cartografía del Sur*, entre outros. Enquanto método, ressaltam que prioriza a escala do corpo como a mais importante para buscar informações e reflexões sobre o território. Expõem alguns exercícios de mapeamento (que podem ser feitos individual ou coletivamente) em oficinas (*talleres*), como ilustrado nas imagens abaixo (Figuras 2 e 3) e explicam que este método, além de ampliar o repertório do campo,

visa a estimular o conhecimento coletivo baseado nas experiências vividas pelas participantes de contaminação e opressão, com o propósito político de denunciar as atividades extrativas patrocinadas pelo Estado, e tem sido usado principalmente como uma forma de cartografia feminista no contexto da resistência generificada ao extrativismo (ZARAGOCIN; CARETTA, 2020, p. 6, tradução nossa⁴⁰).

³⁸ Do original: “como un proceso que, en el marco de los proyectos extractivos, profundiza las relaciones de poder de género originando mayores desigualdades hacia las mujeres y la infancia, altera los ciclos que reproducen la vida, e implica un mayor control y violencia hacia los cuerpos de las mujeres cuando llegan las actividades petroleras y mineras”.

³⁹ Do original: “*cuerpo-territorio* as a concept and a method hence becomes a feminist means to diagnose territorial conflicts and to initiate healing of bodies and territory”.

⁴⁰ Do original: “This method is aimed at spurring collective knowledge grounded in the participants’ lived experiences of contamination and oppression with the political purpose of denouncing state-sponsored

Figura 2 – Duas mulheres seguram um mapa de corpo-território



Fonte: Sofia Zaragocin e Martina Angela Caretta (2020), originalmente feita pelo *Colectivo de Geografía Crítica de Ecuador*, em Sucumbios em 2018.

Figura 3 – Diferentes mapas para pensar similitudes e diferenças entre as experiências vividas



Fonte: Sofia Zaragocin e Martina Angela Caretta (2020), originalmente feita pelo *Colectivo de Geografía Crítica de Ecuador*, em Sucumbios em 2018.

É importante ressaltarmos que a ideia-força de corpo-território não é meramente *defensiva*, mas também *propositiva*, *inventiva*. Claro que está atrelada à *defesa* dos territórios e da vida, mas também à *criação* de modos de vida e de

extractive activities and has been primarily used as a form of feminist cartography in the context of gendered resistance to extractivism”.

organização, de sociabilidade militante, de perspectivas de mundo, enfim, a maneiras de ser e estar no mundo. “São práticas que defendem e inventam, conservam e criam, resguardam e atualizam e, nesse movimento, produzem valor em um sentido amplo”, sintetiza Verónica Gago (2020, p. 110). Daí que, por fim, podemos argumentar que, para além de se contrapor à noção de indivíduo, faz uma oposição à dualidade estanque entre âmbito doméstico e público. Ao enunciar seus corpos-territórios, há um desconfinamento feminino do âmbito privado, não em uma oposição pura e simples ao doméstico, senão à noção deste enquanto confinamento apartado da política. A política está nos corpos que se colocam na linha de frente da defesa dos territórios, na esfera pública, mas também quando tais corpos estão nas casas – porque não há uma oposição, senão inversões de significado. A tessitura de modos de vida e espacialidades outras passa por isso – “uma nova cartografia política”, para usar um termo de Gago (2020).

2.2 E o corpo como escala?

O corpo como escala é objeto da dissertação de um modo como todo. Deste modo, a discussão não se abre nem se encerra nesta seção, que busca apenas condensar algumas das reflexões que guiam a pesquisa. A escala do corpo vem sendo objeto das geopolíticas feministas, das geografias feministas, e de movimentos feministas, em especial latino-americanos. Almudena Cabezas e Breno Bringel (2015) destacam a sua legitimidade para analisar relações entre poder e espaço, e ressaltam os corpos como escalas espaciais de disputa do político que são articuladas discursiva, mas também praticamente, seja na chave da opressão e do controle, seja na chave da resistência, da pressão política e das identidades. Nesse sentido, falam em espaços-corpos e “sua centralidade como geradores de subjetividades vinculadas à ação social” (CABEZAS; BRINGEL, 2015, p. 415, tradução nossa⁴¹). Ainda, destacam a articulação entre territorialidade e corporalidade nas lutas pelo território encabeçadas (e corporificadas) por mulheres.

A escala do corpo visibiliza subjetividades, corporalidades, espacialidades que são produzidas nos “ocos e margens” dos processos do capitalismo global (CABEZAS; BRINGEL, 2015), e não apenas aquelas produzidas no interior destes.

⁴¹ Do original: “su centralidad como generadores de subjetividades vinculadas a la acción social”.

Essas margens dão conta da resistência, ao passo que o conteúdo desses processos mais gerais do capitalismo fala do poder – na dinâmica de tensão entre poder e resistência que buscamos como argumento na construção de escalas. Nesse sentido, temos de considerar que, mesmo pensando em escalas como socialmente construídas, normalmente a dinâmica da violência fica apagada – o que não ocorre com a escala do corpo quando se pensa em corpo-território.

Ao mesmo tempo em que escala envolve algum nível de abstração, tal como apresentada aqui está vinculada a dinâmicas concretas e territorializadas. Retomando a discussão do capítulo anterior, podemos pensar o corpo como escala em três “frentes”: a escala *do fenômeno*, a escala *da análise* e a escala *da ação*. A primeira diz respeito, grosso modo, à abrangência física dos processos. Nesse sentido, na construção de escalas como essa dinâmica de tensão entre poder e resistência, está a escala de determinado megaprojeto em um dado território, mas também as imbricações com outras escalas (Estado e empresas transnacionais de um lado, e impactos localizados e corporificados, de outro, mostram essas interpenetrações). A escala de análise, por sua vez, fala sobre a construção de um objeto de conhecimento a partir de um objeto real. Nesse sentido, analiticamente é difícil analisar megaprojetos em todas as suas múltiplas escalas. Então, pensar a partir do corpo, embora não prescindia de outras escalas, foca o nosso olhar. Já a escala da ação, relacionada ao alcance das práticas sociais e políticas, é de suma importância quando pensamos em uma política de escalas das lutas em defesa de territórios. Como veremos, lutas protagonizadas por mulheres envolvem diferentes escalas – como foi também o caso da luta de Berta.

Olhar para o fenômeno dos conflitos socioambientais a partir da escala do corpo permite atentar o olhar não apenas a particularidades das vidas de mulheres, mas a como as dinâmicas do (neo)extrativismo e da resistência a ele são organizadas a partir do gênero. Isto é, a escala enquanto um olhar feminista não busca entender uma parte deste complexo social, isolando outras dinâmicas, senão tenta compreender as diversas dinâmicas econômicas, políticas, sociais, territoriais em sua relação constante com o gênero. Isto é, se visibiliza aspectos que de outra forma estariam invisibilizados – não por cegueira, mas por projetos discursivos e práticos.

É a partir de perspectivas e lentes feministas que poderemos compreender e combater a lógica de escalas explicitada no primeiro capítulo. Fabrina Furtado e Carmen Andriolli, mesmo sem usar a palavra escala, escrevem que

o desafio que temos, portanto, é examinar os megaprojetos, a partir das mulheres não como um apêndice a outras análises sobre os GPIs [Grandes Projetos de Investimento], mas como uma maneira de reexaminar o processo de construção das suas lógicas com base nos feminismos, nas experiências das mulheres (FURTADO; ANDRIOLLI, 2021, p. 89).

Tal como explicado no capítulo anterior, relações sociais, processos, agentes e discursos são importantes na construção de escalas. Nesse sentido, o corpo como escala envolve relações sociais espacializadas e corporeizadas, e processos de dominação e resistência; tem as mulheres como principais agentes; e enfrenta discursos – e práticas – de indivíduo como abstrato (não corpóreo), do Estado como central, e de fronteiras rígidas, militarizadas e masculinizadas. Isso, contudo, não tira a relevância das interpenetrações, como aponta Howitt (1993), de modo que não são estanques – corporal e local estão imbricados e são interpenetráveis, inclusive a partir da ideia-força de corpo-território. Nesse processo, como aponta Souza (2021), a construção social da escala passa também pela luta política – em alguma medida, o jogo de palavras “do território ao corpo” e “do corpo ao território” tenta ilustrar isso.

Contudo, da mesma forma que o fazem Agnew (1993), Souza (2021) e outros, criticamos a reificação dos referente espaço-escalares mais comuns (como local, nacional, regional, internacional). Assim, não podemos cair na lógica de que toda e qualquer escala do corpo é igual. Por serem constituídas em contextos históricos, geográficos, políticos, culturais e territoriais específicos, nem sempre terão a mesma e exata dinâmica.

Herod (2011), em um capítulo que aborda especificamente o corpo em seu livro sobre escalas, problematiza como a literatura sobre escalas toma o corpo como auto evidente. Foge ao escopo desta pesquisa entrar em discussões mais ontológicas e teóricas sobre onde começa e termina o corpo, e sua constituição. Para nossa proposta, o entendemos como entidade biológica e também construção social que, embora passível de individualidade, está em constante interconexão com os outros e com o espaço que ocupa – sendo também ele um espaço. Nesse último sentido, há a mencionada co-constituição – corpos e espaços constituídos e constituintes. Pensar no corpo nos remete a três principais pontos: uma esfera (mais contínua do que dicotômica) entre materialidade e também simbolismo; a relação (também mais do que dicotomia e externalidade) entre sociedade e natureza; e, por fim, a capacidade de afetação – sentir-se afetado e afetar.

Também não podemos deixar de mencionar que se tratam mais bem de *corpos* do que *corpo*, pensando em sua diversidade – como nesta dissertação, em que corpos generificados (e também racializados) estão no centro da discussão. Algumas reflexões propostas por Herod (2011), contudo, podem ajudar a entender a discussão de escalas não tanto como territórios (aqui, no sentido de uma dimensão de área), mas como redes (conexões entre nós) que se interpenetram.

Com essas discussões em mente, podemos pensar o corpo como escala a partir de uma perspectiva feminista do espaço e do território, em que as relações de poder espacializadas são generificadas. O corpo de mulheres é um componente importante não só para ter poder sobre um território, mas também na resistência para defender este mesmo território de forma autônoma. O sensível não pode ser desconectado dessa construção de escalas. Nesse sentido, a escala do corpo está próxima ao “mundo da vida” e se afasta da “visão de sobrevoo” que Souza (2007; 2021) e tantas feministas criticam. A partir desse quadro, buscamos entender as formas de opressão às mulheres no contexto de conflitos socioambientais, mas também suas estratégias de resistência.

2.3 Mulheres: luto e luta

Partindo do entendimento de que conflitos socioambientais gerados a partir de megaprojetos extrativistas acarretam duas principais consequências (quais sejam, expropriação territorial e alteração dos modos de vida locais, e impactos diferenciados sobre mulheres⁴²), pensamos em *luto* para mostrar como a vida de mulheres é afetada de diversas maneiras nesses contextos; e em *luta* para mostrar as diversas formas de resistência forjadas por elas. *Afetada*, aqui, num sentido como o que propõe Verónica Gago (2020): não apenas de recepção passiva, mas de capacidade de comoção. Enara Muñoz e Maria del Carmen Villarreal (2019) apontam como discussões de política internacional historicamente invisibilizam as práticas cotidianas de resistência

⁴² Aqui, a pesquisa não é empiricamente orientada, de forma que não falamos especificamente sobre mulheres de determinada localidade, atingidas por um empreendimento específico. São mulheres sobretudo do campo, que podem ser de povos tradicionais, quilombolas, indígenas, afrodescendentes, ou ainda ter outros marcadores sociais de diferença. O impacto diferenciado dentro da categoria genérica “mulher” merece ser estudado em pesquisas que sejam empiricamente orientadas. Apesar dessa limitação, entendemos que há apontamentos que são generalizáveis, e é a partir disso que esta dissertação e, em especial, esta seção se constroem.

e a construção de alternativas feitas por mulheres. Sobre essa relação na América Latina, Patrícia Ardón e Daysi Flores ressaltam que

há décadas que as mulheres constituem uma voz que clama pelos direitos não somente das mulheres, mas também de toda a sociedade. Nos últimos anos, em todo o mundo e, em particular, na América Latina, as mulheres têm estado na linha de frente de defesa de suas comunidades contra a destruição que causam os grandes projetos de mineração e monocultura, bem como as grandes hidroelétricas que destroem o entorno natural e tornam a água cada vez mais escassa, violentando também as formas organizativas, a cultura e a vida de suas comunidades. Cada vez mais, muitas mulheres se autoneoiam defensoras dos direitos humanos, na medida em que defendem não somente seus próprios direitos, mas também os de suas comunidades, organizações e movimentos (ARDÓN; FLORES, 2017, p. 111).

Ana Luisa Queiroz e Marina Praça (2021), em publicação do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), destacam que a perspectiva universalizante de direitos humanos engendra uma gramática generalista – o que se soma à crítica de Gago (2020) que pontua ‘indivíduo’ como praticamente sinônimo de homem branco, isto é, universalizando o sujeito a partir de uma noção de superioridade e homogeneização que desconsidera características da diferença de marcadores sociais – como gênero, raça, classe, território, etnia, geração. É também nesse sentido que lutas de mulheres por território ganham corpo: visibilizar impactos diferenciados a partir de uma gramática generificada (e, na maior parte das vezes, racializada). Elas apontam como os mecanismos de defesa e denúncia devem partir de perspectivas feministas e antirracistas para dar conta da complexidade dos impactos de atividades de megaprojetos e empresas transnacionais em territórios atingidos.

Os megaprojetos modificam a dinâmica dos territórios, os modos de vida das comunidades, as relações espacializadas e corporeizadas – desde antes do início das obras até o fim de sua operação, com impactos também posteriormente. As diversas atividades extrativas (como aquelas ligadas a mineração, petróleo, represas, hidrelétricas, eólicas, agroindústria, etc) envolvem diferentes impactos segundo suas especificidades. No entanto, há efeitos comuns não só às comunidades e aos territórios, como também às mulheres que vivem nos espaços atingidos. Além disso, há impactos que são objetivos, como a perda de território, e outros que são subjetivos – inclusive, a perda deste território muitas vezes o é, pois, na contramão daquela citada lógica de coisificação, para as comunidades atingidas o território não é apenas uma porção de terra com valor monetário qualquer, fonte de lucro, eficiência e recursos.

Enara Muñoz e Maria del Carmen Villarreal (2019) discutem como o extrativismo exacerba desigualdades já existentes de raça, gênero e classe. Destacam que mulheres historicamente têm menor acesso à terra no continente, e a operação de megaprojetos aprofunda isso, com o aumento da feminização da pobreza. Apesar dos impactos diferenciados que sofrem e das violências generificadas físicas, psicológicas, simbólicas e sociopolíticas, contudo, não podem ser vistas somente a partir de uma ótica vitimizante e miserabilista. São protagonistas diárias nas lutas antiextrativistas e na disputa sobre práticas de um suposto desenvolvimento, com a construção de horizontes alternativos.

Sofia Zaragocin (2018) argumenta que a lógica colonialista de eliminação é um projeto territorial com duas dimensões: eliminação baseada no lugar e eliminação corporificada, generificada e também racializada. Nesses processos, que ela nomeia de processos de morte lenta, há uma morte que é tanto física quanto simbólica. Esses processos não se baseiam em eventos dramáticos, mas na alteração do ritmo da vida diária. A autora argumenta como as narrativas e os cotidianos das mulheres são úteis para se pensar em dois aspectos: a degradação ambiental e as territorializações violentas. Embora escreva sobre uma comunidade indígena no Equador, suas reflexões extrapolam aquele espaço.

Entre os impactos diferenciados, alguns se destacam. O fortalecimento da divisão sexual do trabalho ocorre porque a mão de obra contratada é majoritariamente masculina. Além de aumentar o dito trabalho reprodutivo, há um aprofundamento da dependência econômica da mulher, com a imagem do homem provedor. Isso leva também a divisões de gênero no âmbito do reconhecimento de direitos, já que muitas vezes são os homens que possuem documentos da terra e são tidos como os responsáveis da casa pelas autoridades e empresas, o que contribui para a perda de autonomia das mulheres. No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, quando contratadas, as mulheres costumam ficar em postos vinculados a tarefas que são normalmente relegadas a elas, como limpeza e cozinha. Nesses espaços, acaba não havendo infraestrutura apropriada, o que as expõe a ainda mais riscos, aqui relacionadas à segurança laboral. Ocorre também uma individualização da vida, que põe em risco os laços comunitários (FURTADO; ANDRIOLLI, 2021; MUÑOZ; VILLARREAL, 2019; QUEIROZ; PRAÇA, 2021; QUEIROZ; ALVIM; PRAÇA, 2021).

O aumento dos índices de violência sexual também costuma ocorrer, o que torna a mobilidade mais restrita e insegura para as mulheres, e o que gera os

chamados “filhos dos megaprojetos”⁴³, que são mais um dos fatores de empobrecimento feminino. Nesse ponto, é importante destacar a chegada de homens desenraizados, que se estabelecem no território para a construção dos empreendimentos e cujo surgimento envolve muitas vezes o crescimento de demanda por prostituição, com acirramento do mercado de exploração sexual. O aumento da violência doméstica também é destacado e se relaciona com o aumento de consumo de drogas lícitas e ilícitas, com destaque para o álcool. A precarização e contaminação de rios e solos impacta as mulheres por diferentes razões: são elas que costumam gerir a água, de modo que precisam percorrer maiores distâncias para obter água limpa. Além disso, em função de serem as principais (quando não únicas) cuidadoras, o trabalho de cuidado acaba sendo redobrado com as enfermidades decorrentes dessas contaminações. Por fim, também há diminuição de soberania e segurança alimentar em função da perda de territórios e da contaminação das águas (FURTADO; ANDRIOLLI, 2021; MUÑOZ; VILLARREAL, 2019; QUEIROZ; PRAÇA, 2021; QUEIROZ; ALVIM; PRAÇA, 2021).

Laura María Carvajal (2016), autora de um documento do Fundo de Ação Urgente América Latina e Caribe (FAU-AL), ressalta alguns pontos no que diz respeito aos impactos de megaprojetos na vida e nos direitos de mulheres. Alguns deles já foram explicitados, outros ainda não: precarização do trabalho de cuidado; perda de autonomia econômica; vulnerabilização do direito à alimentação e perda de soberania alimentar; violência familiar e sexual; vulnerabilização do direito à saúde; barreiras à participação em assuntos ambientais e territoriais; incremento de redes de prostituição e trabalho sexual; vulnerabilização do direito à terra e à propriedade; perda de identidade cultural e enfraquecimento dos papéis comunitários das mulheres; agressões e criminalizações.

Com relação à mencionada patriarcalização e masculinização do território, o *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* (2017) destaca algumas expressões: 1) masculinização do espaço e perda de autonomia territorial para as mulheres; 2) imposição de uma economia assalariada masculinizada; 3) controle e violência sobre os territórios-corpo-terra; e 4) diferenciados impactos socioecológicos de atividades extrativas. Com relação ao primeiro, a chegada de megaprojetos extrativistas em um território traz consigo a chegada de diversos homens –

⁴³ Podem ser chamados de filhos do petróleo, filhos da mineração, filhos do vento, filhos das hidrelétricas, e assim por diante, a depender do contexto extrativo.

trabalhadores de empresas, funcionários do Estado e militares, por exemplo. Eles ocupam boa parte do espaço, monopolizando-o e estabelecendo novas relações de poder espacializadas, de forma que mulheres podem se sentir inseguras com a presença de desconhecidos e ter seu espaço de circulação reduzido ou alterado. Além disso, espaços comuns de sociabilidade entre mulheres, como aqueles à beira de rios, ficam privatizados.

No que diz respeito ao segundo ponto, há uma tendência de que homens do território sejam empregados nesses novos empreendimentos, de forma que mulheres podem se tornar, em muitos casos, economicamente dependentes, o que fortalece a imagem do homem provedor⁴⁴. Sobre o terceiro ponto, de controle e violência, territórios e corpos são controlados, apropriados, coisificados. Nesse quesito, o aumento do consumo de álcool e a construção de prostíbulos também aparecem como propulsores de violência física, psicológica e sexual contra mulheres. Por fim, com relação ao quarto e último ponto aventado pelas companheiras deste coletivo, há uma sobrecarga sobre as mulheres no que diz respeito ao cuidado, seja pela busca de água potável, cuja disponibilidade se torna mais escassa e distante, seja pela maior incidência de doenças relativas à contaminação e à degradação das condições ambientais, cujos cuidados com enfermos recaem sobre mulheres.

Integrantes do mesmo *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* abordam a (re)patriarcalização dos territórios sob cinco diferentes esferas, em uma tentativa de sistematização que vale a pena ser ressaltada: política, ecológica, econômica, cultural e corporal. Na dimensão política, destacam que há uma interlocução com empresas exclusivamente masculina. Na dimensão ecológica, ressaltam uma quebra nos ciclos de reprodução da vida em função da contaminação de rios e solos, e de processos de desmatamento que afastam animais, o que impacta as atividades tradicionais de subsistência. Já na dimensão econômica, sublinham a formação de estruturas laborais patriarcais, a partir da reorganização da economia em função dos empreendimentos, o que conforma os salários de homens como um instrumento de dependência de mulheres. Na dimensão cultural, pontuam o aprofundamento de representações e estereótipos sexistas, e o reforço de

⁴⁴ Com relação à geração de emprego, a bibliografia ressalta como a quase totalidade dos postos é ocupada por homens. Quando mulheres ocupam posições, o fazem em condições ainda piores e em postos que aprofundam papéis tradicionais de gênero, relacionados à limpeza e à cozinha, como mencionado. Cabe ressaltar, ainda, que, apesar da retórica da geração de emprego por parte das empresas, a maioria das vagas é temporária e com baixa remuneração.

estereótipos de masculinidade hegemônica. Por fim, na dimensão corporal, destacam o controle social e a violência machista – de modo que corpos e territórios são coisificados, tidos como “apropriáveis” e “sacrificáveis” (GARCÍA-TORRES *et al.*, 2018).

Então, pode-se dizer que, para além de ameaças à vida de forma geral, há uma perda de vivacidade, uma mudança nos modos de viver *no* e *com* o território. A expropriação é de territórios, mas também de territorialidades, de corpos, de vidas e de modos de vida. Com a ressalva de não cair em essencialismos maniqueístas, há uma tensão constante entre projetos de *morte* (material e simbólica) e resistências pela *vida*. Sobre isso, Gago (2020) escreve que

não é um detalhe o fato de as mulheres defensoras de territórios também se chamarem defensoras da vida. Essa referência à vida não é abstrata, mas vinculada aos espaços, aos tempos, aos corpos e às combinações concretas em que essa vida se desenvolve, se torna possível, digna, visível. Portanto, tampouco se trata de um conceito naturalista, puramente fisiológico, de vida (que seria, antes, uma sobrevivência). Vida tem um significado vital: envolve a defesa e o cuidado com o comum, e produção e ampliação de riqueza compartilhada (GAGO, 2020, p. 109).

A partir da leitura de Silvia Federici (2017) acerca da relação entre capitalismo e corpos de mulheres, Fabrina Furtado e Carmen Andriolli (2021) apontam para três eixos específicos de expropriação a partir dos efeitos de grandes projetos de investimento (que chamamos de megaprojetos): dos territórios e do trabalho de mulheres, dos seus corpos, e da sua ação política. Com relação ao primeiro, as autoras destacam que pode ser direto, com a expulsão dos territórios (o que Muñoz e Villarreal (2019) denominam de deslocamentos forçados), ou gradual. Com relação ao segundo, sem deixar de considerar que homens também são vítimas de violência por causa de conflitos socioambientais, há um crescimento e uma especificidade desse quadro com relação a mulheres.

Os impactos de modo geral são os já mencionados e se relacionam com a construção de escala de forma estadocêntrica, militarizada, masculinizada. Por fim, com relação ao terceiro eixo de expropriação, há uma tentativa de expropriação da ação política de mulheres – contudo, elas não permitem que esta seja expropriada. Contra as intimidações diversas, as tentativas de criminalização, as agressões e mesmo os assassinatos, as mulheres colocam seu corpo e forjam suas lutas,

afirmando sua existência como sujeitas políticas, atrizes de transformação emancipatória.

Também é importante destacarmos o papel das empresas nas dinâmicas de gênero nas comunidades para além dos impactos já referidos. Ademais de privilegiarem diálogos com homens, dificultando o acesso de mulheres a tomadas de decisão também em função da posse desigual sobre propriedades, há uma apropriação da pauta por parte de diversas companhias. Junto com suas campanhas falsas de responsabilidade social e ambiental, há um entendimento de gênero e do feminino bastante individualizada e hegemônica. A relação de empresas e Estado será melhor explorada no próximo capítulo, mas nessas dinâmicas de violência e impactos, cabe sempre ter em mente como as relações entre interesses público e privado são imbricadas, deslocando fronteiras entre a esfera pública estatal e a esfera privada empresarial, entre o legal e o ilegal⁴⁵, e os limites da própria democracia (GAGO, 2020; FURTADO; ANDRIOLLI, 2021; QUEIROZ; PRAÇA, 2021). Na dinâmica de grandes empreendimentos extrativistas, “atores privados passam a ter o “exercício do governo”, ampliando, portando, a zona de indefinição entre o público e o privado e reconfigurando a ordem política” (FURTADO; ANDRIOLLI, 2021, p. 84).

No próximo capítulo, ao pensar mais especificamente no neoextrativismo e no perigo que este acarreta para defensoras e defensores de modo geral, apresentaremos números sobre a América Latina e sobre Honduras. Contudo, já aqui trazemos dados referentes a defensoras mulheres naquele país. A Rede Nacional de Defensoras de Direitos Humanos em Honduras (*Red Nacional de Defensoras de Derechos Humanos en Honduras*) é a única organização do país focada na situação específica de defensoras. Em informe que compila informações sobre os anos de 2016 e 2017, a Rede aponta que a maioria das mulheres defensoras agredidas nesses anos defendiam a terra, o território e os recursos naturais, tal como apresentado na Tabela 2.

De acordo com essa tabela, extraída de um relatório da Rede Nacional de Defensoras de Direitos Humanos em Honduras (FUNES; CARDOZA, 2018), mais de 41% dos direitos defendidos no momento da agressão estão relacionados à defesa

⁴⁵ Aqui, pode-se pensar tanto na relação com grupos do crime organizado, quanto na divisão proposta por Segato de Primeiro e Segundo Estado (ou Primeira e Segunda Realidade). Ainda sobre legalidade, cabe pensarmos em legislações, com um aprofundamento do desmonte de legislações ambientais e sociais protetivas.

territorial. Nessa tipificação de 12 referenciais de direitos, a defesa territorial é a que se sobressai, mas vale ressaltarmos que em muitos casos ela ocorre junto à defesa de outros direitos, como dos povos indígenas, por exemplo. As autoras do relatório, Liana Funes e Melisa Cardoza (2018), destacam como o Estado hondurenho aprofunda a dimensão extrativista a partir do golpe de 2009, como veremos no próximo capítulo. Contra as defensoras que defendem o território, a terra e os recursos naturais, e também os direitos dos povos indígenas, a Rede identifica diferentes tipos de agressões realizadas, tal como apresentado na Tabela 3.

Tabela 2 – Direitos defendidos pelas defensoras no momento da agressão

DERECHOS DEFENDIDOS	2016	2017	TOTAL
Defensa de la tierra, territorio y recursos naturales	30	80	110
Derecho a la educación	21	16	37
Derecho a defender derechos	23	13	35
Derecho a una vida libre de violencia (femicidio, femicidio)	19	8	27
Derechos sexuales y reproductivos	1	17	18
Derecho a la información y libertad de expresión	8	9	16
Derecho a la verdad, justicia y reparación	6	1	7
Derecho de los pueblos indígenas	5	1	6
Derecho a la diversidad sexual	4	1	5
Derecho a la niñez y a la juventud	2	0	2
Derecho a la participación política y comunitaria de las mujeres	1	0	1
Derechos laborales y de las/los trabajadoras/es	0	1	1
TOTALES	120	147	267

Fuente de tabla: Elaboración propia a partir de la información de las fichas de registro de incidentes de la Red Nacional de Defensoras de Derechos Humanos en Honduras/Iniciativa Mesoamericana de Mujeres Defensoras (IMD), año 2016 y 2017.

Fonte: Liana Funes e Melisa Cardoza (2018)

Tabela 3 – Agressões perpetradas contra as defensoras que realizam a defesa do território, da terra e de recursos naturais e a defesa de direitos de povos indígenas

AGRESIONES	2017	2016	TOTAL
Intimidación, hostigamiento psicológico	70	35	105
Uso excesivo de la fuerza	69	1	70
Restricciones a la libertad de reunión	56	0	56
Amenazas, advertencias y ultimátums	47	16	63
Criminalización y judicialización	41	3	44
Calumnia, señalamiento y campañas de desprestigio	30	5	35
Detención ilegal y arresto arbitrario	20	0	20
Violencia doméstica	9	0	9
Acoso sexual	5	4	9
Tortura, tratos crueles, inhumanos y degradantes	4	0	4
Exclusión de los espacios de tomas de decisiones/expulsión de la organización	2	0	2
Ataques al patrimonio de la organización	2	3	5
Ataques al patrimonio personal	1	6	7
Allanamientos de hogares	1	1	2
Incitación abierta y pública a la violencia contra la defensora	1	1	2
Restricciones a la libertad de expresión	2	0	2
Restricciones a la libertad de movimiento	1	1	2
Violencia sexual	1	1	2
Intento de asesinato	1	1	2
Asesinato	1	0	1
Allanamientos de oficinas	1	0	1
Investigaciones ilegales, interrogatorios, seguimientos y utilización de listas negras.	0	1	1
Totales	364	80	444

Fuente de tabla: Elaboración propia a partir de la información de las fichas de registro de incidentes de la Red Nacional de Defensoras de Derechos Humanos en Honduras/Iniciativa Mesoamericana de Mujeres Defensoras (IMD), año 2016 y 2017.

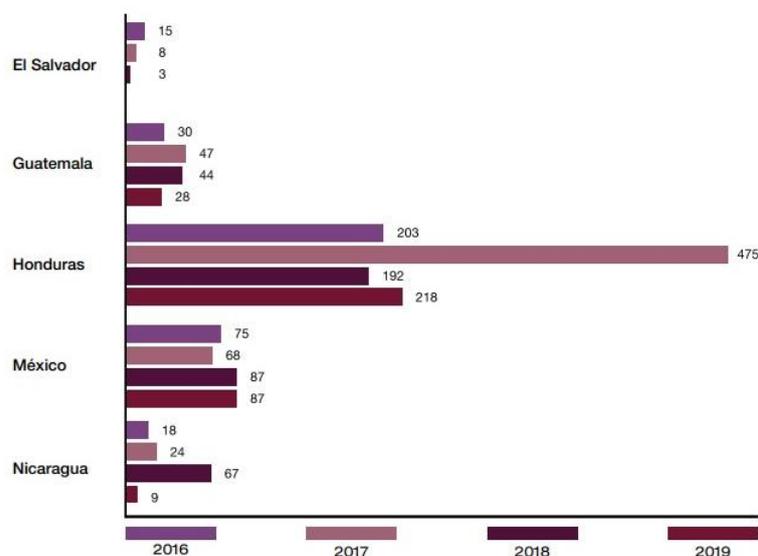
Fonte: Liana Funes e Melisa Cardoza (2018)

Neste informe da Rede Nacional de Defensoras de Direitos Humanos em Honduras (FUNES; CARDOZA, 2018), não há um número total de agressões a defensoras, e as autoras pontuam as limitações da Rede, uma vez que é a única que

abrange o território nacional e que há uma limitação de recursos humanos e financeiros, além de questões de subnotificação que passam por dinâmicas políticas diversas – como impunidade, difícil acesso à justiça, e/ou defensoras que não reconhecem ou não informam as agressões. Deste modo, há alguma inconsistência entre a tabela 2 e a 3 no que diz respeito aos números totais. No entanto, para os fins desta dissertação, essas tabelas são importantes em dois sentidos: primeiro, mostrar a incidência de agressões contra defensoras ambientais – sendo este conjunto de direitos o mais atacado entre a tipificação proposta (Tabela 2); segundo, mostrar as diversas formas de agressões que podem ocorrer, de assassinato a ataques ao patrimônio pessoal ou de suas respectivas organizações (Tabela 3).

Por sua vez, o informe da Iniciativa Mesoamericana de Mulheres Defensoras de Direitos Humanos (IM-Defensoras, 2021) aponta que, no período de 2016 a 2019, entre as agressões a defensoras de modo geral na *Mesoamérica* (compreendida por El Salvador, Guatemala, Honduras, México e Nicarágua), cerca de 24% foram contra defensoras de terras e territórios (isto é, 1698 de 7141 agressões). Em Honduras, este número é cerca de 48% (1088 de 2267), significativamente maior do que nos demais países, como se vê no gráfico abaixo (Gráfico 1). No mesmo período, 110 agressões na sub-região diziam respeito a processos de judicialização e criminalização. Dessas 110, 92 foram em Honduras – isso é, quase a totalidade. Judicializar e criminalizar são práticas reiteradas para enfraquecer a participação de mulheres em suas lutas, porque isso envolve custos financeiros, emocionais, psicológicos e políticos para elas, suas famílias, comunidades e organizações.

Gráfico 1 – Agressões por país contra defensoras da terra e do território: 2016 – 2019



Fonte: IM-Defensoras (2021)

Entre os agressores de defensoras territoriais, a Iniciativa Mesoamericana de Mulheres Defensoras de Direitos Humanos destaca forças armadas (militares ou policiais), autoridades (federais, estaduais e municipais), empresas, e agentes de segurança privada. Isso também pode ser visto na literatura acadêmica sobre o tema e em diversos relatórios e relatos.

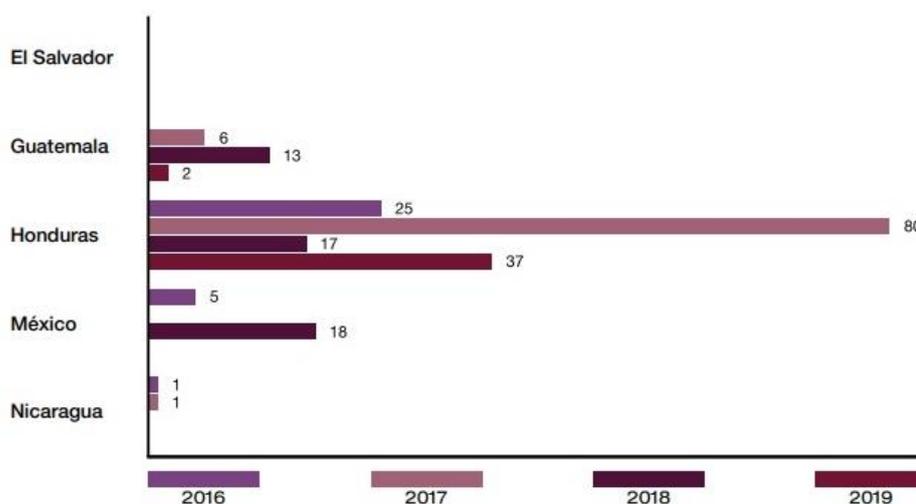
Nos anos posteriores ao feminicídio de Berta Cáceres, o número de agressões contra defensoras de territórios cresceu (não só) em Honduras – com destaque para o ano de 2017. O feminicídio de Berta pode ser entendido, como já aventado, a partir da categoria *feminicídio territorial*, utilizada por Lorena Cabnal (2016) e pela Iniciativa Mesoamericana de Mulheres Defensoras de Direitos Humanos (IM-Defensoras, 2021). Feminicídio territorial junta a dominação do corpo feminino à devastação de territórios – expropriação de territórios, de corpos e também da ação política de mulheres, se utilizarmos os termos de Furtado e Andriolli (2021) –, ao mesmo tempo que destaca essas duas dimensões na vida cotidiana de mulheres defensoras.

Segundo IM-Defensoras (2021), desde o assassinato de Berta (ocorrido em março de 2016), pelo menos 21 defensoras de terras e territórios foram assassinadas na *Mesoamérica*: 8 em Honduras, 5 no México, 4 na Nicarágua, 2 na Guatemala e 2 em El Salvador. Além disso, no período de 2015 a 2019, houve ao menos 45 tentativas

de assassinatos de defensoras territoriais⁴⁶. Uma questão a ser considerada é aquela trazida ao se pensar na dimensão comunitária: as agressões a defensoras não podem ser vistas de maneira individual, pois são uma forma de enfraquecimento de lutas e resistências coletivas que fazem frente a este modelo extrativista.

No bojo das agressões de modo geral – das quais já destacamos assassinato e criminalização –, é imprescindível falar do uso excessivo da força, que se relaciona diretamente ao caráter masculinizado e militarizado da ocupação de territórios e da dominação de corpos-territórios. Neste tema, no período de 2016 a 2019, IM-Defensoras (2021) contabilizou 205 agressões com uso excessivo da força contra defensoras territoriais na sub-região, sendo 159 delas em Honduras, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Uso excessivo da força na defesa de terra e território por países: 2016 – 2019



Fonte: IM-Defensoras (2021)

Frente a esses números, certamente subnotificados, mulheres se organizam de diversas formas. Suas resistências são localizadas em seus territórios mas convergem com outras localidades do continente. O protagonismo feminino denota um extrativismo que é generificado, de modo que mulheres estão dos dois lados da dinâmica do corpo como campo de batalha – alvo de ataque e ponto de partida de defesa, em uma dinâmica que se constitui de forma conjunta e relacional.

⁴⁶ Aqui utilizamos este termo porque a organização em questão faz a distinção de defensoras de terras e territórios (defensoras territoriais). Os números seriam maiores se partíssemos da categoria mais ampla “defensoras do território e dos Direitos Humanos”, por exemplo.

Com relação aos repertórios de ação, Carvajal (2016) destaca: criação de espaços de articulação em termos nacional e regional; construção de redes regionais para maior visibilização e fortalecimento; mobilizações e ações de fato para impedir avanço (como acampamentos, marchas, vigílias); ações que mobilizam o direito nacional e internacional, com diversos mecanismos de denúncia e proteção; ações de incidência com atores locais, nacionais, regionais e internacionais, com destaque para organismos internacionais de direitos humanos; documentação e denúncia de agressões; construção de estratégias de comunicação para visibilizar conflitos socioambientais; espaços de formação; organização de consultas populares e autônomas nas comunidades; práticas cotidianas relacionadas à soberania alimentar e à economia solidária (destaque para preservação de sementes crioulas e práticas agroecológicas); impulsionamento de reflexões sobre autocuidado, e cuidado pessoal e comunitário.

Muñoz e Villarreal (2019) também apontam para diversas estratégias utilizadas, ressaltando que não são excludentes, como campanhas, protestos, ocupações, atividades artísticas, articulação de redes transnacionais, contato com outras organizações de mulheres, participação em espaços institucionais, organização de assembleias e consultas nas comunidades, preparação de informes a partir de suas organizações, e também requisição de relatórios nacionais e internacionais relacionados a direitos ambientais e humanos. As estratégias dependem do “tipo de conflito, níveis de violência por parte de empresas, estado ou redes de crime organizado, e formas de organização” (MUÑOZ; VILLARREAL, 2019, p. 316, tradução nossa⁴⁷).

Furtado e Andriolli (2021), por sua vez, ressaltam que as resistências são múltiplas também em seus protagonistas: embora o protagonismo de mulheres não seja questionado, a organização das resistências pode se dar em diferentes configurações. Em muitos momentos, são elas que estão à frente de todos os processos, botando o corpo na linha de frente de estratégias e ações. Em outros, o fazem junto com homens. Ainda, elas podem estar em posições menos visíveis – e, como nos ensinam as feministas das Relações Internacionais, mesmo quando isso ocorre, estão trabalhando para que outras pessoas possam estar na linha de frente, de forma que não é uma posição menos importante e não deve ser invisibilizada.

⁴⁷ Do original: “type of conflict, levels of violence on the part of companies, state or networks of organised crime, and forms of organisation”.

Nesse processo, o questionamento de relações hierárquicas de gênero ocorre também com relação às comunidades, como apontam Cabnal (2010), Furtado e Andriolli (2021), Muñoz e Villarreal (2019), Paredes (2014), entre outras.

Desta forma, vê-se uma miríade de repertórios que podem ser utilizados em uma gramática de luta antiextrativista e generificada. Também fica evidente a ideia de política de escalas, no sentido de que as estratégias de luta extrapolam a localidade e também se internacionalizam. Como veremos adiante, essa internacionalização faz parte dos movimentos feministas no continente que têm como eixo a luta por territórios.

2.4 Apontamentos feministas latino-americanos

De início, há de se considerar que não apenas os feminismos, mas também os feminismos latino-americanos são múltiplos e diversos. Como argumenta Almudena Cabezas (2014), devemos ter cuidado com as etiquetas que buscam nomear feminismos diversos, uma vez que se tratam também de processos em construção. A autora propõe que se pense os diversos feminismos como fios que formam um tecido – mais do que um campo delimitado. Ela aponta para a incompletude de algumas genealogias e classificações estanques dos diversos feminismos latino-americanos, uma vez que seus discursos e práticas, construídos cotidianamente, envolvem cruzamentos, sobreposições, diálogos e tensionamentos que costumam escapar das etiquetas e classificações – também porque estão em constante movimento.

A polifonia de feminismos, segundo esta autora, acaba ficando ausente nesses esforços, e ela advoga por pesquisas empiricamente orientadas e situadas, que deem conta dos feminismos mais como processos do que como imagens congeladas. Nesse sentido, não pretendemos aqui fazer uma genealogia de feminismos – nem de feminismos hegemônicos, nem daqueles contra-hegemônicos –, ou esgotar debates de feministas latino-americanas. Queremos trazer algumas reflexões sobre feminismos em diálogo com o território – que podem ser lidos como feminismos populares, territoriais, do Sul, comunitários, autônomos, subalternos, indígenas e/ou críticos. Apesar das suas particularidades, que não são o objetivo desta pesquisa, aparecem como eixos transversais: a crítica a uma colonização masculinizada e militarizada que vincula racismo, machismo e classismo; as reflexões sobre o território

e o comum; a busca por diferenciação de um feminismo hegemônico, branco e ocidental; e a luta de mulheres por autonomia sobre corpos e territórios.

Sobre feminismos populares de modo geral, Maristella Svampa (2015) ressalta alguns pontos: luta contra patriarcado; defesa da autonomia; ampliação das temáticas de discussão, como territórios, corpos e representações; valorização da interdependência com a natureza; pensamento situado a partir de situação concreta; e crítica à visão individualista. Sobre feminismos territoriais, Astrid Ulloa (2016) destaca a liderança de mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas; a crítica a processos de desenvolvimento capitalista e extrativista; a defesa da vida, o corpo, o território, e a natureza; e a construção de alternativas ao desenvolvimento centradas no cuidado com o território e no comum.

Entendemos que, além de reconhecer a polifonia de feminismos (CABEZAS, 2014; CABEZAS; BRINGEL, 2015), é importante tentar congregiar horizontes comuns aos quais rumar e lutar, isto é, pontos de luta e estratégia compartilhados. Nesse sentido, aqui estão alguns apontamentos traçados por mulheres em luta por seus territórios. Caminhos que vêm sendo compartilhados e transnacionalizados em um continente cada vez mais marcado pelo neoextrativismo – e pela resistência de mulheres. Como argumenta Svampa (2015), as mulheres têm já há décadas um protagonismo nas lutas sociais, o que marca um processo de feminização das lutas. No entanto, se questiona sobre a legitimidade de vincular este processo de feminização com o feminismo, uma vez que muitas mulheres não se identificam com o termo – seja pela estigmatização, seja pelas críticas a um feminismo liberal. Nessa temática, Svampa (2015) entende que há um processo de devir feministas populares.

Fabrina Furtado e Carmen Andriolli (2021) também fazem uma ressalva com relação à identificação ou não como feministas: em sua pesquisa (realizada em diferentes territórios do Brasil ao longo do tempo), muitas das mulheres não se identificam assim, nem mesmo com o feminismo comunitário e/ou territorial. No entanto, estão à frente das lutas e reconhecem paulatinamente os impactos diferenciados sobre suas vidas e corpos.

Os feminismos subalternos latino-americanos, em que pese suas diferenças, mobilizam sua localização na geopolítica, de modo que processos cotidianos e processos macro se veem imbricados na teoria e na prática. Sobre isso, Luciana Ballestrin escreve:

Submersas em várias camadas de subalternidade, o pertencimento geopolítico, geocultural ou geográfico está presente em muitas referências dos feminismos subalternos latino-americanos. De fato, trata-se de uma conformação feminista constantemente situada, uma vez que é possível perceber construções de referências compartilhadas em termos espaciais e culturais positivados: *Frontera, Nuestramérica, Abya Yala, Sur*. Compreendo que este referencial, permanentemente modificado por novas criações e recriações discursivas, cumpre a importante função de forjar sentidos comuns para o enfrentamento da vivência de condições estruturais semelhantes, desfavoráveis e por vezes brutais – desigualdade, injustiça, violência, pobreza, desemprego. Pensar, portanto, em macroprocessos e como eles afetam a vida das mulheres comuns constitui-se em uma característica não raro observada nos feminismos latino-americanos como um todo (BALLESTRIN, 2020, p. 8).

Ana Luisa Queiroz e Marina Praça argumentam que, “ao incluir as experiências pessoais e subjetivas nos elementos de análise das questões públicas e políticas, mudamos também a matéria do que é importante para a construção da história e para o entendimento dos conflitos” (QUEIROZ; PRAÇA, 2021, p. 10). Os impactos de grandes estruturas do sistema-mundo, afinal, não são sentidos senão nos corpos e territórios – que, por sua vez, para além de carne, osso e terra, envolvem afetividades diversas.

Tendo em mente a relação do corpo como escala do sensível, no sentido de que afeta e é afetado pelos territórios e pelas relações – sejam elas de poder ou de resistência –, as práticas cotidianas de enfrentamento aos megaprojetos e de afirmação de seus modos de vida passam pelo corpo de forma indissociável. Nesse sentido,

as (re)existências são estratégias vivas para visibilizar contextos de expropriação e exploração buscando a redefinição da vida, a partir das brechas, dos atalhos, dos escapes, das potências imateriais, das forças vindas dos mistérios, construindo territórios de dignidade e autodeterminação. Esses corpos coletivos femininos desde os sentidos trazem consigo a experiência inventiva como enfrentamento da materialidade dos conflitos. Na contracorrente das temporalidades, das relações e da organização do modelo de desenvolvimento hegemônico, as mulheres protagonizam a defesa dos bens comuns e da vida. Através da mobilização de suas comunidades, do diálogo com a juventude, da ação direta territorial e da auto-organização, as mulheres têm conquistado espaço e visibilidade nos enfrentamentos aos megaprojetos e na resistência por seus territórios (QUEIROZ; PRAÇA, 2021, p. 14).

Em sentido semelhante, pensar a experiência cotidiana de mulheres atenua a divisão entre espaço privado e espaço público. E isso por diversas razões. Seja pelas já apontadas no primeiro capítulo, em que o que ocorre no privado também é político e há uma imbricação inclusive entre o internacional e o pessoal – comumente

apartados; seja porque as conversas e estratégias políticas são também tramadas nas casas, nas cozinhas, nos quintais, de forma que se faz política no âmbito tido como estritamente privado. Essas reflexões e estratégias, e a imprescindibilidade dos trabalhos de cuidado e dito reprodutivos envolvem um deslocamento da política, que passa também pela comunidade, pelo cotidiano e pelos afetos. Nesse sentido, há uma “desindividualização” de questões que parecem particulares, mas estão inseridas na trama comunitária. Cruz Hernández (2020) aponta para a vida cotidiana como estratégia de defesa. É no espaço-tempo das práticas cotidianas, sem deixar de enquadrar o contexto de violência, que as estratégias-reflexões de defesa do corpo-território e do corpo-terra são criadas.

É nas práticas cotidianas que podemos perceber a relação entre corporalidades e espacialidades – práticas de relacionamento com o corpo e o espaço e a partir destes, que guardam relação também com processos de identidade e diferença. É na ação do corpo que este se constitui no espaço, de forma que ambos não são fechados, mas de algum modo porosos e interpenetráveis. Os apontamentos feministas territoriais, nessa dinâmica entre poder e resistência, dialogam com a argumentação de David Harvey (2004), no sentido de que os corpos são produzidos por processos de diferenciação, mas também podem modificar os processos que os produzem, a partir de lutas e ações políticas emancipatórias e de transformação. O autor argumenta que as atividades performativas que um corpo pode exercer se relacionam com as condições do espaço e do tempo em que se encontram e, indo além, que

o estudo do corpo tem de basear-se na compreensão das relações espaço-temporais concretas entre práticas materiais, representações, imaginários, instituições, relações sociais e estruturas vigentes de poder político econômico. Pode-se então ver o corpo como um nexos por meio do qual abordar possibilidades de uma política emancipadora (HARVEY, 2004, p. 178).

Outra contribuição que não parte do feminismo latino-americano, mas é importante no conjunto das discussões aqui apresentadas é a do trabalho de Farhana Sultana (2011). Sua pesquisa, centrada no acesso à água e com estudo de caso sobre água contaminada por arsênio em Bangladesh, envolve as geografias das emoções. Embora entrar neste campo ultrapasse o foco da pesquisa, suas contribuições nos parecem muito importantes. Farhana argumenta que o acesso, o uso e o controle de recursos, bem como os conflitos daí oriundos, não são mediados apenas por relações de poder, mas por geografias das emoções em que “subjetividades generificadas e

emoções corporificadas constituem como as relações natureza-sociedade são vividas e experienciadas em uma base diária” (SULTANA, 2011, p. 163, tradução nossa⁴⁸). Isto é, não se trata apenas da materialidade e da posse sobre os recursos (terra ou água, por exemplo), mas de subjetividades e emoções que atravessam e são atravessadas pelos corpos e territórios.

Lorena Cabnal (2010), feminista comunitária indígena guatemalteca, pontua a imbricação e o reforço entre o patriarcado originário ancestral e o patriarcado ocidental, como também o faz Julieta Paredes (2014). Aquele pode ser expresso tanto em divisões de gênero dentro das comunidades – em termos de trabalho e rituais, por exemplo – quanto em cosmovisões – dando o exemplo do papel de *Pachamama*, a Terra Mãe, e *Tata Inti*, o Pai Sol, com dualidades que podem ser opressivas, em um pacto ancestral masculino. Apresenta a seguinte definição de patriarcado para as feministas comunitárias: “o patriarcado é o sistema de todas as opressões, todas as violências e discriminações vividas por toda a humanidade (mulheres, homens e pessoas intersexuais) e pela natureza, como um sistema historicamente construído sobre o corpo sexuado das mulheres” (CABNAL, 2010, p. 16, tradução nossa⁴⁹).

Cabnal (2010) aborda o corpo como território primeiro; e, como outras, ressalta que é a partir do território corpo-terra que ocorre a dominação sobre mulheres indígenas, mas também a partir dele que se dá a resistência, com potência “transgressora, transformadora e criadora”. Argumenta que “recuperar e defender o corpo também implica de maneira consciente provocar a desmontagem dos pactos masculinos com os quais convivemos” (CABNAL, 2010, p. 22, tradução nossa⁵⁰).

Ademais, em sua proposta, ressaltando que o feminismo comunitário vem sendo tecido, num processo contínuo, há a imbricação da escala do corpo com uma escala local, já que buscam se reapropriar também do território-terra – o que dialoga com o debate trazido por Haesbaert (2020). Nesse sentido, a seguinte citação ajuda a elucidar o argumento desta dissertação:

Eu não defendo meu território terra apenas porque necessito dos bens naturais para viver e deixar uma vida digna para outras gerações. Na abordagem de

⁴⁸ Do original: “gendered subjectivities and embodied emotions constitute how nature-society relations are lived and experienced on a daily basis”.

⁴⁹ Do original: “el patriarcado es el sistema de todas las opresiones, todas las violencias, y discriminaciones que vive toda la humanidad (mujeres, hombres y personas intersexuales) y la naturaleza, como un sistema históricamente construido sobre el cuerpo sexuado de las mujeres”.

⁵⁰ Do original: “recuperar y defender el cuerpo también implica de manera consciente provocar el desmontaje de los pactos masculinos con los que convivimos”.

recuperação e defesa histórica do meu território corpo terra, assumo a recuperação do meu corpo expropriado, para gerar a ele vida, alegria, vitalidade, prazeres e construção de saberes libertadores para a tomada de decisões, e eu junto esta potência com a defesa de meu território terra, porque não concebo este corpo de mulher sem um espaço na terra que dignifique minha existência e promova minha vida em plenitude. As violências históricas e opressoras existem tanto para meu primeiro território corpo, como também para meu território histórico, a terra. Nesse sentido, todas as formas de violência contra as mulheres atacam essa existência que deveria ser plena (CABNAL, 2010, p. 23, tradução nossa⁵¹).

Julieta Paredes (2014) aponta para cinco campos de ação e luta em sua formulação do feminismo comunitário. Essas categorias para a ação política seriam as seguintes: corpo, espaço, tempo, movimento e memória. Ao abordar o *corpo*, primeiro campo de ação e luta, ressalta sua existência individual, mas também coletiva, e aponta para três âmbitos centrais: o cotidiano; a própria biografia; e a história das comunidades e povos. Além disso, destaca a integridade da corporalidade, sem deixar de lado a afetividade, a sensibilidade, os sentimentos, a espiritualidade, a criatividade – todos elementos importantes nessa dinâmica de luta antiextrativista, antipatriarcal e antirracista. As relações de poder em que os corpos estão inseridos marcam a opressão, mas também a possibilidade de resistência e construção de relações outras.

Ao abordar o *espaço*, Paredes o define como “um campo vital para que o corpo se desenvolva” (2014, p. 102, tradução nossa⁵²). O espaço, em sua abordagem, compreende o tangível e o intangível, como já abordado anteriormente. Ao abordar o *tempo*, faz uma distinção entre o tempo considerado importante, histórico, e o não-importante, cotidiano. Isso se relaciona com o que já foi dito sobre o público e o privado, e volta também à crítica dessa distinção generificada. Para a autora, esses dois tempos são mais um *continuum* do que uma dicotomia. Sobre *movimento*, ela ressalta a importância das organizações e das propostas políticas e sociais para a luta pela vida. Em sua explanação, o movimento tem como características ser um

⁵¹ Do original: “No definiendo mi territorio tierra solo porque necesito de los bienes naturales para vivir y dejar vida digna a otras generaciones. En el planteamiento de recuperación y defensa histórica de mi territorio cuerpo tierra, asumo la recuperación de mi cuerpo expropiado, para generarle vida, alegría vitalidad, placeres y construcción de saberes liberadores para la toma de decisiones y esta potencia la junto con la defensa de mi territorio tierra, porque no concibo este cuerpo de mujer, sin un espacio en la tierra que dignifique mi existencia, y promueva mi vida en plenitud. Las violencias históricas y opresivas existen tanto para mi primer territorio cuerpo, como también para mi territorio histórico, la tierra. En ese sentido todas las formas de violencia contra las mujeres atentan contra esa existencia que debería ser plena”.

⁵² Do original: “un campo vital para que el cuerpo se desarrolle”.

processo e não ser fechado, mas, pelo contrário, relacional. Por fim, a *memória* diz respeito a identidade e ancestralidade, sem com isso romantizar a época pré-colonial.

Percebe-se que, a partir de diferentes localidades e geografias latino-americanas, as mulheres estão na linha de frente na defesa dos territórios e contra a dinâmica extrativista na América Latina, cujas linhas-limites entre interesses e atuação de Estado e empresas são cada vez mais tênues (GAGO, 2020; MUÑOZ; VILLARREAL, 2019; QUEIROZ; PRAÇA, 2021). Como mencionado, embora nem todas de início se reconheçam ou entendam como feministas, há pontos em comum que convergem para a defesa do território com uma perspectiva de gênero e para a centralidade do comum e dos cuidados. As diversas formas de resistência são forjadas no cotidiano apesar (e por causa) de uma geometria de poder assimétrica entre Estados, empresas e movimentos.

Tal como em relação a outros assuntos – além do neoextrativismo, a militarização da vida, a violência policial em grandes cidades, e a legalização do aborto, por exemplo –, os pontos de convergência entre movimentos de mulheres latino-americanas parecem apontar para um internacionalismo ou transnacionalismo feminista, “para um fenômeno mundial que emerge do Sul” (GAGO, 2020, p. 217). Há em crescimento para além das fronteiras, mas também em enraizamento em lutas situadas e territorializadas – de forma que não se torna um movimento abstrato. Essa política de escalas em que há um compartilhamento transnacional de lutas e experiências fortalece as reflexões e estratégias políticas (GAGO, 2020; MUÑOZ; VILLARREAL, 2019).

Verónica Gago (2020) argumenta pela noção de *extrativismo ampliado*, com extrativismo de outras dinâmicas políticas, econômicas e sociais que extrapolam a relação com os recursos naturais que será vista no próximo capítulo – e dá como exemplos especulações imobiliárias no contexto urbano, *data mining* e algoritmos no contexto da internet, e mecanismos de endividamento que atuam de forma diferenciada sobre a vida de mulheres, com o aprofundamento de políticas neoliberais. Desse modo, podemos articular dinâmicas ampliadas com experiências cotidianas, tecendo redes e reverberando lutas entre diferentes geografias e escalas.

Essa luta organizada internacionalmente fazia parte também da gramática e do repertório de Berta – e ainda segue no COPINH. Carvajal (2016, p. 46, tradução

nossa⁵³) destaca uma fala de Berta Cáceres em que a defensora lenca aponta a imbricação de diferentes dominações: “Se não se tem em conta todos os elementos da tripla dominação, racista, patriarcal e classista, então vamos repetir outra vez a história de dominação que queremos desmontar”. Por um lado, a construção de escalas a partir de uma lógica de poder estadocêntrico, calcado na fixidez de fronteiras protegidas, na militarização e em uma masculinidade hegemônica, em contato imbricado com o capital e empresas diversas, diz respeito a um “projeto de cima”. Neste, como veremos melhor no próximo capítulo, extrativismo e uma narrativa de desenvolvimento caminham juntos. Neste quadro, há uma dominação e subalternização de corpos outros e territórios, explicitando uma dominação patriarcal, racista e classista.

Por outro lado, a partir de perspectivas feministas que problematizam e enfrentam esse projeto, tem-se a escala do corpo, em que este é colocado na linha de frente da defesa da vida e dos territórios, sendo *locus* de resistência e outras formas de existência, tecidas com fios de cotidianos comunitários em um “projeto de baixo”, que desafia aquele primeiro. É nesse sentido que o terceiro capítulo pretende demonstrar como o caso de Berta nos permite entrever essa dinâmica de disputa entre diferentes escalas e diferentes projetos, ressaltando que o controle e a defesa territorial passam pelos corpos.

⁵³ Do original: “Si no se tienen en cuenta todos los elementos de la triple dominación, racista, patriarcal y clasista, entonces vamos a repetir otra vez la historia de dominación que queremos desmontar”.

3 BERTA CÁCERES: LUTA E FEMINICÍDIO TERRITORIAL DE UMA DEFENSORA

Neste último capítulo, pretendemos trazer uma análise empiricamente orientada, entendendo que o caso de Berta Cáceres ilustra a tensão da construção de escalas e a utilidade de se pensar no corpo como escala. Considerando as discussões anteriores, entendemos que o caso de Berta permite entrever a tensão entre o projeto de poder aventado no primeiro capítulo e as resistências trazidas no segundo.

Este terceiro capítulo está dividido em três seções. Na primeira, apresentamos um apanhado da história recente de Honduras, principalmente no que diz respeito às relações com os países vizinhos e com os Estados Unidos, e à formação social e política que levou a um Estado neoliberal e militarizado, extremamente violento contra organizações sociais e pautado no extrativismo. Na segunda seção, apresentamos características gerais do (neo)extrativismo e a importância desta categoria para o entendimento da América Latina. No mesmo sentido, destacamos a periculosidade e a ameaça que as dinâmicas extrativistas representam não só em termos ambientais, mas no que diz respeito a defensoras e defensores – em veias abertas de sangues, rios e lutas. Na terceira seção, por fim, apresentamos o histórico de luta de Berta e do COPINH, com destaque ao caso de Agua Zarca, projeto hidrelétrico diretamente vinculado ao feminicídio territorial de Berta. A partir dessa estrutura, buscamos evidenciar a tensão entre diferentes projetos e escalas – que são opostos material e simbolicamente.

3.1 Honduras: contextualização histórica

Para se falar dos contornos mais recentes de Honduras, é imprescindível voltar a junho de 2009, quando um golpe militar derrubou o governo de centro-esquerda dirigido pelo então presidente Manuel Zelaya, do Partido Liberal. Em seu lugar, assumiu o governo de Roberto Micheletti, seu sucessor constitucional, encerrando a experiência democrática que se iniciou no país em 1982, após o regime militar. A detenção de Zelaya e a assunção do novo presidente careciam de legitimidade interna, com forte resistência popular, e externa, com a condenação por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), da ONU e de outros organismos. Novas eleições ocorreram em novembro daquele ano, como previsto; naquele cenário, saiu

vitorioso Porfirio Lobo, do Partido Nacional. De acordo com Gordon e Weber (2016), o atual momento da política hondurenha se mostra como uma fusão de neoliberalismo e militarismo que vem sendo denunciada por diferentes setores da sociedade, em especial por comunidades indígenas afetadas por megaprojetos. Esse evento de 2009, embora importante para a dissertação, não pode ser visto sem uma contextualização histórica anterior, ao que pretendemos nos debruçar aqui.

Historicamente, Honduras foi uma verdadeira ‘república de bananas’ da América Central. No país, essa indústria se desenvolveu rapidamente a partir do final do século XIX. Já na década de 1920, tornou-se o maior exportador mundial de bananas. A consequência foi que essas antigas multinacionais dominaram a política e a economia do país. Esta conjuntura fez com que, na primeira metade do século XX, Honduras figurasse entre os mais ‘atrasados’ da América Latina em termos de desenvolvimento econômico. A partir da década de 1950, o país passou por um lento processo de modernização que influenciou as dinâmicas das relações político-sociais (GORDON; WEBER, 2016).

Esse desenvolvimento tardio hondurenho passou a formar diferenciações de interesses e projetos de desenvolvimento dentro de suas próprias classes dominantes. Durante o século XX e a atualidade, o sistema partidário hondurenho passou a ser monopolizado pelo Partido Liberal e pelo Partido Nacional, a não ser em períodos de regimes militares – tendo sido o último e mais longo de 1963 a 1982. Após esse regime, “ocorreu uma transição muito restrita para a democracia eleitoral, seguida, uma década depois, por uma transformação neoliberal da economia” (GORDON; WEBER, 2016, p. 34, tradução nossa⁵⁴). Essa transição será melhor abordada adiante.

Um desenvolvimento político e econômico que à primeira vista se mostra fechado à participação e a pleitos populares não pode nos levar a confundir a história institucional com a história hondurenha. Nesse sentido, “fora dos limites das esferas liberal, nacional e autoritária da política oficial do regime, tradições vibrantes do radicalismo camponês e operário começaram a se enraizar ao lado e contra a

⁵⁴ Do original: “after which a very restricted transition to electoral democracy occurred, followed a decade later by a neoliberal transformation of the economy”.

expansão capitalista em meados do século XX” (GORDON; WEBER, 2016: 35, tradução nossa⁵⁵).

A formação geográfica de Honduras nos leva a algumas peculiaridades úteis para compreender a conjuntura atual do país. O século XX, marcado pela Guerra Fria, foi palco de insurgências, revoltas armadas e guerras civis na América Latina. Este foi o caso de Guatemala, El Salvador e Nicarágua, países vizinhos de Honduras. Assim, o país adquiriu um papel central para as forças anticomunistas. O mapa a seguir (Figura 4) nos ajuda a compreender como o país pode ser uma base extremamente estratégica para a política externa estadunidense durante a Guerra Fria.

Figura 4 – Mapa de parte da América Central



Fonte: Google Maps, 2021.

Como se vê, a localização privilegiada do país se dá por ser fronteiro com Guatemala, El Salvador e Nicarágua. O presidente estadunidense Jimmy Carter (Partido Democrata, 1977-1981) teria sido um dos pioneiros a informar ao governo de Honduras sobre seu papel contra os levantes comunistas da década de 1970. O país seria então uma espécie de baluarte do anticomunismo na região (GORDON; WEBER, 2016). Após Carter, a presidência dos Estados Unidos passou para as mãos

⁵⁵ Do original: “Outside the confines of the Liberal, National, and authoritarian spheres of official regime politics, vibrant traditions of peasant and worker radicalism began to take root alongside and against capitalist expansion in the middle part of the twentieth century”.

de Ronald Reagan (Partido Republicano, 1981-1989), fazendo com que a cruzada anticomunista ganhasse dimensões gigantescas. Entre as consequências em Honduras, “oitocentos soldados hondurenhos foram conduzidos pela infame Escola das Américas para treinamento militar na década de 1980, quando o país se tornou a principal base de operações para a contrainsurgência centro-americana” (GORDON; WEBER, 2016: 36, tradução nossa⁵⁶).

Nina Lakhani é taxativa sobre o assunto e mostra o montante investido pelos Estados Unidos em seu pivô anticomunista:

Durante seu mandato [de Ronald Reagan] de 1982 a 1985, a ajuda militar se disparou de 4 milhões de dólares a 77,4 milhões de dólares anuais, um simples acordo de “dinheiro por território”, segundo o qual Estados Unidos controlaria o território hondurenho em troca de dólares, treinamento de métodos de interrogatório mediante tortura e silêncio (LAKHANI, 2021, p. 33, tradução nossa⁵⁷).

Génesis Padilla e Andrés Araya (2019) destacam que houve tendências nos anos de governo militar que são importantes para entender as posteriores transformações nas décadas de 1980 e 1990. Em primeiro lugar, as crescentes relações capitalistas no país, que levaram a um aprofundamento da concentração de terra e, por isso, da conflitividade no meio rural, com uma forte organização sindical e camponesa, como apontado. Em segundo lugar, a resposta do governo militar, com ciclos de repressão e reformismo, o que também é destacado por Nina Lakhani (2021) como uma forma de conter contestações que pudessem extrapolar para guerrilhas como nos países vizinhos. Em terceiro lugar, a influência dos Estados Unidos nessa dinâmica entre repressão e reforma, enquadrada na ‘ameaça comunista’. Por fim, um desgaste econômico e social, com endividamento, inflação, pobreza e conflitos sociais.

Com esse pano de fundo, a transição marcada por uma nova Assembleia Constituinte (1981) não foi mais do que um rearranjo de forças, em que os militares voltaram para os quartéis sem perder apoio econômico estadunidense nem força

⁵⁶ Do original: “Eight hundred Honduran soldiers were cycled through the infamous School of the Americas for military training in the 1980s as the country became the pivotal base of operations for Central American counterinsurgency”.

⁵⁷ Do original: “Durante su mandato de 1981 a 1985, la ayuda militar se disparó de 4 millones de dólares a 77,4 millones de dólares anuales, un sencillo acuerdo de “dinero por territorio”, según el cual Estados Unidos controlaría el territorio hondureño a cambio de dólares, entrenamiento en métodos de interrogatorio mediante la tortura y silencio”.

política frente ao controle civil. Houve uma negociação entre Forças Armadas e elites políticas tradicionais que se rearranjaram no sistema bipartidário, sob tutela dos Estados Unidos. Dessa forma, a possibilidade de alternância partidária entre Partido Nacional e Partido Liberal dá o tom de uma democracia representativa, com eleições periódicas, “mas sem fazer mudanças substantivas no que diz respeito à oferta eleitoral, nem em termos de direitos e liberdades cidadãos” (PADILLA; ARAYA, 2019, p. 158, tradução nossa⁵⁸). Isto é, um sistema democrático neoliberal avesso a projetos alternativos.

O papel fundamental do país para a política externa estadunidense durante a Guerra Fria trouxe diversas consequências internas. Apesar de não ter vivido uma guerra civil como seus vizinhos, Honduras passou a ter uma sociedade extremamente militarizada e marcada pelo anticomunismo, o que acabou por legitimar a violência política contra movimentos populares contestatórios de qualquer origem, comunistas ou não. Assim, ainda que o acúmulo militar do país tenha tido uma motivação geopolítica externa, também induziu os elementos coercitivos domésticos no país, tendo a violência como um eixo estruturante. Estudantes, sindicalistas, camponeses e camponesas, e qualquer ator, individual ou coletivo, que pudesse ser identificado com movimentos à esquerda do espectro político ou como crítico ao governo poderia ser alvo dos aparelhos repressivos do Estado hondurenho, em uma guerra suja cujas vítimas de assassinato e desapareições, ainda que menores do que nos vizinhos⁵⁹, não podem ser desconsideradas (GORDON; WEBER, 2016; LAKHANI, 2021).

Nina Lakhani (2021) destaca como foi fácil para a brigada anticomunista estadunidense implementar sua doutrina de contrainsurgência nas elites hondurenhas, uma vez que elas já tinham um histórico de repressão a movimentos populares desde antes da Guerra Fria. A autora ressalta também como a família Cáceres esteve envolvida nesta dinâmica da Guerra Fria na região. O irmão mais velho de Berta, Carlos Alberto, liderou o movimento estudantil hondurenho na década de 1970 e coordenou apoio a grupos guerrilheiros em El Salvador e na Nicarágua, com reuniões feitas na casa da matriarca da família – Dona Austra Berta Cáceres. Posteriormente, Berta e seu companheiro e pai de suas filhas, Salvador Zúñiga, se

⁵⁸ Do original: “pero sin hacer cambios sustantivos en lo que respecta a la oferta electoral, ni en términos de los derechos y las libertades ciudadanas”.

⁵⁹ Em Salvador, houve 80 mil vítimas, além de desapareições e deslocamentos forçados. Na Guatemala, mais de 200 mil indígenas morreram na guerra. Na Nicarágua, as vítimas foram 50 mil (LAKHANI, 2021).

somaram às filas guerrilheiras em El Salvador, o que teve impacto na vida de Berta. A família, portanto, vem de um histórico de luta no passado recente hondurenho.

Com uma difícil – e incompleta – transição para um sistema liberal democrático, a sociedade hondurenha presenciou uma nova onda de manifestações no final da década de 1980, que teve como resposta estatal uma erupção de assassinatos contra líderes (e *lideresas*) estudantis, religiosos, camponeses e sindicais. Esta conjuntura de violência política em regimes teoricamente democráticos é o que marca a transição descrita por Todd Gordon e Jeffery Weber:

Com o fim da Guerra Fria no cenário internacional, a derrota da Revolução Sandinista na Nicarágua nas eleições de 1990, e o fim das guerras civis em El Salvador e na Guatemala, a região fez a transição de um período de terror de Estado e luta de guerrilha na década de 1980 para uma época de consolidação neoliberal ao longo da década de 1990 – o que o historiador James Dunkerley chamou de “pacificação da América Central”. Com suas próprias particularidades, a trajetória de Honduras refletiu grande parte essa virada regional (GORDON; WEBER, 2016: 38, tradução nossa⁶⁰).

O processo de diferentes acordos de paz na América Central na década de 1990 avançou nos países que tiveram uma guerra declarada. Honduras, por outro lado, por ter sido uma espécie de “laboratório e base da contrainsurgência apoiada então pelos Estados Unidos, entrou num processo de democratização e, apesar disso, mantém hoje a herança das bases militares e da cultura da militarização” (ARDÓN; FLORES, 2017, p. 111). Nesse quadro, as décadas de 1980 e 1990 marcaram um período de transição não apenas na política institucional, mas também no confronto social. Houve uma rearticulação da organização política entre diferentes grupos. Se, a partir de meados dos anos 1950 e 1960, o setor sindical relacionado a plantações bananeiras, o movimento magisterial e estudantil, e o movimento campesino “mais significativo da América Central” se fortaleceram, há uma quebra dessa tendência a partir da década de 1980. A crise econômica e a Doutrina de Segurança Nacional, impositiva contra qualquer desavença política, debilitaram suas organizações.

Com o avanço de políticas neoliberais no país e na América Central, abriu-se um novo ciclo de protestos, diferente do anterior (pautado por relações de classe e de

⁶⁰ Do original: “With the end of the Cold War on the international scene, the defeat of the Sandinista revolution in Nicaragua in the 1990 elections, and the ending of the civil wars in El Salvador and Guatemala, the region transitioned from a period of state terror and guerrilla struggle in the 1980s to an epoch of neoliberal consolidation over the course of the 1990s—what historian James Dunkerley has called the “pacification of Central America”. With its own particularities, the trajectory of Honduras largely mirrored this regional turn”.

produção, com o movimento sindical e camponês como expoentes). Há “novas” identidades articuladas, com destaque para “elementos raciais, étnicos, de gênero e em defesa da natureza” (PADILLA; ARAYA, 2019, 164, tradução nossa⁶¹). “Novas” entre aspas porque essas lutas têm seu acúmulo histórico e também porque há continuidades com aspectos do ciclo anterior. Padilla e Araya (2019) caracterizam o novo momento de conflitividade social como mais molecular e descentralizado, isto é, com diferentes temas e espalhado em movimentos locais e regionais.

Uma das consequências dessa normalização neoliberal que tem diálogo ainda mais direto com nosso tema é a reestruturação dos padrões de uso da terra. Se os movimentos populares, até o regime militar, tinham galgado pequenos avanços na distribuição de terras, com o pêndulo entre repressão e reforma, a neoliberalização do país abriu de vez o caminho para megaprojetos, gerando mais desapropriações, despojos e deslocamentos forçados nos territórios. Neste cenário, houve um grande aumento da pobreza no mundo rural, ultrapassando os 70% nos anos 1990, de acordo com índices do Banco Mundial (GORDON; WEBER, 2016). A partir da década de 1990, o respaldo a projetos de mineração internacional cresceu de maneira vertiginosa, com uma grande reforma legal para fornecer segurança ao investimento internacional (GOMES, 2018). Isso é ainda mais aprofundado a partir do golpe de 2009, como veremos adiante, abrindo caminho para a hidrelétrica de Agua Zarca, por exemplo.

Este panorama torna Honduras um país complexo por várias razões, que dizem respeito à sua política interna e também às relações entre o Norte e o Sul Global. A partir da redemocratização dos anos 1980, o país não superou, apesar da nova fase, a pobreza e a violência em relação aos movimentos sociais. Como mostra Simone Gomes (2018), é um país que possui índices absurdos de pobreza, ultrapassando 60% de sua população em 2017, com taxas de subemprego acima dos 50% da população economicamente ativa. Neste cenário, o país possui uma economia baseada na exploração de *commodities* agrícolas, o que aprofunda os conflitos relacionados ao uso, ao acesso e ao controle de terras.

Contudo, frente a essa estabilização neoliberal militarizada, Honduras foi e é palco de resistências populares, e os movimentos camponeses e indígenas são uma força social relevante na cena política hondurenha. Novos grupos organizados de

⁶¹ Do original: “elementos raciales, étnicos, de género y en defensa de la naturaleza”.

mulheres, trabalhadores, indígenas e camponeses emergiram neste cenário, como comentado, e engendraram novas formas de luta.

Ainda que o termo “giro progressista” possa ser problematizado em seu conteúdo mais estrutural, após o fortalecimento de políticas neoliberais na América Latina nos anos 1990 e no início dos 2000, o continente passou por uma mudança no perfil dos governos, tendo governantes de esquerda e centro-esquerda à frente de diversos países da região. Tais governos, por meio de políticas públicas variadas, tentaram melhorar índices socioeconômicos de suas populações, com políticas diversas e inéditas, sem, contudo, conseguir alterar significativamente o eixo extrativista. É neste cenário que José Manuel Zelaya assumiu a presidência de Honduras em 2006 e passou por um giro à esquerda em meados de seu governo. Pela primeira vez, depois de 35 anos, Honduras passava por um aumento em sua renda *per capita* (GOMES, 2018), por exemplo.

Zelaya, tentando aprofundar algumas mudanças em um país calcado por pobreza e desigualdades extremas, propôs um referendo para realizar modificações na constituição de 1982 por meio de uma Assembleia Constituinte. Essa consulta “era uma forma de reverter uma série de desigualdades sociais impostas às populações indígenas e afro americanas, assim como às mulheres e aos trabalhadores, anteriormente excluídos da proteção estatal” (GOMES, 2018, p. 11, tradução nossa⁶²), de forma que acabou sendo determinante, sem ser a única causa, para o golpe desencadeado em 2009. Tal golpe aprofunda um modelo de país que é autoritário, economicamente regressivo e socialmente injusto (FUNES; CARDOZA, 2018).

Se ligarmos essa proposta de referendo com o problemático período de transição democrática descrito, a proposta de participação cidadã de Zelaya rompia com o pacto de transição democrática, em que setores subalternos não estavam no tabuleiro político, senão justamente excluídos. Outro elemento marcante que garantiu condições para o golpe diz respeito à crise energética no país. Para fazer frente à crise, Zelaya tentou avançar na direção de aumentar a capacidade de intervenção do Estado na importação de petróleo e derivados, nas mãos das transnacionais Esso, Texaco e Shell. Enfrentando muita resistência, é a partir daí que Zelaya iniciou seu giro à esquerda, isolando-se ainda mais ao tentar avançar com políticas que tocavam

⁶² Do original: “era una forma de reverter una serie de desigualdades sociales impuestas a las poblaciones indígenas y afroamericanas, así como a las mujeres y los trabajadores, previamente excluidos de la protección estatal”.

“interesses e sensibilidades das elites hondurenhas” (PADILLA; ARAYA, 2019, p. 173). Vale considerarmos que a sua política era também vacilante: apesar de ter aberto espaços de diálogos com movimentos sociais, estes o viam com alguma suspeita, uma vez que era membro da oligarquia tradicional hondurenha e que houve ocasiões de repressão em seu governo.

Foi, então, via esses diálogos com movimentos sociais e grupos subalternizados que a proposta de referendo (chamada de “quarta urna”, que ocorreria nas eleições previstas para novembro de 2009) ganhou corpo no governo de Zelaya. Isso, contudo, foi um passo além do que a transição democrática havia permitido: “o sistema político hondurenho e particularmente a forma em que o projeto neoliberal vinha se instaurando no país não estava em capacidades de aceitar um processo de democratização que não fosse “desde cima” nem alinhado com o projeto geopolítico estadunidense” (PADILLA; ARAYA, 2019, p. 174, tradução nossa⁶³).

A partir do golpe, “o terrorismo estatal e paramilitar, a violência e a impunidade cresceram desenfreadamente, enquanto a liberdade de expressão, reunião e associação foram fortemente restringidas, na prática, se não sempre no papel” (GORDON; WEBER, 2016, p. 48, tradução nossa⁶⁴). A resistência, porém, não se acanhou, e o golpe aprofundou uma resistência a partir de diversos movimentos, sindicatos, organizações indígenas e camponesas que, juntamente com ONGs, se agruparam na Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP).

Essas organizações protagonizaram, com pessoas provenientes de todas as partes do país, protestos diários, apesar da forte repressão policial. A forte resistência deu início a um grande processo de construção de um movimento não violento, congregando pessoas de diferentes gerações e ativismos que foi conhecido como a *primavera hondurenha* (GOMES, 2018, p. 7, grifo da autora, tradução nossa⁶⁵).

Sílvia Alvarez Cardoso (2016), em sua dissertação, mostra que diferentes atores se organizaram na FNRP: a Coordenação Nacional de Resistência Popular,

⁶³ Do original: “el sistema político hondureño y particularmente la forma en que se venía instaurando el proyecto neoliberal en el país, no estaba en capacidades de aceptar un proceso de democratización que no fuera desde “arriba” ni alineado con el proyecto geopolítico estadounidense”.

⁶⁴ Do original: “state and paramilitary terror, violence, and impunity have run rampant, while freedom of speech, assembly, and association have been tightly restricted, in practice if not always on paper”.

⁶⁵ Do original: “Esas organizaciones protagonizaron, con personas provenientes de todas partes del país, protestas diarias, a pesar de la fuerte represión policiaca. La fuerte resistencia dio inicio a un largo proceso de construcción de un movimiento no violento, congregando personas de diferentes generaciones y activismos que fue conocido como la *primavera hondureña*”.

que integrou vários movimentos sociais e sindicatos na luta contra a Associação de Livre-Comércio das Américas (ALCA) e o avanço neoliberal na década de 1990; movimentos sociais camponeses, indígenas e afro descendentes; organizações de direitos humanos; movimento estudantil e de docentes; além de membros do Partido Liberal que apoiavam Zelaya. Como veremos, Berta e o COPINH também denunciaram e fizeram frente ao golpe.

É importante, antes de avançar, pautar brevemente algumas legislações e as disputas em torno delas. Ainda em 1998, isto é, bem antes do governo de Zelaya, houve a aprovação da Lei Geral de Mineração (*Ley General de Minería*), que buscava dar incentivos para atrair capital transnacional e desenvolver ainda mais essa indústria, tal como apontado por Gomes (2018). Como resposta a esta expansão, o movimento antimineração (*movimiento antiminero*) ganhou bastante força e tornou-se pujante (PADILLA; ARAYA, 2019; MIDDELDORPO, 2016). Após o golpe de 2009, com um aprofundamento desta expansão, rapidamente 30% das terras hondurenhas foram destinadas ao extrativismo minerador, e houve uma quebra nos avanços do movimento antimineração.

Carvajal (2016) ressalta como, neste cenário, se criaram e aprofundaram legislações que visavam facilitar a instalação de projetos extrativos e a privatização de territórios. Em 2010, ocorreu a promulgação da Lei Geral de Águas. Em 2013, a promulgação de uma nova Lei de Mineração. Além dessas, a autora menciona a Lei ZEDE (Zonas de Empleo e Desenvolvimento), a Lei de Promoção à Geração de Energia Elétrica com Recursos Renováveis e a Lei de Polícia Militar da Ordem Pública. Esses dispositivos tornaram a conflitividade ainda maior, com a privatização de rios e terras como política pública deliberada.

Outros projetos de infraestrutura passaram a acontecer de maneira intensa também para atender as necessidades energéticas desta indústria mineradora, fazendo com que o Estado hondurenho pautasse o seu projeto de 'desenvolvimento' exclusivamente por esta perspectiva extrativista (GLAZEBROOK; OPOKU, 2018; TYROU, 2016). Para Cardoso (2016), esta mudança política culmina na consolidação e no aprofundamento de um padrão de desenvolvimento primário-exportador e dependente, como é o caso em tantas outras latitudes do continente (SVAMPA, 2019). Nesse sentido, Nick Middeldorpo (2016) usa o termo "complexo extrativista" para descrever a aliança entre indústria extrativa e instituições estatais, sem deixar de lado aparatos de segurança pública e privada, grupos do crime e meios de comunicação.

O crescimento da criminalização de movimentos sociais hondurenhos cresceu após o golpe de 2009. Simone Gomes (2018) mostra que tal criminalização se dá por meio de diversos repertórios para a neutralização de organizações e lideranças sociais. Exemplos são investigação penal de líderes e *lideresas* sociais e seus movimentos, acusações, prisões arbitrárias de defensores de direitos humanos e do meio ambiente, violações no devido processo legal, difamação, perseguições, decretação de ilegalidade de manifestações, assassinatos, entre outros. Com isso, vemos que o repertório repressivo também é extenso – da mesma maneira como o repertório de resistência de mulheres e organizações sociais, como comentamos no capítulo anterior e como veremos na sequência para o caso específico do COPINH e de Berta.

O assassinato de Berta é uma evidente demonstração da penetração dos interesses do capital nas políticas – inclusive militares – do Estado hondurenho. Sem ser uma relação nova, ela se aprofunda com o golpe contra Zelaya a partir de 2009, e o mundo rural, com esse crescente processo de apropriação e militarização das terras e vidas, é palco de vibrantes resistências e brutais violências (CARDOSO, 2016; GLAZEBROOK; OPOKU, 2018; GOMES, 2018; PADILLA; ARAYA, 2019).

3.2 Minérios, rios e sangues

Esta seção está dividida em duas subseções e tem por objetivo apresentar o que chamamos de “projeto de cima”, com um panorama sobre o neoextrativismo, suas principais características e modos de funcionamento. São diversas as atividades extrativas, contudo, com esse título, ressaltamos a mineração e as hidrelétricas porque a primeira é um eixo primordial da estrutura sócio-político-econômica de Honduras; e os projetos hidrelétricos, por sua vez, também têm relevância no país centro-americano, com uma crescente privatização dos rios – e é com o projeto Agua Zarca que se desencadeia o feminicídio de Berta. Em uma segunda parte da seção, trazemos reflexões e números sobre a periculosidade e a ameaça à vida de lideranças comunitárias, notadamente defensoras e defensores do meio ambiente e dos direitos humanos.

3.2.1 Neoextrativismo: projeto de cima

O conceito de neoextrativismo reatualiza o debate da dependência latino-americana e é um eixo fundamental de análise para cruzar temporalidades longas e curtas relacionadas ao continente – isto é, desde a colonização até reconfigurações recentes. Maristella Svampa (2019) defende que é uma categoria complexa que permite um olhar aprofundado para as diferentes crises – econômicas, políticas, sociais e ambientais – que vêm sendo gestadas principalmente desde as primeiras décadas do milênio.

A constante descoberta de novos “fora” a serem expropriados (LUXEMBURGO, 1985; GAGO; CAVALLERO, 2020), e a crescente importância da produção *do* (e não apenas *no*) espaço para a acumulação capitalista (LEFEBVRE, 1991), dialogam diretamente com a imprescindibilidade do neoextrativismo para o capital e para os Estados. Como aponta Maristella Svampa (2019), não se pode entender a América Latina sem passar pelo (neo)extrativismo.

O extrativismo é uma modalidade de acumulação que tem seu início quando da invasão (“descobrimento”) da América, cuja característica principal é o fornecimento de matérias-primas de países do Sul às demandas do centro do capitalismo. O extrativismo se caracteriza então pela remoção de grandes quantidades de recursos naturais que se destinam principalmente para a exportação, sem maiores valores agregados. As atividades extrativistas não se limitam àquelas que dizem respeito a minerais e petróleo – “há também extrativismo agrário, florestal e, inclusive, pesqueiro” (ACOSTA, 2016, p. 50). E essas economias costumam funcionar como *enclaves*, sem ligação com outras atividades econômicas, o que contribui para a concentração de terra e renda (ACOSTA, 2016; MUÑOZ; VILLARREAL, 2019).

O neoextrativismo se caracteriza por ser uma atualização desse quadro que, embora mantenha a inserção subordinada à economia política internacional, tem uma capacidade de descrição, explicação, denúncia e mobilização na América Latina a partir do século XXI (SVAMPA, 2019). Ademais, tal como Alberto Acosta (2016), Maristella Svampa (2019) ressalta o maior número de atividades para além daquelas tidas como tradicionais.

Além da extração de recursos e da exportação, outras características são a insustentabilidade ao longo do tempo, com a finitude de recursos e altíssimos

impactos ambientais, o impacto social sobre comunidades que habitam os territórios a serem expropriados, e uma estrutura econômica que aumenta a desigualdade – com concentração de recursos naturais e financeiros. Embora o papel do Estado seja central, por exemplo, na concessão de terras e na frouxidão de legislações ambientais, em função da grande quantidade de investimento requerida há um deslocamento da gestão territorial e de renda para empresas privadas, na maioria dos casos estrangeiras (ACOSTA, 2016).

Há uma tentativa de se vincular os empreendimentos extrativos (muitas vezes chamados de megaprojetos ou grandes projetos de investimento) a benefícios diversos: geração de emprego e renda, modernização e desenvolvimento são termos que estão nessa gramática. No entanto, como visto, a geração de emprego envolve postos precarizados, o desenvolvimento é entendido de uma forma restrita e nada crítica (afinal, desenvolvimento para quem? E por quê?), e os custos sociais e ambientais – que são múltiplos e heterogêneos (MUÑOZ; VILLARREAL, 2019) – são invisibilizados.

Entendemos que essa dinâmica extrativista envolve um imaginário hegemônico de desenvolvimento e territorialidade, bem como interdependências locais-nacionais-internacionais (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2015; SVAMPA, 2019). Pode-se dizer, também, que há um imaginário hegemônico de espaço e poder bastante masculinizado, que se exacerba em contextos de neoextrativismo (CABNAL, 2010; HAESBAERT, 2020; ULLOA, 2016).

Esse imaginário hegemônico de desenvolvimento acaba estando presente também em governos dito progressistas. Embora a forma possa se alterar um pouco, com o desenho de políticas de redistribuição de renda a partir dos retornos recebidos dos empreendimentos e com uma maior intervenção do Estado (o que confere mais legitimidade), o conteúdo de despojo de terras e exploração de recursos ambientais segue seu curso sem a devida autocrítica. Isso mantém o caráter da acumulação extrativista-exportadora, sem uma alteração estrutural das desigualdades sociais e econômicas (GAGO, 2020; FURTADO; ANDRIOLLI, 2021; SVAMPA, 2019).

A “maldição da abundância” (ACOSTA, 2016, p. 70), isto é, a saga de não conseguir ultrapassar estruturas de desigualdade perversas apesar das riquezas naturais, muitas vezes vem acompanhada da “maldição do autoritarismo” – como é o caso (não só) em Honduras. À ausência do Estado no que diz respeito à gestão do

território e aos supostos benefícios financeiros, se soma uma presença de seu braço policial e militar.

Laura María Carvajal Echeverry (2018), coordenadora do Programa Mulheres e Territórios do Fundo de Ação Urgente para a América Latina e o Caribe, destaca alguns elementos na cumplicidade entre empresas, Estados e grupos armados, em diferentes etapas da consecução de megaprojetos:

a) nas leis e políticas favoráveis à entrada de investimentos e empresas nos países, b) na violação do direito à consulta prévia, livre e informada e, em geral, à participação cidadã, que permite a instalação dos projetos apesar de haver oposição, c) na blindagem das instalações das empresas através da **militarização** dos territórios e da ação articulada com grupos armados e do crime organizado, e d) na atuação de juizes e procuradores que negam a responsabilidade das empresas, permitindo que impere a impunidade (CARVAJAL ECHEVERRY, 2018, s.p.).

Em sentido semelhante, Henri Ascelrad (2014) argumenta sobre as confluências autoritárias entre Estado e corporações para o controle do território. Diz que “é crescente o recurso a ações ditas de “inteligência corporativa” aplicadas ao terreno em que se constroem barragens, polos industriais ou projetos de mineração, tendo em vista a obtenção de informações sobre comunidades, movimentos sociais e lideranças locais” (ASCELRAD, 2014, s.p.). Ainda que pense no Brasil, podemos traçar semelhanças com o caso do neoextrativismo em Honduras: o aparato de inteligência e repressão passa a ser compartilhado ou protagonizado por instituições privadas. As ações de responsabilidade social corporativa podem atuar também nesse sentido de abrir caminhos ao controle territorial, com a conquista de ‘corações e mentes’ e a neutralização de lideranças opositoras aos grandes projetos. Aqui, atua também a ausência de aparatos de infraestrutura que o Estado deveria prover, de modo que as empresas constroem escolas ou postos de saúde, por exemplo, diminuindo assim possíveis críticas à sua atuação.

Emma Tyrou (2016) mostra que, apesar de os aparatos repressivos do Estado serem um meio coercitivo eficaz de modo geral, sua instrumentalidade hoje funciona para implementar o modelo econômico neoliberal em Honduras, o que estava no cerne da luta política desencadeada por Berta. O sistema econômico hondurenho que se intensifica após o golpe de 2009 é baseado no extrativismo, determinado por uma exploração brutal de recursos naturais.

Estas políticas aprofundaram as desigualdades estruturais da sociedade hondurenha. A burocracia legal e os acordos comerciais foram moldados para beneficiar o aglomerado da elite interna e os poderosos interesses do capital estrangeiro – que são principalmente, embora não exclusivamente, dos Estados Unidos e do Canadá. Os 10% dos hondurenhos mais ricos viram suas rendas aumentarem por margens muito maiores em 2010-2011 do que nos anos anteriores ao golpe. Ao mesmo tempo, de 2010 a 2012, as taxas de pobreza e de extrema pobreza aumentaram, respectivamente, 13,2% e 26,3% [...] O apelo por justiça e a rejeição ao regime após a morte de Berta Cáceres dá voz não só aos povos indígenas de Honduras, mas também aos marginalizados e empobrecidos desta nação centro-americana (TYROU, 2016, p. 5-6, tradução nossa⁶⁶).

Desde 2009, o governo hondurenho aprovou dezenas de projetos, muitos situados no território lenca – povo indígena ao qual Berta pertencia. Os conglomerados no país olham para os habitantes destas terras como meras barreiras aos seus objetivos econômicos, e para o território como um espaço a ser apropriado, fonte de recursos naturais e financeiros. Se falarmos nos termos dos capítulos anteriores, há uma coisificação da terra e da vida.

A condenação dos assassinos (instrumentais e intelectuais) de Berta pode não pôr fim à política que tem levado à morte de pessoas defensoras em Honduras, nem mudar a política econômica neoliberal e extrativista deste projeto que incorpora terras e ceifa vidas. No entanto, o direito à verdade e à justiça não pertencem apenas à família Cáceres, senão à população hondurenha e a todos e todas que seguem a luta de Berta e a tem como inspiração. Afinal, sua morte “desperta uma reflexão necessária sobre o modelo extrativista de desenvolvimento, e as condições letais em que se encontra atualmente implementado – em Honduras e em outros lugares” (TYROU, 2016, p. 6, tradução nossa⁶⁷).

⁶⁶ Do original: “Such policies have deepened the structural inequalities of Honduran society. The legal framework and trade agreements have been shaped to benefit a handful of elite within the country, and the powerful interests of foreign capital – which are primarily, although not solely, from the U.S. and Canada. The wealthiest 10 percent of Hondurans saw their incomes rise by much larger margins in 2010-2011 than in the years before the coup. Meanwhile, from 2010 to 2012, both the poverty and extreme poverty rates increased respectively by 13.2 and 26.3 percent [...] The call for justice and rejection of the regime after Berta Cáceres’ death not only gives voice to the indigenous people of Honduras, but also the marginalized and impoverished of this Central American nation”.

⁶⁷ Do original: “awakens a necessary reflection on the extractive model of development, and the lethal conditions under which it is currently implemented – in Honduras and elsewhere”.

3.2.2 O perigo para pessoas defensoras

Com relação à luta de pessoas defensoras, Verónica Gago (2020) argumenta que há uma novidade no conflito a partir do extrativismo no contexto atual: as lutas territorializadas e corporificadas, bem como as narrativas de mulheres sobre a conflitividade, produz um deslocamento da palavra soberania. Esta não está vinculada ao princípio do Estado, que fomenta o avanço desses projetos, mas à soberania sobre o próprio corpo-território, “em uma gramática que suscita outra economia política e outra geografia não estadocêntrica” (GAGO, 2020, p. 114). É esse o sentido de soberania que, apesar de impulsionar as resistências, se vê constantemente ameaçado.

A desenfreada competição, muitas vezes fora dos marcos legais do Estado, em torno de recursos naturais em nível global, está impulsionando o crescimento da violência a ativistas ambientais (HOMAND, 2016; MUÑOZ; VILLARREAL, 2019; QUEIROZ; PRAÇA, 2021; GLOBAL WITNESS, 2015; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021). Jennifer Homand (2016) pontua que Honduras é o segundo país em número de assassinato de ativistas por ano – apresenta o número de 109 no total entre 2002 e 2014⁶⁸. Ademais, Honduras possui a pior taxa *per capita* de violência no mundo em relação a defensoras e defensores (GLOBAL WITNESS, 2017; HOMAND, 2016; OCMAL, 2016), o que é impulsionado também pela impunidade generalizada e aprofundada por um sistema de justiça ineficaz e corrupto.

A América Latina historicamente é palco de conflitos sobre as terras indígenas e seu uso. O aumento das perspectivas de exploração e lucro de grandes multinacionais amplia as fronteiras do capitalismo a cada ano. Este fato torna-se ainda mais dramático em Honduras a partir de 2009, quando já havia altíssimos níveis de desigualdade social e no acesso à terra. Homand pontua que “o sistema judiciário frágil, o crime organizado, a instabilidade política, a crescente vigilância policial, além de sua total impunidade e corrupção, criaram uma crise particularmente aguda”

⁶⁸ Aqui, há uma divergência, mesmo que pequena, com os dados apresentados pela *Global Witness* (2015) que mencionaremos adiante: 109 frente a 111. É importante ressaltarmos a dificuldade de se chegar a esses números, e a subnotificação que, de modo geral, permeia os dados e os relatórios – de modo que a realidade é ainda mais grave do que essas pesquisas conseguem apreender.

(HOMAND, 2016, p. 126, tradução nossa⁶⁹). Como já dito, a situação que já era difícil piora após o golpe, com a privatização massiva de terras e águas e o aumento da violência contra comunidades camponesas e indígenas para a consecução de megaprojetos.

Informe da *Global Witness* de abril de 2015 diz que, entre 2002 e 2014, 111 ativistas (aqui entendidas como pessoas que defendem direitos sobre a terra e o meio ambiente) foram assassinadas – o índice *per capita* mais alto entre todos os países analisados. Ressaltam o golpe de Estado militar de 2009 como um marco, a partir do qual os corpos de segurança fecharam meios de comunicação da oposição, realizaram inúmeras detenções ilegais e assassinaram muitos manifestantes. O informe diz que, segundo a ONG ACI-PARTICIPA (Associação para a participação cidadã em Honduras), mais de 90% dos assassinatos e abusos de direitos humanos de pessoas defensoras seguiam sem resolução. Além disso, segundo a ONG COFADEH (Comitê de Familiares Detidos Desaparecidos em Honduras), de 2010 a 2014 houve o registro de 3064 casos de criminalização de defensores e defensoras de direitos humanos, sem o devido processo legal (GLOBAL WITNESS, 2015).

O informe da *Global Witness* de 2018, por sua vez, afirma que houve uma diminuição dos assassinatos em 2017 em Honduras (5, em comparação com os 14 registrados em 2016). Porém, a repressão à sociedade civil de forma geral era a pior já registrada, o que restringe a própria possibilidade de organização e mobilização. Em 2017, mais uma vez a América Latina foi o pior cenário para se defender território e vida: teve o maior número de assassinatos de pessoas defensoras, representando 60% do total ao redor do mundo (GLOBAL WITNESS, 2018). Em 2018, houve 4 assassinatos de pessoas defensoras em Honduras. Do total global (164), 43 ocorreram por conflitos relacionados a mineração e indústrias semelhantes; 21 por agroindústria; 17 por represas e conflitos por água; 13 por exploração florestal, entre outras motivações (GLOBAL WITNESS, 2019).

Em 2019, houve o até então maior registro de assassinato de pessoas defensoras desde que *Global Witness* começou seus registros, no início do milênio: 212 casos. Também ocorreu um aumento dos assassinatos em Honduras, com 14 casos – de modo que segue sendo o país com mais assassinato de defensores *per*

⁶⁹ Do original: “el sistema judicial débil, el crimen organizado, la inestabilidad política, la creciente vigilancia policial, además de su total impunidad y corrupción, han creado una crisis particularmente aguda”.

capita. Como no ano anterior, a maior causa dos assassinatos globais está relacionada a mineração e indústrias correlatas (50 casos), seguida pela agroindústria (34) (GLOBAL WITNESS, 2020). Em 2020, o recorde de assassinatos foi batido: 227 pessoas defensoras ambientais foram mortas. Naquele ano, Honduras passou a ocupar o 2º lugar entre assassinatos *per capita* (com 17 casos), atrás da Nicarágua. Praticamente 3 a cada 4 casos no mundo foram registrados nas Américas de modo geral e, entre os 10 países com maior número de assassinatos registrados no mundo, 7 são latino-americanos (GLOBAL WITNESS, 2021).

Em relatório do OCMAL, Milson Betancourt (2016) faz uma diferenciação entre violência e criminalização de defensores e categoriza países segundo alto, médio ou baixo grau de violência, e alto, médio ou baixo grau de criminalização. Violência, nessa diferenciação proposta, diz respeito ao uso de força (física ou psicológica) contra a vontade das pessoas, com determinado objetivo. Criminalização, por sua vez, diz respeito a tornar as pessoas objeto de perseguição legal, o que aumenta a pressão social e judicial sobre elas. Honduras, junto com Brasil, Colômbia e Peru, figura entre os países com alto grau de violência e também alto grau de criminalização. Guatemala e Nicarágua tem graus médios de violência e criminalização. Já Bolívia, Chile, El Salvador e Equador tem baixo grau de violência a alto grau de criminalização.

Jennifer Homand (2016) aponta algo interessante que liga o estágio atual do desenvolvimento do capitalismo global e a situação particular de Honduras. Desde o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, se fortalece um imaginário coletivo de que as energias hidroelétrica e eólica seriam fontes limpas, o que incentiva países do Norte a fazerem investimentos. Contudo, na realidade local de Honduras e de outros países da América Latina, isto se mostra absolutamente falso, tendo em vista os impactos ambientais e sociais desses empreendimentos.

Trish Glazebrook e Emmanuela Opoku (2018), a partir de relatórios da *Global Witness* de 2017 e 2018, destacam a violência brutal contra defensores e defensoras ao redor do mundo em 2016 – ano em que Berta foi assassinada –, sendo em sua maioria de origem indígena e latino-americana. As autoras também apontam para a clivagem entre Norte e Sul Global que a política extrativista evidencia, o que podemos entender como uma atualização dos debates sobre imperialismo e dependência: de todas as pessoas defensoras assassinadas no período analisado, nenhuma se localizava no Norte Global, ao passo que as multinacionais que firmavam suas bases econômicas em terras indígenas eram em sua maioria encabeçadas por países do

Norte. Assim, concluem que o Sul Global permanece intrinsecamente atrelado a uma política colonialista baseada no extrativismo e na exploração da terra e dos povos.

Pensar a violência a que as defensoras estão submetidas na América Latina e em Honduras torna necessário dirimir a diferença clássica entre público e privado ao se estudar violência. Este não é um fenômeno de caráter privado que será resolvido pelo arbítrio do órgão público, do Estado. Ao contrário, para se entender o processo de criminalização e violência a que os movimentos sociais e em especial as mulheres estão submetidas, é necessário olhar para o papel e os discursos de governos locais e nacionais ao tentar justificar a opressão às defensoras por meio de estratégias de perseguição, criminalização, agressão e, no caso extremo, execução.

Os governos não defendem defensoras e defensores da violência: de maneira oposta, funcionam como verdadeiras ferramentas nesta engrenagem violenta-extrativa, negligenciam a violência ou, no limite, a praticam (GLAZEBROOK; OPOKU, 2018). Nisso, privado e público fazem parte de uma mesma engrenagem, como já aventado anteriormente seja para se pensar o trabalho “reprodutivo” das mulheres, seja para se pensar Primeira e Segunda Realidades (SEGATO, 2014). Neste caso específico, Berta e o COPINH já haviam feito inúmeras denúncias sobre as ameaças que ela sofria, e o Estado hondurenho não foi capaz de protegê-la, como pode-se ver no primeiro relatório entregue pelo *Grupo Asesor Internacional de Personas Expertas* – GAPE de 2017 (Altholz *et al.*, 2017).

3.3 Berta e o COPINH

Nesta seção, dividida em duas partes, buscamos primeiramente apresentar a atuação de Berta e do COPINH – no bojo do projeto que chamamos por “de baixo”. O COPINH segue sendo uma força social hondurenha imprescindível mesmo após a morte, em 2016, de uma de suas fundadoras. Procuramos enquadrar a luta desta organização dentro do cenário hondurenho que foi apresentado anteriormente, principalmente com o acirramento de conflitos socioambientais a partir do golpe de 2009 – embora o povo Lenca tenha um histórico de luta em defesa de suas terras e rios desde o início da colonização. Em um segundo momento, nos atemos especificamente ao caso do projeto hidrelétrico Agua Zarca, cuja oposição encabeçada por Berta levou à sua brutal e precoce morte – um feminicídio territorial que é um marco na repressão a pessoas defensoras em Honduras e no mundo.

3.3.1 Atuação e resistência: projeto de baixo

Berta Cáceres foi co-fundadora do COPINH, organização de luta e defesa de povos indígenas construída juntamente com o povo Lenca que foi uma das mais afetadas pela política extrativista de Honduras e cujo lema é *Contra o Capitalismo, o Patriarcado e o Racismo* (ARDÓN; FLORES, 2017). O COPINH foi fundado em 1993 “como instrumento de luta para defender o meio ambiente e para o resgate da cultura lenca e a qualidade de vida dos habitantes da região” (HOMAND, 2016, p. 124, tradução nossa⁷⁰). Jennifer Homand (2016) destaca que a política, para Berta e o COPINH, parte de uma relação com todos os aspectos da vida cotidiana, o que se relaciona com o que foi dito sobre a luta de mulheres defensoras – havendo um enlaçamento, um tecer, entre vida cotidiana, resistência e laços comunitários.

A vivência de Berta e Salvador na guerrilha em El Salvador lhes deu a certeza de que a guerra não seria um caminho a partir dos anos 1990. Daí parte a ideia de impulsionar um movimento social sem armas – o que também dialogava com a nova conjuntura na região. É nesse enquadramento que ocorre a fundação e os primeiros passos do COPINH, com a ideia de recuperar o patrimônio lenca em Honduras, potencializando debates sobre direitos humanos, direitos indígenas, direito à terra, e desmilitarização da vida e dos territórios. Apesar das concepções de lutas distintas no que diz respeito ao armamento, o Levantamento Zapatista de 1º de janeiro de 1994 inspirou o recém-surgido Conselho (LAKHANI, 2021). No vídeo “¿Por qué mataron Berta Cáceres?”⁷¹, uma conversa com as filhas Berta e Laura na Universidade da Costa Rica em junho de 2016, Berta destaca o surgimento do COPINH como uma nova proposta de sociedade, a consolidação de um novo ator social – o povo indígena – e, ademais, com protagonismo feminino.

A perspectiva de luta de Berta (a mãe) era integradora, partindo de uma perspectiva que pudesse abarcar anticapitalismo, anticolonialismo, antipatriarcalismo e antirracismo. Essa luta estava conectada ao meio ambiente e aos territórios, a partir de sua lógica de pertencimento e construção coletiva. Para ela, “esta visão integradora das lutas reflete uma concepção político-ecológica em que os problemas ambientais

⁷⁰ Do original: “como un instrumento de lucha para defender el medio y para el rescate de la cultura lenca y la calidad de vida de los habitantes de la región”.

⁷¹ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v16s72_YM70>. Acesso em 27 ago. 2021.

estão ligados às múltiplas formas de opressão e marginalização em nossa sociedade” (HOMAND, 2016, p. 125, tradução nossa⁷²).

Já nos primeiros anos, o COPINH utilizou diversos repertórios de ação para frear o desmatamento ilegal de bosques na comunidade lenca de Yamaranguila; barricadas e contínuas manifestações lograram expulsar mais de trinta projetos desta natureza. Na década de 1990, houve uma consolidação dos indígenas como atores sociais de transformação em Honduras. Nesse sentido, avançaram em termos de visibilidade na nova conjuntura, como referido na seção de contextualização histórica.

A luta indígena, em especial do COPINH a partir de Berta, tinha, segundo Nina Lakhani (2021), uma visão que colocava as lutas locais em um panorama político e geopolítico nacional e regional. Com a instauração de políticas neoliberais e com as terras sendo cada vez mais vistas por governantes como propícias para negócios impulsionados com capital estrangeiro, o meio ambiente se transforma numa faca de dois gumes – para Berta e o COPINH, instrumento de luta; para o governo e diferentes investidores, fonte de recursos. Essa imagem ilustra um pouco a noção de disputa entre materialidades e sentidos opostos.

Berta, juntamente com o COPINH, resistiu ao golpe de Estado de 2009, que, em sua perspectiva, “colocou a violência a serviço das multinacionais para facilitar a pilhagem dos bens comuns e a repressão às organizações sociais de oposição” (HOMAND, 2016, p. 125, tradução nossa⁷³). Desde o golpe, passaram a denunciar ainda mais o caráter militarizado da dinâmica extrativista neoliberal e a violência estatal e para estatal.

Apesar da ênfase no aprofundamento de políticas extrativistas a partir de 2009, não podemos cair no erro de sobre dimensionar o presente ou o passado recente. Como vimos em outras partes da pesquisa, a transição democrática da década de 1980 diz muito sobre a atualidade, e a herança do projeto colonial também tem importância no que diz respeito à estrutura racista, extrativista, militarizada e patriarcal que afeta territórios e corpos hoje em dia. Embora enfatizasse o recrudescimento da repressão e da perseguição contra o povo hondurenho nessa sanha militarizada para avançar sobre territórios indígenas, Berta dizia que a resistência do povo indígena

⁷² Do original: “Esta visión integradora de las luchas refleja una concepción político-ecológica en la que los problemas ambientales están ligados a las múltiples formas de opresión y marginación en nuestra sociedad”.

⁷³ Do original: “puso la violencia al servicio de las multinacionales a fin de facilitar el pillaje de los bienes comunes y la represión de las organizaciones sociales de la oposición”.

hondurenho não teria começado na luta contra o golpe de 2009, senão no início da colonização do continente.

A repressão e as ameaças ao COPINH eram sistemáticas, como Berta pontuava permanentemente, inclusive em seu discurso pelo Prêmio Goldman de Meio Ambiente (o “Nobel Verde”). Intimidação, difamação, ameaças, agressão, tentativas de suborno e perseguição judicial fazem parte de um aparato de leis, políticas e práticas de uma gramática que criminaliza e intimida quem se opõe a megaprojetos, bem como tenta dividir as comunidades com discursos desenvolvimentistas.

Em 2015, Berta ganhou o Prêmio Goldman pela liderança na campanha contra a construção da barragem hidroelétrica de Agua Zarca pela empresa hondurenha DESA – Desenvolvimentos Energéticos Sociedade Anônima. No seu discurso (Figura 5), dedicou o prêmio a todas as rebeldias, à sua mãe Austra, ao povo Lenca, a Río Blanco, ao COPINH, e às e aos mártires que defendem a natureza. Por fim, disse que “a *Madre Tierra* militarizada, cercada, envenenada, onde se violam sistematicamente direitos elementares, exige que atuemos”⁷⁴.

Figura 5 – Berta discursa na entrega do Prêmio Goldman



Fonte: Goldman Environmental Prize, 2015.

A notoriedade e a projeção internacional de Berta, porém, não foram suficientes para barrar a violência e impedir sua morte. Laura Zúñiga Cáceres argumenta como essa violência contra sua mãe tem um caráter machista, patriarcal, racista e capitalista:

⁷⁴ Berta Cáceres acceptance speech, 2015 Goldman Prize Ceremony. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AR1kwx8b0ms>>. Acesso em 27 ago. 2021.

Com o assassinato da minha *mami*, no seu corpo se concentra a violência machista, patriarcal, que dá o poder aos homens de atuar e assassinar esse corpo, por ser feminino; se concentra também a violência racista, que dá o poder a aqueles que ostentam o poder de atacar esse corpo indígena que também é um corpo, para eles, incapaz de pensar outras formas e propostas de desenvolvimento. No corpo da minha mãe, com o assassinato dela, se concentra a violência capitalista que passa por cima dos povos e por cima da vida dos povos para impor seus projetos e interesses econômicos, inclusive, ou, melhor, com a arma da morte. Então, assim como é violento, esse assassinato também joga muito com os poderosos e esse poder para exercer também a impunidade – que é algo que agora nós, como filhas, e acredito que também o povo hondurenho e os povos do mundo, enfrentamos, que é, frente à impunidade, agora disputar também isso: a justiça. [...] Frente a isso tudo, a resposta tem que ser uma resposta integral, tem que ser uma resposta contundente, tem que ser uma resposta que aposte não só em enfrentar isso, mas apostar na vida, a outras formas de vida [...] Merecemos não só lutar, mas merecemos também sonhar (Fala no já citado vídeo “¿Por qué mataron a Berta Cáceres?”, Costa Rica, 28 jun. 2016).

Apesar (e também por causa) da violência, há uma aposta na vida, na esperança e no sonho. Essa aposta, mais do que utopia, é uma política cotidiana que tenta subverter o destino de subalternização violenta, militarizada e masculinizada. Na mesma oportunidade, na Costa Rica (Figura 6), Laura leu uma carta que escreveu em homenagem à mãe, intitulada “*Me lo Dijo el Río*” (“O Rio me Disse”), uma frase usada por Berta em vida. Essa carta acaba com a frase “o rio já nos disse: vamos vencer!”. Nesse sentido, a resistência semeada em vida por Berta segue, da mesma forma que o COPINH, que continua sua luta, agora sob coordenação de uma das filhas de Berta – Berta Zúñiga Cáceres.

Figura 6 – Filhas de Berta Cáceres (Berta e Laura Zúñiga Cáceres) em evento na Universidade da Costa Rica, junho de 2016



Fonte: Vídeo “¿Por qué mataron a Berta Cáceres?” (2016)

O objetivo primordial do Conselho segue sendo a defesa de territórios e, nesse sentido, há pesquisas sobre onde estão novos projetos extrativos, organização do enfrentamento nas comunidades, formações políticas, mobilização e articulação constante entre e dentro das comunidades, e denúncia de empresas. Em termos de educação popular e ambiental, existem dois eixos que se destacam: a ‘escolinha de formação política’, para crianças e jovens, e um trabalho sistemático e diário com rádios comunitárias. Por fim, destaca-se a troca com outros territórios para se pensar na segurança e na defesa comunitária e também o fortalecimento de participação de mulheres dentro do COPINH (ZÚÑIGA CÁCERES, 2018). Sobre esse fortalecimento, Gago (2020) escreve que as mulheres incorporam e põem o corpo na linha de frente das lutas, mas muitas vezes são deslocadas não só pelo Estado e pelas empresas, mas dentro de suas próprias organizações – é isso também que o COPINH vem tentando combater.

3.3.2 O caso de Agua Zarca

Sobre colocar o corpo na linha de frente, Berta o fez em diversos momentos de sua vida, como já mostramos. Na época de seu feminicídio territorial (que ocorreu em 2 de março de 2016), liderava uma campanha intensa, mas pacífica, contra o projeto hidrelétrico multimilionário de Agua Zarca. E “desde então, o número de membros do COPINH [...] assassinados continuou a crescer tragicamente” (TYROU, 2016, p. 1, tradução nossa⁷⁵). Assim, este assassinato, sem ser um caso isolado que possa ser singularizado, é de alguma maneira um caso exemplar: se foram capazes de matar Berta, cuja visibilidade nacional e internacional era notória, qualquer linha pode ser rompida – todos e todas as lutadoras sociais são matáveis. E “isso mostra os níveis a que estão dispostos a chegar”, disse Berta Zúñiga Cáceres no documentário “*Guardiana de los Ríos*” (CAMPAÑA MADRE TIERRA, 2016). Nesse sentido, Berta Cáceres é vista como um símbolo da resistência social indígena hondurenha e também da violência política e de gênero onipresente em Honduras – que extrapola o país e, como vimos, perpassa defensores e defensoras em todo o continente.

⁷⁵ Do original: “Since then, the number of members of the COPINH [...] who have been murdered has tragically continued to grow”.

A concessão dada à DESA por 50 anos para o projeto hidrelétrico Agua Zarca sobre o rio Gualcarque, em Río Blanco, aconteceu em 2010, um ano depois do golpe de Estado, com um contrato entre a Empresa Nacional de Energia Elétrica e a DESA – empresa que havia sido criada em 2009 e não tinha experiência prévia. Tal concessão é fruto da aprovação da Lei Geral de Águas, que previa concessões de recursos hídricos e permitiu a aprovação de licenças de construção de mais de 300 projetos hidrelétricos no país, mesmo que fossem em áreas protegidas (ORTIZ, 2016; LAKHANI, 2021).

Já em 2010, então, a comunidade Lenca iniciou suas mobilizações para resistir ao projeto, que julgavam agressivo e ilegítimo, ainda mais sem ter ocorrido a realização de consulta prévia, livre e informada como estabelece a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Desde o seu início, o projeto foi financiado por diferentes instituições e bancos internacionais: Sinohydro, da China, era executora do projeto; o Banco Mundial, o financiador original. Quando se retiram, há a participação do Banco Holandês para o Desenvolvimento (FMO) e do Fundo Finlandês para a Cooperação Industrial (FinnFund) como os principais. Ademais, estavam também o Banco Centro-americano de Integração Econômica; Voith Hydro, da Alemanha; e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)⁷⁶.

Como mencionado, o projeto se enquadra em um quadro mais amplo de privatização de águas e terras, sem estudos de impacto ambiental e social, sem consultas prévias, livres e informadas, e com grande impacto sobre terras indígenas. O projeto hidrelétrico Agua Zarca envolve o Gualcarque, um rio sagrado para o povo Lenca, e a obra se encontra em Río Blanco, um conglomerado de treze comunidades no departamento de Intibucá. Nina Lakhani (2021) destaca como o rio é fonte de alimento espiritual e físico para o povo Lenca. O impacto de Agua Zarca é material e simbólico, pois implica o deslocamento do rio, o que afeta o acesso das comunidades à água, tem repercussão na flora e fauna da região, modifica a organização sócio-espacial, além de todos os impactos específicos a mulheres já apresentados no capítulo anterior. A mencionada questão espiritual perpassa gerações e gerações da

⁷⁶ A Sinohydro rescindiu o contrato após o aumento de conflitividade social, com o assassinato de Tomás García. FMO e FinnFund saíram tempos após a morte de Berta, quem em vida havia feito inúmeras denúncias a essas organizações sobre os casos de violação de direitos humanos e territoriais. Após o feminicídio de Berta, sua família entrou com ações contra as duas organizações.

comunidade Lenca, que vê no rio a forças de espíritos ancestrais. A fotografia abaixo ilustra isso.

Figura 7 – Criança se banha no rio Gualcarque e diz “Ummm, Dona Berta é a guardiã do sagrado rio Gualcarque”



Fonte: Documentário “Guardiana de los Ríos” (CAMPAÑA MADRE TIERRA, 2016)

Pensar no neoextrativismo implica considerar processos de territorialização e desterritorialização. Para Souza (2021), em sentido forte, esses processos na maioria dos casos têm relação com experiências culturais e identitárias, e com a privação de acesso a recursos naturais. No entanto, o essencial é a questão das relações de poder e sua projeção no espaço. Retomando a Tabela 1 e a discussão apresentada por Haesbaert (2011), a desterritorialização, no seu sentido mais estrito, diz respeito à exclusão do acesso à terra, em sentido tanto econômico quanto simbólico-cultural. Transpondo essas dimensões para o caso de Agua Zarca, no caso do rio Gualcarque e o conflito entre DESA e a população Lenca, o processo de desterritorialização desta envolveu dimensões identitárias, culturais e simbólicas, na medida em que o rio é sagrado para o povo Lenca; dimensões econômicas, dada a privação do acesso a recursos (terra e água) e, portanto, ao espaço em seu sentido mais elementar de sobrevivência; e dimensões políticas, com uma nova dinâmica de relações de poder e campos de força projetados no espaço. A organização sócio-espacial da localidade também foi alterada.

A organização espacial envolve elementos criados pela sociedade, como infraestrutura técnica e social, e também elementos *a priori* naturais, como é o caso de rios. Além, é claro, de aspectos intangíveis. A organização espacial na localidade

do povo Lenca, em que Agua Zarca seria construída, não pode ser apreendida sem considerar a relação – material e simbólica – da comunidade com o rio. Organizações sócio-espaciais não são estanques; no entanto, algumas mudanças são impostas e aceleradas, como é o caso da construção de megaprojetos. A chegada e atuação da DESA, nesse sentido, altera a organização sócio-espacial de forma drástica.

A organização espacial está sempre mudando. Às vezes, mais rapidamente; às vezes, mais lentamente. E não apenas mudando: está, também, sendo constantemente *desafiada*, em diferentes escalas. Para cada “ordem” sócio-espacial aparecerá, mais cedo ou mais tarde, ao menos em uma sociedade injusta e heterônoma, um contrapojeto (ou vários contraprojetos concorrentes) que proporá ou pressuporá, explícita ou implicitamente, novas estruturas socioespaciais, para agasalhar novas relações sociais. A implosão ou corrosão de uma “ordem”, gerando em certos observadores a impressão de um estado de “desordem”, pode ser vista com pessimismo ou otimismo, dependendo dos interesses, do papel social e, por conseguinte da perspectiva ou visão de mundo (SOUZA, 2021, p. 38, grifo do autor).

Cabe considerar que a produção do espaço pode dizer respeito tanto ao modelo social hegemônico, quanto ao desafio àquele (SOUZA, 2021). A consecução de megaprojetos e a resistência a eles enquadram-se nisso, portanto. Nesse sentido, em um artigo que se propõe a pensar mais especificamente a mineração, Horacio Aráoz (2014) aborda, a partir de disputas sócio-territoriais, processos *estruturais*, mas também *subjativos*, enxergando os conflitos de mineração como espaço de confrontação de subjetividades, sensibilidades e sociabilidades políticas antagônicas.

Em 2013 é quando o conflito em Río Blanco se acirra. Naquele ano, o COPINH organizou diversos protestos e barricadas. Em julho, no centésimo sexto dia de manifestações, a tentativa de entrada no acampamento da DESA levou a uma morte trágica – a primeira diretamente envolvida com Agua Zarca. O Exército fazia a proteção do local, mostrando as relações abertas – porém de difícil acesso – entre poder político, econômico e militar. Houve repressão e violência contra as e os manifestantes, e Tomás García, líder do COPINH, foi morto. À época, a empresa DESA, em contato e relações de propina com a mídia hondurenha (*HCH Televisión Digital*), conseguiu manter sua imagem positiva e reverter o quadro, imputando a culpa por essa morte ao próprio COPINH. Também houve uma estratégia midiática de mudar o lado do rio, para alegar que estavam fora de terras indígenas. Um pouco depois, a empresa conseguiu, com “muito dinheiro e capital político” (MACKEY; EISNER, 2019), mandados de prisão para três membros do COPINH, entre os quais estava Berta, em uma tentativa de intimidação e neutralização via judicial.

Embora as mortes de Berta e Tomás sejam as mais conhecidas, houve outras inúmeras mortes de membros do COPINH ao longo de sua história – antes e depois do feminicídio de Berta. Além disso, constantes agressões e ameaças, como falamos. Em relatório específico sobre Honduras, a *Global Witness* (2017) ressalta que há acusações de que policiais envolvidos na proteção de Agua Zarca faziam uso de práticas de tortura e ameaças de morte a membros do COPINH. Também há denúncias de militares infiltrados na organização para informar atividades internas à DESA e ao governo hondurenho, que mantinha uma lista com nomes de pessoas defensoras a serem eliminadas – em que constava o nome de Berta.

Souza (2021) sugere que as práticas de uma miríade de organizações vêm sendo calcadas em práticas espaciais e ações de territorialização. Com isso, podemos pensar a questão das práticas espaciais do COPINH, como as manifestações organizadas para que as obras não continuassem, os *piqueteos* ou o fechamento de estradas no caminho à Agua Zarca. O autor caracteriza esse tipo de prática como “práticas espaciais insurgentes”, que podem formar “territórios dissidentes” mais ou menos duradouros. Cabe ressaltar que prática espacial não é senão uma prática social. Para Souza,

práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a “lugaridade”...) é um componente nítido e destacado da *forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a sem alcançados*. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de *relações sociais*. Por isso é importante articular o conceito de prática espacial com os de *relação social e ação social* (SOUZA, 2021, p. 241, grifo do autor).

Disso, no caso de Agua Zarca, temos práticas espaciais de dominação de um lado e de resistência de outro. Daí a relação com as denominadas práticas espaciais insurgentes mencionadas acima. As práticas espaciais que denominamos de dominação, para Souza, são práticas espaciais heterônomas, que “visam à submissão, ao “adestramento”, ao “amansamento” (ou mesmo à “domesticação”) e ao enquadramento subalterno dos corpos e das mentes” (SOUZA, 2021, p. 248). São, portanto, *de cima para baixo*. De outro lado, as práticas espaciais que denominamos de resistência, para Souza, são as práticas espaciais insurgentes, “que dizem respeito a ações cujo sentido e cujo conteúdo político-social são diametralmente opostos” (SOUZA, 2021, p. 250). São, em oposição às heterônomas, *de baixo para cima*. As

escalas, as articulações entre elas e a política de escalas podem se prestar a práticas heterônomas e hierarquizadas, mas não todas.

Entre as práticas insurgentes, podemos pensar, além de ocupações de estrada e manifestações em frente às maquinarias, também na conformação de uma rede nacional e transnacional fomentada principalmente pela luta de Berta Cáceres e do COPINH. Após 2 de março de 2016, essas redes espaciais transnacionais ganharam ainda mais importância para a visibilidade e a solidariedade ao caso.

Naquele 2 de março à noite, Berta foi assassinada quando estava em sua casa na cidade de La Esperanza (departamento de Intibucá) junto ao ambientalista mexicano Gustavo Castro, seu amigo desde 1999. Ela estava em um quarto e Gustavo em outro. Segundo conta Gustavo, ela escutou barulhos e perguntou “quem está aí?”. Naquele instante, dois homens entraram na casa – um no quarto de Gustavo, outro no de Berta. De seu quarto, Gustavo escutou os tiros que tiraram a vida de sua companheira de luta. Ele foi alvo de tiros, mas ficou apenas ferido no braço. Quando os assassinos abandonaram a casa, ele foi ao quarto de Berta, que, ainda com vida, pediu que chamasse socorro. É então que Berta faleceu (LAKHANI, 2021). Em matéria no The Intercept Brasil (MACKEY; EISNER, 2019), podemos ver as mensagens que Gustavo enviou a diferentes pessoas pedindo socorro e ajuda:

Figura 8 – Mensagens (1 a 8) enviadas do celular de Gustavo pedindo socorro

7	Extracción Telefónica Sony D5503 Xperia Z1 Compact	03/03/2016 00:09:08	99110085	Mensaje de Texto S	[Redacted]	1	Ayuda	1 Gustavo: Ajuda.
8	Extracción Telefónica Sony D5503 Xperia Z1 Compact	03/03/2016 00:09:09	99110085	Mensaje de Texto S	[Redacted]	2	Soy Gustavo acaban de matar a Berta estoy herido	2 Gustavo: Este é Gustavo. Acabaram de matar Berta. Estou ferido.
9	Extracción Telefónica Sony D5503 Xperia Z1 Compact	03/03/2016 00:33:27	99110085	Mensaje de Texto S	[Redacted]	3	Victor soy Gustavo Castro acaban de matar a Berta	3 Gustavo: Victor, sou o Gustavo Castro. Eles acabaram de matar Berta.
11	Extracción Telefónica Sony D5503 Xperia Z1 Compact	03/03/2016 00:34:00	99110085	Mensaje de Texto S	[Redacted]	4	Estoy solo en su casa uy nadie sabe estoy herido avisará a Salvador	4 Gustavo: estou sozinho na casa dela e ninguém sabe que estou ferido. Vou avisar o Salvador.
13	Extracción Telefónica Sony D5503 Xperia Z1 Compact	03/03/2016 00:34:56	99110085	Mensaje de Texto S	[Redacted]	5	Aalvador mataron a Berta	5 Gustavo: Alvador, eles mataram Berta.
14	Extracción Telefónica Sony D5503 Xperia Z1 Compact	03/03/2016 00:35:43	99110085	Mensaje de Texto S	[Redacted]	6	Soygus acaban de matar a Berta	6 Gustavo: É o Gus. Eles mataram Berta.
15	Extracción Telefónica Sony D5503 Xperia Z1 Compact	03/03/2016 00:35:52	99110085	Mensaje de Texto S	[Redacted]	7	Estoy herido en su casa	7 Gustavo: Estou ferido na casa dela.
17	Extracción Telefónica Sony D5503 Xperia Z1 Compact	03/03/2016 00:35:58	99110085	Mensaje de Texto S	[Redacted]	8	Ayuda	8 Gustavo: Ajuda.

Fonte: Mackey e Eisner (2019), a partir de documento da Suprema Corte de Honduras.

A atuação da empresa DESA não se entende sem a resistência a ela. Diversos relatórios, pesquisadores e a família apontam para a imbricação entre o Estado hondurenho (em nível militar, político e judicial), a empresa e outros grupos, como sicários (ALTHOLZ *et al.*, 2017; LAKHANI, 2021). A relação do assassinato de Berta com o alto escalão da DESA é mostrada inclusive pelo Ministério Público, para quem os assassinos “tinham se comunicado por meio de uma cadeia compartimentada que chegava até os níveis administrativos mais altos da empresa responsável pela barragem alvo dos protestos de Berta” (MACKEY; EISNER, 2019, s.p.). Em 2019, a Suprema Corte de Honduras declarou, embora sem citar nomes, que “os executivos da DESA começaram a planejar a morte da Sra. Cáceres” (MACKEY; EISNER, 2019, s. p.).

Nos anos de enfrentamento entre o projeto Agua Zarca e o COPINH, havia um grupo denominado *Seguridad PHAZ* (Segurança PHAZ – Projeto Hidrelétrico Agua Zarca), com David Castillo, então presidente da DESA, Atala Midence, diretor financeiro da empresa, e outros diretores, como José Eduardo Atala Zablah e Pedro Atala Zablah, para quem o descontentamento social com Agua Zarca envolvia uma perda financeira irreparável. Outras relações dão conta do emaranhado de interesses entre Primeiro e Segundo Estado (SEGATO, 2014): José Eduardo também era da diretoria do Banco Centro-americano de Integração Econômica, o que ajuda a ilustrar os tráficos de influência no projeto. Além disso, Douglas Bustillo, chefe de segurança da DESA, havia sido tenente do Exército do país e mantinha comunicação direta com Mariano Díaz, líder da inteligência do Exército – esses dois, vale registrar, receberam capacitação militar estadunidense.

Tanto Bustillo como Díaz foram condenados pela cooperação na coordenação do assassinato de Berta, que, como dito, vinha sendo ameaça e vigiada há anos. Logo após o feminicídio territorial de Berta, o Ministro da Segurança de Honduras, Julián Pacheco Tinoco, garantiu aos Atala – uma das famílias mais ricas e poderosas de Honduras, dona da DESA, e que compunha diretamente o grupo Segurança PHAZ – que a morte seria enquadrada como crime passional, de modo a tentar separá-la da relação com o conflito socioambiental a partir da hidrelétrica.

No final de 2018 (quase três anos após o crime), sete homens foram condenados pelo assassinato, sendo considerados autores materiais do crime. Eles cumprem pena desde final de 2019 – entre eles, Bustillo e Díaz, sicários, afiliados aos militares e funcionários da DESA. O então presidente da DESA, Castillo, foi

condenado em julho de 2021 pela Suprema Corte como mandante intelectual e, portanto, co-autor do assassinato, depois de ter sido acusado ainda em março de 2018. A família de Berta, no entanto, mobiliza uma campanha para investigação e condenação da família Atala. Até hoje, nem os Atala nem qualquer membro da diretoria da DESA foram intimados a depor, de modo que a alta trama criminosa do assassinato de Berta segue impune. Além disso, a família exige o cancelamento da construção hidrelétrica. Apesar da lentidão e do difícil acesso à justiça, constantemente negado à família Cáceres, a condenação de Castillo é um primeiro passo no longo caminho para frear a normalização e impunidade da violência (GARCÍA, 2021).

Figura 9 – Manifestantes comemoram a condenação de Castillo como co-autor da morte de Berta, em frente à Suprema Corte hondurenha



Fonte: Orlando Sierra (AFP), em García (2021)

O feminicídio territorial de Berta chama a atenção para questões internas e externas ao país. Como dito na primeira seção do capítulo, em função de sua posição estratégica na América Central, Honduras possui uma forte relação com os Estados Unidos. A redemocratização do país na década de 1980 foi limitada, legando uma sociedade baseada na violência no plano interno e no controle do capitalismo monopolista no plano externo. Os Estados da região da América Central, de acordo com Ardón e Flores (2017), estão “cada vez mais debilitados para assumir a proteção dos direitos de seus povos e, em troca, se convertem em instrumento de interesses

corporativos e das elites que de modo cada vez mais aberto governam e utilizam os recursos públicos para seus negócios” (ARDÓN; FLORES, 2017, p. 111). Esta conjuntura acaba afetando mais povos indígenas, trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas, e mulheres de um modo geral, que estão à frente entre as pessoas mais empobrecidas.

Com este triste episódio, há uma chance de se olhar criticamente para as práticas obscuras do governo de Honduras – também de acordo com o que Segato (2014) chama de Primeiro e Segundo Estado –, bem como para a responsabilidade da política externa dos Estados Unidos ao continuar o fornecimento de ajuda militar a Honduras após o golpe de 2009. Inclusive, uma pauta central da campanha internacional “Justiça por Berta Cáceres” diz respeito à ajuda militar e de segurança dos Estados Unidos a Honduras pós golpe de 2009. Outras duas dizem demandas no lançamento da campanha diziam respeito a uma investigação independente com a Corte Interamericana de Direitos Humanos e ao encerramento definitivo do projeto Agua Zarca, o que é fomentado por outras organizações, como a *Global Witness* e o GAIPE – além do próprio COPINH.

O feminicídio territorial de Berta é emblemático de toda essa trama violenta, militarizada, masculinizada, estadocêntrica e capitalista que constitui o neoextrativismo no continente. Encerramos o capítulo com palavras de Berta Zúñiga Cáceres, que ressalta que muitas portas de luta sua mãe abriu em vida, e outras foram abertas a partir de sua morte (CAMPAÑA MADRE TIERRA, 2016). A Figura 10 é uma fotografia do velório de Berta.

Eu acredito que uma das lutas básicas é reconhecer o crime de Berta Cáceres também como um feminicídio político. Um dos agravantes de mais peso que deram origem ao assassinato, que planejaram toda uma estratégia de perseguição, de vigilância, de criminalização, de perseguição judicial tinha a ver com esse componente de uma *lideresa* com tanta força e clareza, sem medo de nomear os que nunca são nomeados em Honduras (ZÚNIGA CÁCERES, 2018, p. 256, tradução nossa⁷⁷).

⁷⁷ Do original: “Yo creo que una de las luchas básicas es reconocer el crimen de Berta Cáceres también como un feminicidio político. Uno de los agravantes de más peso que originaron el asesinato, que planificaron toda una estrategia de persecución, de vigilancia, de criminalización, de persecución judicial tenía que ver con ese componente de una *lideresa* con tanta fuerza y claridad, sin miedo de nombrar a los que nunca se nombran en Honduras”.

Figura 10 – Homenagens a Berta Cáceres em seu velório em La Esperanza



Fonte: La Prensa, 5 mar. 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O QUE DIZ O CORPO DE BERTA?

A discussão do corpo como escala, ou como espaço imprescindível de análise e ação, bebe de diferentes fontes, como as geografias feministas, as geopolíticas feministas e também as Relações Internacionais em suas correntes feministas (CABEZAS, 2012; ENLOE, 2014; GILMARTIN; KOFMAN, 2005; McDOWELL, 2000; SHARP, 2005). De maneira complementar, se relaciona diretamente com a inspiração política contemporânea de feminismos latino-americanos subalternos e territoriais, em que territorialidade e corporalidade se veem imbricadas (CABNAL, 2010; PAREDES; 2014; ULLOA, 2016).

Por um lado, o território pautado no espaço e poder do Estado, com fronteiras fixas e estanques (e protegidas), e práticas de violência militarizada e masculinizada, diz respeito à construção de uma escala centrada no poder, na dominação, na coerção, na segurança e na soberania do Estado – embora esta possa ser problematizada de diversas formas, já que há uma cessão da gestão de territórios ao capital, por exemplo. Por outro lado, o território pautado nos vínculos afetivos, simbólicos e materiais com as comunidades que o habitam, cuja defesa por mulheres é central, se relaciona à construção de uma escala que parte não só do corpo, mas da vivência, da corporalidade no espaço, da resistência àquela primeira noção escalar.

Ao pensar o corpo como escala e, neste caso em específico, analisando o corpo de Berta Cáceres, vimos então duas dinâmicas – opostas, embora profundamente relacionadas. Como prática espacial de dominação, tem-se diversas ameaças aos territórios e às pessoas defensoras que se opõem a megaprojetos extrativistas. Como prática espacial de resistência, destacam-se diferentes repertórios de enfrentamento, mas sobretudo o sentido do comum, da luta pela vida, de não apenas resistir, mas poder existir de outra forma. Os corpos, portanto, e o corpo de Berta em especial, podem ser vistos em uma dupla chave, como argumentamos: foco de dominação e *locus* de (r)existência. Isso nos ajuda a pensar o caráter público do corpo, no sentido de que não está confinado à esfera e às questões domésticas, mas relacionado a um deslocamento entre essa divisão estanque entre público e privado.

Pensar o corpo como escala é legítimo e importante pois visibiliza de maneira concreta as complexas relações entre espaço, poder e resistência, e nos permite enxergar elementos que, numa “visão de sobrevoo” não são vistos – não porque invisíveis, mas porque invisibilizados. O corpo, na pesquisa, aparece como um elemento central para a conquista de territórios e para a defesa dos mesmos. A noção de *corpo-território*, mais do que um conceito analítico, ajuda a ilustrar essa dinâmica de tensão entre poder e resistência, já que o avanço sobre os territórios ressalta como a violência contra a mulher é constitutiva do poder sobre eles. É nesse sentido que argumentamos pelo uso da categoria “feminicídio territorial” para o caso de Berta Cáceres.

A dinâmica neoextrativista no continente e em Honduras avança sobre territórios e corpos subalternizados pela lógica estadocêntrica e capitalista. As pessoas defensoras de direitos humanos e ambientais, com destaque para as mulheres, não resistem a megaprojetos por mera escolha, pois os riscos de vida que enfrentam ao colocar seu corpo como campo de batalha são imensos; o fazem por necessidade vital – material, simbólica, espiritual. Em uma entrevista⁷⁸, Gustavo Castro diz que a criminalização e a violência contra defensores e defensoras nunca foi tão alta – em Honduras, há o maior índice de assassinatos de pessoas defensoras *per capita* no mundo. De forma paradoxal, apesar de isso ser uma triste realidade, ele afirma que é porque as resistências existem. Tivessem as comunidades lutadoras deixado de resistir, o braço militarizado e violento do Primeiro e do Segundo Estado, para usar os termos de Rita Segato (2014), não precisaria atuar.

Apesar de uma tentativa otimista de Gustavo, amigo de Berta e única testemunha ocular de seu feminicídio, a criminalização dos movimentos sociais caminha juntamente com uma crescente militarização do cotidiano em Honduras. Militarização essa que, embora fruto de relações sociais, políticas e econômicas históricas, se aprofunda a partir do golpe de 2009 contra Zelaya, quando a transição à democracia chega em um limite: não poderia dar espaço a setores subalternizados. Essa militarização, cujo objetivo de segurança é outro que não a garantia de direitos básicos à população, aumenta a perseguição e o sofrimento de defensoras e defensores por meio de repertórios de ação diversos.

⁷⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XVi9y3bDclU>>. Acesso em 27 ago. 2021.

Se os repertórios repressivos são muitos, em uma gramática violenta, militarizada, masculinizada, pautada no Estado e em seu caráter racista, patriarcal e classista, por outro lado, os repertórios de resistência de mulheres também abundam. Mais do que práticas *defensivas*, é importante frisar que são também *inventivas*, visto que pautam outras formas de relação comunitárias e territoriais. A ideia de corpo-território parte disso: não apenas da defesa, mas da criação, pois as mulheres na luta antiextrativista são mais do que a violência que se impõe aos seus corpos e territórios. Como argumenta Wilcox (2015): trata-se de corpos sendo *constrangidos*, mas também *possibilitadores*. Em diversos momentos da dissertação, utilizamos o verbo *tecer* para a luta antiextrativista de mulheres. Não foi ao acaso: elas tecem redes e tramas frente a uma rotina militarizada que justamente desfaz e desmancha o tecido social e a relação deste com os territórios. Como diz Harvey (2004), o corpo tem relação com uma política emancipadora. E esse tecer diz respeito a isso.

O caso concreto de Agua Zarca, projeto hidrelétrico sob responsabilidade da DESA, que se instalou em Río Blanco, território lenca em Honduras, com apoio decisivo do Estado hondurenho e de recursos estrangeiros, nos parece paradigmático das diferentes escalas em disputa. Mais do que isso: são diferentes projetos e visões de mundo em confronto – isto é, uma disputa que se dá a nível de materialidade e também a nível de sentidos. O projeto de Agua Zarca (sem ser um caso isolado) parte de uma visão estadocêntrica capitalista, vendo o território como fornecedor de recursos exorbitantes. A sociabilidade e subjetividade de seus executores envolve uma gramática nada afeita ao valor simbólico do espaço, a projetos alternativos, a populações subalternizadas. Há uma matriz que é violenta e cujos eixos substantivos envolvem aqueles apresentados no primeiro capítulo – estadocentrismo, fixidez, estanqueidade, masculinização e militarização. Em suma, uma geopolítica androcêntrica do poder.

Por outro lado, o projeto do COPINH, tendo Berta no centro da pesquisa, envolve uma materialidade calcada no território como espaço material e espiritual, como “espaço vivido”. Há uma centralidade às ideias de vida e de comum que extrapola a gramática individualista e neoliberal. Essa disputa é exacerbada pelas assimetrias de poder, com relações com o território que se dão “desde cima” e “desde baixo”. Elementos mais burocráticos também pautam essa relação: a frouxidão na legislação ambiental, a impunidade contra assassinatos de pessoas defensoras, a

corrupção no sistema judicial e político hondurenho, além da falta de consulta livre, prévia e informada às comunidades envolvidas, por exemplo.

Nessa disputa de materialidades e sentidos, a *coisificação* do território por parte do primeiro projeto é central: ao ser uma coisa qualquer, a dimensão dos laços sociais e comunitários é desimportante e dispensável. Coisificando o território e desapropriando comunidades, coisificam também os corpos e a vida – que carece de valor frente aos recursos financeiros envolvidos nos megaprojetos de morte. Nesse sentido, Rita Segato (2016) opõe dois projetos históricos, sendo o primeiro o projeto *das coisas*, funcional ao capitalismo, e o segundo, o projeto *dos vínculos*, disfuncional ao capital. Esse projeto dos vínculos, relacionado à política em chave feminista, parte da comunidade, do afeto e da corporalidade – e é daí que a política passa a ser tópica (não utópica) e cotidiana, em oposição àquela distanciada, burocratizada, masculinizada e militarizada que privilegia as coisas e os indivíduos mais do que os laços. Nesse sentido, pode haver uma domesticação da política, no sentido de humanizá-la – novamente deslocando fronteiras entre público e privado. Essa dinâmica se parece ao que Silva Cusicanqui (2018) denomina de micropolítica, feita a partir de espaços com modos de vida alternativos, em ações cotidianas e insurgentes à política universalizante.

Ademais, importa olharmos para o que Enara Muñoz e Maria del Carmen Villarreal (2019) apontam: a luta de mulheres antiextrativistas, defensoras territoriais e dos direitos humanos, mostra como a dinâmica extrativista não é – ou não deveria ser – uma condenação aos povos e territórios do Sul. É uma escolha. E, como escolha, pode ser disputada. O que queremos argumentar de modo geral é que essa disputa não se faz a partir da alta política ou da teoria abstrata, mas das *dinâmicas corporeizadas e das práticas territorializadas de luta*.

Cabe considerar que os caminhos da pesquisa realizada até aqui apontam para a necessidade de se pensar em escalas conjuntamente – é na imbricação com diferentes escalas, ou seja, em análises multiescalares que essa abordagem ganha maior fôlego analítico. Nesse sentido, um estudo de caso mais aprofundado e detido às diferentes escalas parece ser necessário para o avanço da pesquisa. Também seria interessante a utilização de cartografias participativas, principalmente aquelas envolvendo a ideia de corpo-território como metodologia, como apresentado por Sofia Zaragocin e Martina Caretta (2020), e por coletivos de geografia crítica do Equador.

Além disso, como outras agendas de pesquisa abertas a partir desta dissertação, podemos pensar no corpo como escala em estudos sobre feminicídios de modo geral, como o faz Rita Segato (2014; 2016), e também em manifestações e performances de rua, em que o corpo se coloca no espaço público subvertendo a lógica à qual é encerrado. Com o recente crescimento da *mareja verde* no continente – na Argentina, no Chile e no México, por exemplo –, pensar a escala do corpo no caso das lutas e marchas feministas pelo aborto legal, seguro e gratuito também aparece como um caminho possível e rico para aprofundar o estudo sobre o tema. Isto permitiria avançar analiticamente em diferentes formas, usos e apropriações do corpo como escala.

Como reiteramos, ao entender a escala não como um simples nível de análise estanque, mas como uma lente a partir da qual se busca compreender determinado fenômeno, escolhemos não apenas *o quê* olhar, mas *como* olhar para agentes, práticas e discursos, para o sentido e a materialidade do que analisamos e suas disputas. Ao fazer isso com a escala do corpo, não abrimos mão de outras escalas. Não isolamos o corpo como se, ao pensar nele – e especificamente nos corpos de mulheres –, estivéssemos nos enclausurando. Justamente ao contrário, se abrem novos horizontes interpretativos das lutas. O corpo, nas lutas antiextrativistas de modo geral e no caso de Berta, aparece vinculado não de modo essencialista à dinâmica de cuidado, mas ao comum, ao comunitário, à vida. À vida não de uma maneira abstrata e etérea, mas sedimentada em práticas de resistência e existência. Nessa trama, o afeto, como aquilo que nos afeta e nos faz afetar, é central.

Junto ao afeto e aos vínculos, Verónica Gago (2020, p. 79) destaca o “poder de avaliação” e a “potência em ação” dos saberes subalternos feministas, o que confronta a ideia dicotomizada entre pensar e fazer, e em alguma medida se aproxima ao *sentipensar*. Para Gago (2020), o desejo tem potência cognitiva e não é o contrário do possível. A potência é justamente a possibilidade de deslocar limites e, nesse sentido, não é uma indeterminação, mas sim possibilidades múltiplas, horizontes outros. Podemos pensar na política tópica e cotidiana não apenas em oposição à utopia, mas também como impulsionadora de e alimentada por sonhos. Sobre sonho, Berta Cáceres falou:

Estamos num país que se chama Honduras e queremos opinar sobre todos os temas. Por isso impulsionamos [...] um processo de refundação de Honduras que tem a ver com o debate de “**que país sonhamos?**”. **Temos direito a**

sonhar. Que é um direito subversivo e terrorista – sonhar um país com justiça, com dignidade, com autodeterminação, com liberdade, sem patriarcado, sem capitalismo, sem racismo. Isso é um pecado. É um crime. Nós estamos exigindo e estamos exercendo esse direito. Apesar de tudo, insistimos no nosso direito a sonhar. [...] Então, temos que parir, temos que criar, temos que inventar, temos que sonhar, temos que ser loucas e loucos. E nos mantermos aqui com nossas raízes, nossa espiritualidade, nossas culturas, aprendendo, desaprendendo, desconstruindo-nos, e voltando a criar coisas novas, diferentes (Berta Cáceres em vídeo sobre luta de Garifunas e Lencas em Honduras, 2015⁷⁹).

Em Honduras, de acordo com organizações do campo, uma pessoa ativista campesina é assassinada a cada três dias (GOMES, 2018), um número alarmante e que não consta na contagem oficial, tampouco em relatórios de ONGs e movimentos, em função do difícil acompanhamento. No entanto, como disse uma vez Gabriel García Márquez, “frente à opressão, ao saque e ao abandono, nossa resposta é a vida. Nem os dilúvios, nem as pestes, nem a fome, nem os cataclismos, nem sequer as guerras eternas ao longo de séculos e séculos conseguiram reduzir a vantagem tenaz da vida sobre a morte” (GARCÍA MÁRQUEZ, 1982, tradução nossa⁸⁰).

Nesse sentido, o corpo de Berta nos fala sobre estruturas e subjetividades, sobre essa dinâmica constante entre poder e resistência. Seu corpo nos diz – como o rio Gualcarque disse a ela – que é necessário entender e respaldar as lutas de defensoras e defensores dos territórios e dos direitos humanos, que sonham porque lutam e lutam porque sonham. Ambos os verbos conjugados no espaço-tempo cotidiano. A sua resistência em defesa de suas terras, territorialidades, corpos e comunidades é a defesa não de sua sobrevivência simplesmente, mas de uma existência outra, com a realização do sonho de uma vida que seja justa e digna com seus corpos e terras.

Rio de Janeiro, começo de outubro de 2021.

*Esta dissertação foi finalizada quando o Brasil
chegou a 600 mil mortes por covid-19.*

⁷⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H5ev_jyRK8>. Acesso em 27 ago. 2021. Este trecho, bem como outros (de Berta, das filhas Berta e Laura, e de Gustavo) foram transcritos dos vídeos diretamente em português e não em castelhano, seu idioma original.

⁸⁰ Do original: “frente a la opresión, el saqueo y el abandono, nuestra respuesta es la vida. Ni los diluvios ni las pestes, ni las hambrunas ni los cataclismos, ni siquiera las guerras eternas a través de los siglos y los siglos han conseguido reducir la ventaja tenaz de la vida sobre la muerte”.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. (Org.). Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.* São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 46-85.
- AGNEW, John. Representing Space: space, scale and culture in social science. *In: DUNCAN, James; LEY, David. (Ed.). Place/Culture/Representation.* London: Routledge, 1993. p. 251-271.
- AGNEW, John. The territorial trap: the geographical assumptions of International Relations theory. *Review of International Political Economy*, v. 1, n. 1, p. 53-80, 1994.
- ALTHOLZ, Roxanna; RODRÍGUEZ, Jorge; SAXON, Dan; MARTÍNEZ, Miguel; TIRADO, Liliana. *Represa de Violencia: el plan que asesinó a Berta Cáceres.* GAIFE (Grupo Asesor Internacional de Personas Expertas), 2017.
- ARÁOZ, Horacio. Territorios y cuerpos en disputa: extractivismo minero y ecología política de las emociones. *Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, v. 8, n. 1, p. 56-71, 2014.
- ARÁOZ, Horacio. *Mineração, genealogia do desastre. O extrativismo na América como origem da modernidade.* São Paulo: Elefante, 2020.
- ARDÓN, Patricia; FLORES, Daysi. Berta vive! COPINH continua... *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 14, n. 25, p. 109-118, 2017.
- ASCELRAD, Henri. Confluências autoritárias. Estratégias empresariais e militares de controle de território. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 5 mai. 2014. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/confluencias-autoritarias/>. Acesso em 01 out. 2021.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-14, 2020.
- BETANCOURT, Milson. *Minería, violencia y criminalización en América Latina: dinámicas y tendencias.* Informe OCMAL – CENSAT. Bogotá: Ántropos, 2016.
- BRINGEL, Breno. El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST. *Revista NERA*, n. 9, p. 27-48, 2006.
- BRINGEL, Breno. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 27, n. 2, p. 35-49, 2007.
- BRINGEL, Breno. Geopolítica de la pandemia, escalas de la crisis y escenarios en disputa. *Geopolítica(s): Revista de Estudio sobre Espacio y Poder*, v.11, número especial, p. 173-187, 2020.

BROWN, Wendy. Finding the man in the State. *Feminist Studies*, v. 18, n. 1, p. 7-34, 1992.

CABEZAS, Almudena. Cuerpos que importan en las geometrías del poder. In: ENCUENTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES, XV, 2012, Madrid. *Actas Congreso Internacional América Latina: la autonomía de una región*. Madrid: Trama, 2012. p. 841-845.

CABEZAS, Almudena. Anotaciones sobre el tejido feminista latinoamericano: más allá de las genealogías. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, ano 6, n. 11, p. 1-9, 2014.

CABEZAS, Almudena; BRINGEL, Breno. América Latina en la geopolítica de la indignación global: movimientos-red y corporalidad de la acción. In: CORONADO, Jaime Antonio. *Anuario de la Integración Latinoamericana y Caribeña 2012*. Madrid: Universidad Complutense, 2015. p. 413-432.

CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR-Las Segovias, 2010.

CABNAL, Lorena. En primera línea de batalla contra el capitalismo. *El País*, 17 mar. 2016. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2016/03/17/mujeres/1458198000_145819.html. Acesso em 24 set. 2021.

CAIRO, Heriberto. A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação. Introdução. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, p. 201-206, 2008.

CAMPAÑA MADRE TIERRA. *Guardiana de los ríos*. Documentário sobre Berta Cáceres. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lwwe4MOGfmo>. Acesso em 4 mar. 2021.

CARDOSO, Sílvia Alvarez. *Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 128p. 2016.

CARVAJAL, Laura María. *Extractivismo en América Latina*. Impacto en la vida de las mujeres y propuestas de defensa del territorio. Bogotá: Fondo de Acción Urgente América Latina y el Caribe (FAU-AL), 2016.

CARVAJAL ECHEVERRY, Laura María. Resistência ao extrativismo de mulheres defensoras de territórios na América Latina. *Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais*, 23 dez. 2018. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/resistencia-ao-extrativismo-de-mulheres-defensoras-de-territorios-na-america-latina/>. Acesso em 29 set. 2021.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. p. 117-140.

COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. Geografiando para la resistência. *Journal of Latin American Geography*, v. 16, n. 1, p. 172-177, 2017.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. *Mapeando el cuerpo-territorio*. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito: CLACSO, 2017.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. *Solar*, Lima, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2016.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy. Mujeres, cuerpo y territorios: entre la defensa y la desposesión. In: CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania; BAYÓN JIMÉNEZ, Manuel. (Coord.). *Cuerpos, Territorios y Feminismos*. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Ciudad de México: Bajo Tierra Ediciones, 2020. p. 45-61.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Micropolítica andina. Formas elementares de insurgência cotidiana. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENDES, José Manuel. (Ed.). *Demodiversidad: imaginar nuevas posibilidades democráticas*. Autêntica Editora, 2018. p. 163-172.

ENLOE, Cynthia. *Maneuvers*. The International Politics of Militarizing Women's Lives. Oakland: University of California Press, 2000.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases*. Making Feminist Sense of International Politics. 2. ed. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2014.

FALS BORDA, Orlando. *Una Sociología sentipensante para América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FUNES, Liana; CARDOZA, Melisa. *Defender para vivir*. Informe sobre la situación de defensoras 2016-2017. Tegucigalpa: Red Nacional de Defensoras de Derechos Humanos en Honduras, 2018.

FURTADO, Fabrina; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 1, 66-93, 2021.

GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. *Una lectura feminista de la deuda: vivas, libres y desendeudadas nos queremos*. 2. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

GARCÍA, Jacobo. Ex-executivo de empreiteira é condenado pela morte da ativista Berta Cáceres em Honduras. *El País*, 06 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-06/ex-executivo-de-empreiteira-e-condenado-pela-morte-da-ativista-berta-caceres-em-honduras.html>. Acesso em 06 jul. 2021.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *La Soledad de América Latina*. Discurso no Prêmio Nobel. 8 de dezembro de 1982. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/25603-gabriel-garcia-marquez-nobel-lecture-spanish/>. Acesso em 29 set. 2021.

GARCÍA-TORRES, Miriam; VÁZQUEZ, Eva; CRUZ, Delmy Tania; BAYÓN, Manuel. (Re)patriarcalización de los territorios. La lucha de las mujeres y los megaproyectos extractivos. *Ecología Política*, 10 jan. 2018. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?p=10169>. Acesso em 29 ago. 2021.

GILMARTIN, Mary; KOFMAN, Eleonore. Critically Feminist Geopolitics. In: STAEHELI, Lynn; KOFMAN, Eleonore; PEAKE, Linda. (Ed.). *Mapping Women, Making Politics: Feminist Perspectives on Political Geography*. London/New York: Routledge, 2005. p. 113-125.

GLAZEBROOK, Trish; OPOKU, Emmanuela. Defending the defenders: environmental protectors, climate change and human rights. *Ethics & the Environment* v. 23, n. 2, p. 83-109, 2018.

GLOBAL WITNESS. *¿Cuántos más? El medio ambiente mortal de 2014: intimidación y asesinato de activistas ambientales y de la tierra, con Honduras en primer plano*. London: Global Witness, 2015.

GLOBAL WITNESS. *Honduras: el lugar más peligroso para defender el planeta*. London: Global Witness, 2017.

GLOBAL WITNESS. *¿A qué precio? Negociaciones irresponsables y el asesinato de personas defensoras de la tierra y del medio ambiente en 2017*. London: Global Witness, 2018.

GLOBAL WITNESS. *¿Enemigos del Estado? De cómo los gobiernos y las empresas silencian a las personas defensoras de la tierra y del medio ambiente*. London: Global Witness, 2019.

GLOBAL WITNESS. *Defender el mañana. Crisis climática y amenazas contra las personas defensoras de la tierra y del medio ambiente*. London: Global Witness, 2020.

GLOBAL WITNESS. *Última línea de defensa. Las industrias que causan la crisis climática y los ataques contra personas defensoras de la tierra y el medio ambiente*. London: Global Witness, 2021.

GOMES, Simone. Honduras: entre elecciones y oportunidades para activistas en el siglo XXI. *CariCen*, Ciudad de México, 8, p. 5-17, 2018.

GORDON, Todd; WEBER, Jeffery. Authoritarian Capitalism: the new normal in Honduras. In: _____. *Blood of Extraction: canadian imperialism in Latin America*. Black Point: Fernwood Publishing, 2016. p. 32-84.

GUDYNAS, Eduardo. *Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. RedGE: Lima, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 43-71.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, v. 22, n. 48, p. 76-90, 2020.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEROD, Andrew. The body. In: _____. *Scale*. London/New York: Routledge, 2011. p. 59-89.

HOMAND, Jennifer. Berta Cáceres y el mortal costo de defender la tierra y la vida. *Ecología Política*, 4 jul. 2016. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?p=6085>. Acesso em 28 jun. 2021.

HOWITT, Richard. "A world in a grain of sand": towards a reconceptualisation of geographical scale. *The Australian Geographer*, v. 24, n. 1, p. 33-44, 1993.

HOWITT, Richard. Scale. In: AGNEW, John; MITCHEL, Katharyne; Ó TUATHAIL, Gearóid. (Ed.). *A Companion to Political Geography*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 138-157.

HYNDMAN, Jennifer. 2000. Towards a feminist geopolitics. *The Canadian Geographer/Le Geographe canadien*, v. 45, n. 2, p. 210-222, 2001.

IM-Defensoras. Tendencia en Defensoras de tierra, territorio y justicia. Informe de Iniciativa Mesoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Humanos. 2021. Disponível em: <https://im-defensoras.org/2021/08/informe-tendencia-en-defensoras-de-tierra-territorio-y-justicia/>. Acesso em 24 set. 2021.

ISHR (International Service for Human Rights). *El rol de las empresas y los Estados em las violaciones contra los defensores y las defensoras de los derechos de la tierra, el territorio y el ambiente*. Informe Conjunto de Organizaciones de la Sociedad Civil. Ginebra: ISHR, 2015. Disponível em: <https://ishr.ch/wp-content/uploads/2015/10/informecoalicionempresastierraishr.pdf>. Acesso em 23 set. 2021.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Mundo macho: homens, masculinidades e relações internacionais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 109, p. 309-364, 2014.

JONES, John Paul; LEITNER, Helga; MARSTON, Sallie; SHEPPARD, Eric. Neil Smith's Scale. *Antipode*, v. 49, n. S1, p. 138-152, 2017.

LAKHANI, Nina. *Quién mato a Berta Cáceres?* Empresas, escuadrones de la muerte y la batalla por el planeta de una defensora de los indígenas. Vilassar de Dalt: Icaria, 2021.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural: 1985.

MACKEY, Danielle; EISNER, Chiara. Os bastidores do plano para assassinar a ativista ambiental hondurenha Berta Cáceres. *The Intercept Brasil*, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/21/plano-assassinar-ativista-berta-caceres-honduras/>. Acesso em 29 jun. 2021.

MARSTON, Sallie. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.

MASSEY, Doreen. *Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MASSEY, Doreen. Imagining Globalization: Power-Geometries of Time-Space. In: BRAH, A.; HICKMAN, M. J.; GHAILL, M.M. (Ed.). *Global Futures*. Explorations in Sociology. London: Palgrave Macmillan, 1999. p. 27-44.

MASUDA, Jeffrey; CROOKS, Valorie. Introduction: (Re)thinking the scales of lived experience. *Area*, v. 39, n. 3, p. 257-258, 2007.

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

McDOWELL, Linda. 2000. *Género Identidad y Lugar*. Un Estudio de Las Geografías Feministas. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

MIDDELDORPO, Nick. La vida no tiene precio: la oposición a la minería en Honduras. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, n. 42, p. 63-92, 2016.

MUÑOZ, Enara Echart; VILLARREAL, Maria del Carmen. Women's Struggles Against Extractivims in Latin America and the Caribbean. *Contexto Internacional*, v. 41, n. 2, 2019, p. 303-325.

ORTIZ, Fabiola. Honduras: o Río Blanco, tingido de sangue indígena. *Open Democracy*, 14 mar. 2016. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/honduras-o-r-o-blanco-tingido-de-sangre-indigena/>. Acesso em 29 jun. 2021.

Ó TUATHAIL, Geraóid. An anti-geopolitical eye: Maggie O’Kane in Bosnia, 1992–3. *Gender, Place and Culture: a journal of feminist geography*, v. 3, n. 2, p. 171–185. 1996.

Ó TUATHAIL, Geraóid. Critical Geopolitics. In: _____. *Critical Geopolitics: the politics of writing global space*. London: Routledge, 2005. p. 44-57.

PADILLA, Génesis; ARAYA, André. A diez años del golpe de estado en Honduras: entre las narrativas de la “transición a la democracia” y la instauración del proyecto neoliberal en Centroamérica. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, n. 45, p. 151-182, 2019.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario*. 2. ed. México: El rebozo, 2014.

QUEIROZ, Ana Luisa; ALVIM, Juliana Cesário; PRAÇA, Marina. Direitos Humanos para todos? Mulheres em contexto de megaprojetos e empresas. In: QUEIROZ, Ana Luisa; DIAS, Carolina; CERQUEIRA, Daniel; PRAÇA, Marina; FRIESS, Susanne. (Org.). *Direitos Humanos e empresas: violações socioambientais e mecanismos de denúncia*. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2021. p. 91-109.

QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos. In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin. *Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos*. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2021. p. 8-20.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 2, p. 93-101, 2011. (Tradução de Le Soleil, la société et l’État. *Année Sociologique*, 1899).

RATZEL, Friedrich. *Politische Geographie*. Osnabruck: Otto Zeller, 1974 [1897].

ROUTLEDGE, Paul. 2003. Anti-geopolitics. In: AGNEW, John; MITCHEL, Katharyne; Ó TUATHAIL, Gearóid. (Ed.). *A Companion to Political Geography*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 236-248.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Revista Estado e Sociedade*, v. 29, n. 2, p. 341-371, 2014.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

SHARP, Joanne. Doing Feminist Political Geographies In: STAEHELI, Lynn; KOFMAN, Eleonore; PEAKE, Linda. (Ed.). *Mapping Women, Making Politics: Feminist Perspectives on Political Geography*. London/New York: Routledge, 2005. p. 87-98.

SHEPHERD, Laura. Feminist security studies. In: _____. *Critical approaches to security: an introduction to theories and methods*. Abingdon: Routledge, 2013. p. 11-23.

- SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades*, v. 4, n. 6, p. 101-114, 2007.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- STAEHELI, Lynn. 1994 Empowering political struggle: spaces and scales of resistance. *Political Geography*, 13, p. 387-391, 1994.
- SULTANA, Farhana. Suffering *for* water, suffering *from* water: emotional geographies of resource access, control and conflict. *Geoforum*, 42, p. 163-172, 2011.
- SVAMPA, Maristella. Feminismos del Sur y ecofeminismo. *Nueva Sociedad*, n. 256, p. 127-131, 2015.
- SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Zapopan: Calas, 2019.
- THRIFT, Nigel. It's the little things. In: DODDS, K; ATKINSON, D. (Ed.). *Geopolitical traditions: A century of geopolitical thought*. London: Routledge, 2000. p. 380-387.
- TYROU, Emma. The symbol of Berta Cáceres continues to expose criminal coup regime and its deadly extractive formula for Honduras. *Council on Hemispheric Affairs*, p. 1-9, 2016.
- ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. *Nómadas*, Bogotá, 45, p. 123-139, 2016.
- ZARAGOCIN, Sofia. Gendered Geographies of Elimination: Decolonial Feminist Geographies in Latin American Settler Contexts. *Antipode*, p. 1-20, 2018.
- ZARAGOCIN, Sofia; CARETTA, Martina Angela. *Cuerpo-Territorio: a decolonial feminist geographical method for the study of embodiment*. *Annals of the American Association of Geographers*, p. 1-16, 2020.
- ZÚÑIGA CÁCERES, Berta. *Redefiniendo las luchas en Centroamérica contra el neoliberalismo*. Entrevista a Berta Zúñiga Cáceres a propósito del movimiento antiextractivista en Honduras. Entrevista concedida a Camila Ponce Lara. *Izquierdas*, 40, p. 254-259, 2018.
- WILCOX, Lauren. *Bodies of violence*. Theorizing Embodied Subjects in International Relations. New York: Oxford University Press, 2015.